

ISSN 2965-7164

REVISTA IMPACTO

Revista Científica Interdisciplinar da Faculdade Impacto



Volume 1 - Número 1 - jan./jun. 2024

ISSN 2965-7164



REVISTA IMPACTO

Revista Científica Interdisciplinar
da Faculdade Impacto

Volume 1 - Número 1 - Jan./Jun. 2024

Porangatu - Goiás
2024



REVISTA IMPACTO

v.1 - n.1 - 2024
ISSN: 2965-7164

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Mazulkieliche Jeronimo dos Reis - Presidente
Alcira Marques dos Santos - Coordenadora
Edilane Neves - Revisora

CONSELHO CIENTÍFICO

Dra. Roseli Vieira Pires - Presidenta - Aphoniano, UEG, FIP
<http://lattes.cnpq.br/0226402686714411>

Dra. Cássia Rodrigues dos Santos - Aphoniano, FIP
<http://lattes.cnpq.br/6792811868744618>

Ma. Cinthia Ohana Marques Neves - FIP, Unibras
<http://lattes.cnpq.br/4898192613764778>

Dr. Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior - UFG, PUC
<http://lattes.cnpq.br/7991876385886193>

Dra. Hécia Daniel da Silva - UFG
<http://lattes.cnpq.br/1784920103471861>

Dra. Izabel Cristina Moreira - UEG
<http://lattes.cnpq.br/2353384525983790>

Dr. Lizandro Poletto - UNICAMPS, FACMAIS, UNIFAN, FIP, SENSU
<http://lattes.cnpq.br/9835489541775959>

Dra. Márcia Inês Florin - CEPK, ITEGO, FIP
<http://lattes.cnpq.br/4928884080644379>

Dra. Maria de Lourdes Alves - UEG, Aphoniano, PUC
<http://lattes.cnpq.br/1563563233983157>

ISSN 2965-7164



REVISTA IMPACTO

Revista Científica Interdisciplinar
da Faculdade Impacto

Volume 1 - Número 1 - Jan./Jun. 2024

Porangatu - GO	v.	n. 1	p. xxx	jan./jun. 2024
----------------	----	------	--------	----------------

Copyright © 2024 by Faculdade Impacto

ISSN: 2965-7164

Distribuição: gratuita

Periodicidade: semestral

Editoração: Franco Jr. / FGA.Editoração

Imagem da capa: www.freepik.com

Endereço para correspondências:

Endereço: Rua 15, n. 27, Quadra 34, Lote 34, Andar 01 - Centro

CEP: 76.550-000 - Porangatu - Goiás

Fone: (62) 3362-1465

Solicitação de permuta ou doação: bibliotecaimpacto10@gmail.com

Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca da Faculdade Impacto

Revista Impacto: Revista Científica Interdisciplinar da Faculdade Impacto / Faculdade Impacto – v. 1, n. 1, jan./jun. (2024) - GO: FIP, 2024

v.: il.; gravs.; 21 cm.

Semestral

v.1 n.1 (jan./jun. 2024)

ISSN: 2965-7164

I. Educação superior – Periódicos. II. Faculdade Impacto. III. FIP

CDU: 378(05)

REVISTA IMPACTO: Revista Científica Interdisciplinar da Faculdade Impacto

Publicação da Faculdade Impacto - PORANGATU - GO

Todos direitos reservados @ Faculdade Impacto

NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS

A **Revista IMPACTO** é um periódico interdisciplinar, publicado pela Faculdade Impacto. Recebe contribuições da comunidade científica nacional para publicação de trabalhos, resultantes de estudos teóricos e pesquisas que incidem na produção do conhecimento podendo ser de autores vinculados ou não a Faculdade Impacto.

2.1 Entrega dos trabalhos:

Os trabalhos devem ser encaminhados em formato Word para Windows, obedecendo ao Template estabelecido pelo Comitê Editorial. Devem ser enviados no **e-mail**: *bibliotecaimpacto10@gmail.com*

2.2 Tipos de trabalhos:

Serão aceitos os seguintes tipos de trabalhos: Originais; artigos de revisão; artigos de reflexão; entrevistas, relatos de experiência e resenhas.

3 Normas de Publicação:

3.1 Notas de rodapé:

As notas de rodapé devem ser objetivas, de naturezas substantivas e colocadas no final do texto.

3.2 Resumos e abstract:

Os artigos devem ser acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, onde constam objetivos, métodos e principais conclusões, de três a cinco palavras-chave. Não serão aceitos gráficos, tabelas, fotos, imagens e referências no corpo do resumo.

3.3 Normas de padronização:

- **NBR 6022** - Informação e documentação Artigo em publicação periódica científica impressa Apresentação;
- **NBR 6023** - Informação e documentação: elaboração de referências;
- **NBR 6028** - Resumo (Tipo Informativo);
- **NBR 10520** - Informação e documentação: citações em documento;
- * **Recomenda** - se as normas mais atualizadas.

3.4 Normas de homogeneidade:

- **Palavras estrangeiras** - só itálico sem aspas;
- **Palavras brasileiras usadas em sentido figurado** - itálico com aspas
- **Números ordinais até nove** - só por extenso; números ordinais de 10 em diante - só o algarismo.
- **Abreviaturas/siglas** - quando da primeira vez, a expressão deve vir por extenso, seguida de hífen e a abreviatura/sigla. A partir de então, só a abreviatura/sigla.
- **Uso de letras maiúsculas ou minúsculas** - uniformizar, pelo menos, a cada artigo.
- **Uso de grifo** - não se grifa espaços.
- **Apresentação de citações literais** - a citação curta deve ser inserida no próprio parágrafo, entre aspas, fonte normal e a citação longa (parágrafo com recuo de 4 cm à esquerda; espaço simples; fonte normal tamanho 11; sem aspas)
 - A chamada de autores no texto deverá ser feita pelo sistema AUTOR, data.
- **Tempo verbal** - uniformizar, sempre que possível, mediante o emprego preferencial do tempo presente.
- **Pessoa gramatical** - uniformizar a pessoa, permitindo aos autores o uso da primeira a pessoa do singular; primeira pessoa do plural ou terceira pessoa do singular, sem utilizar as duas formas.

3.5 Formato do texto?

- Na primeira página, deve constar título em letras maiúsculas, nome de um ou mais autores, nome e endereço da instituição de origem, incluindo os respectivos endereços eletrônicos;
- Todas as contribuições deverão ser digitadas em fonte Times New Roman l 12, com espaço 1,5.
- Margens superior e esquerda de 3 cm; margens inferior e direita de 2,5cm.

3.6 Os conteúdos expressos nas contribuições publicadas pela **Revista IMPACTO** são de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores e não expressam obrigatoriamente a opinião do Conselho editorial.

3.7 Os trabalhos na área da saúde devem ser encaminhados juntamente com carta de aprovação do Comitê de Ética da instituição onde foi realizada a pesquisa.

3.7 Submissão de trabalhos:

Serão aceitos artigos inéditos, em português, inglês ou espanhol. A aceitação ou recusa dos originais apresentados será sempre uma decisão colegiada, tendo como base os pareceres dos leitores avaliadores que poderão ser leitores independentes, permanentes ou convidados do Conselho Editorial e Científico da Revista.

O trabalho submetido será avaliado pelo processo tradicional de avaliação por pares (com no mínimo dois pareceristas, no sistema de anonimato mútuo). O parecer poderá ser feito das seguintes formas:

- Recomendado para publicação;
- Recomendado para publicação com modificações;
- Não recomendado para publicação.

3.8 O envio trabalhos à revista sugerem autorização do autor para sua publicação. Não serão pagos direitos autorais.

3.9 Toda a correspondência entre o corpo editorial da revista e os autores será feita via correio eletrônico. O artigo ou trabalho a publicar, deverá ser remetido em formato eletrônico, para o **e-mail:** *bibliotecaimpacto10@gmail.com*;

Na mensagem de encaminhamento do trabalho, deve haver uma breve solicitação de publicação, identificação do(s) autor (es) e o tipo de trabalho.

3.10 Eventuais questões não contempladas neste regulamento serão avaliadas pelo Conselho editorial do periódico.

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA IMPACTO

Porangatu, 10 de outubro de 2023

EDITORIAL

A comunicação transmitida por meio de periódicos científicos colabora expressivamente no desenvolvimento da ciência, uma vez que esses são apontados como veículos de comunicação, contribuindo com a rápida divulgação dos resultados e novas metodologias de pesquisa. Os periódicos científicos são responsáveis, também, por fornecer informações referentes aos rumos da ciência, transformando os trabalhos publicados sensíveis e acessíveis à discussão diante da comunidade acadêmica.

No entendimento de PINO (2002) os periódicos científicos por contarem com um conselho consultivo, conferem e preservam um espaço confiável do estado da arte do campo de conhecimento, registrando êxitos, limites e alcances das teorias produzidas, indicando novos indícios e caminhos para a pesquisa. Eles oferecem um âmbito de monitoração preciso e confiável do progresso do conhecimento do qual eles tratam.

As universidades caracterizam-se por serem instrumentos fortes na produção do conhecimento. Tão importante quanto produzir esse conhecimento é também divulgá-lo, proporcionar que diversos públicos tenham acesso ao seu conteúdo.

Segundo a Associação Brasileira de Editores Científicos, (ABEC) o papel das revistas científicas é o de promover a comunicação dos resultados dos trabalhos científicos à comunidade científica e à sociedade; promover a adoção de normas de qualidade na condução da ciência e na sua comunicação; fornecer critérios para avaliação da qualidade da ciência e de instituições; contribuir para consolidar áreas e subáreas de conhecimento; garantir a memória da ciência e a prioridade da autoria através do arquivo das pesquisas científicas.

O primeiro volume da REVISTA IMPACTO: Revista Científica Interdisciplinar da Faculdade Impacto será um instrumento de amplo debate acadêmico, ultrapassando o espaço da universidade.

Conselho Editorial

SUMÁRIO

- **Educação de pessoas privadas de liberdade na perspectiva inclusiva em Goiás: do direito à ressocialização 15**
Edna Maria de Jesus
Marillya Kassandra Rodrigues da Silva
Thaiênny Gonçalves Silva
- **Os impactos da educação financeira na educação básica..... 30**
Elisângela Mendanha Hatsugai
Marília Mendanha Vaz Rodrigues
Maria de Lourdes Alves
- **A importância da afetividade na educação infantil: relação professor e aluno..... 50**
Elisvânia Elza Pereira da Silva
Lizandro Poletto
Roseli Vieira Pires
- **O funcionamento das práticas da segurança do trabalho num hospital regional no interior de Goiás 70**
Samuel Napoleão Pereira
Hélcia Daniel da Silva
- **Metodologias ativas na educação infantil: um estudo de caso sobre inclusão de aluno com autismo..... 94**
Ise Helena Miguel de Oliveira Vieira
Clodoaldo Valverde

- **Lei de responsabilidade fiscal e orçamento público municipal com despesa de pessoal do poder executivo no município de Indiara/GO..... 109**
Laara Carolina Alves Mesquita
Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior
- **Planejamento tributário de uma empresa varejista de peças de transporte rodoviário de cargas 126**
Marcio Ferreira Calderari dos Santos Júnior
Clodoaldo Valverde
- **Análise da perspectiva do perfil dos administradores na gestão das organizações virtuais..... 154**
André Bonifácio Siqueira
Roseli Vieira Pires

Artigos

EDUCAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM GOIÁS: DO DIREITO À RESSOCIALIZAÇÃO

Edna Maria de Jesus¹
Marillya Kassandra Rodrigues da Silva²
Thaiênny Gonçalves Silva³

Resumo: O estudo tem por finalidade compreender a educação para as pessoas privadas de liberdade, como tempo/espaço direcionado ao direito subjetivo e à ressocialização, visto que a educação é um dos direitos sociais, ou seja, os básicos para garantir a dignidade de quaisquer cidadãos. Para tanto, na pesquisa bibliográfica, foram utilizados registros de documentações oficiais e institucionais e obras baseadas em autores como: Marcondes, Marcondes (2008), Paiva (2020), Freire (1996), dentre outros que discutem a temática em questão. Também, realizou-se uma pesquisa de campo, por meio de entrevista com a coordenadora, desta modalidade de ensino na Seduc/GO, a fim de conhecer, analisar e refletir acerca dos desafios e dificuldades enfrentados. Os resultados da pesquisa apontaram: o desinteresse público em proporcionar o acesso a visões diferentes sobre a sociedade, a criminalidade e a própria importância da educação; a importância de superar o imaginário pejorativo de marginal, vagabundo e delinquente; a inexistência de bibliotecas na maioria das unidades prisionais; necessidade da humanização compondo o projeto coletivo em relação à ressocialização, tanto por parte do Estado, quanto da população e formação precária e a falta de profissionais capacitados para assumir cargos na modalidade de EJA nas unidades prisionais. Cabe destacar que tais aspectos suscitados, fragilizam a ressocialização da referida população, considerando a busca por uma sociedade mais justa, humanizada e igualitária.

¹ Graduada em Pedagogia pela UFG. Mestra e Doutora em Educação pela PUC/GO. Professora da Seduc/GO e dos cursos de Pedagogia do Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAESup e da Unialfa e Coordenadora Pedagógica do Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAESup. E-mail: ednamariajesus20@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pelo Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAESup. E-mail: marillya.kassandra.1222@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia pelo Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAESup. E-mail: thaiennygoncalves16@gmail.com

Palavras-chave: Educação. Direito social. Pessoas privadas de liberdade. Ressocialização.

EDUCATION OF PERSONS DEPRIVED OF FREEDOM IN PERSPECTIVE INCLUSIVE IN GOIÁS: THE RIGHT TO RESOCIALIZATION

Abstract: The study aims to understand the education of incarcerated individuals, as time/space directed to subjective rights and resocialization, considering the education is one of the social rights, in other words, the basic to guarantee the dignity of any citizens. Through bibliographical research, records of official and institutional documentation and works based on authors such as: Marcondes, Marcondes (2008), Paiva (2020), Freire (1996), among others that discuss the topic in question were consulted. Also, field research was carried out, by means of an interview with the coordinator of this teaching modality at Seduc/GO, in order to assess, analyze and reflect on the challenges and difficulties faced. The survey results showed: public disinterest to supply the access for the different visions about the society, the criminality and the significance of education itself; the importance of overcoming the pejorative imaginary of marginal, vagrant and delinquent; the lack of libraries in most prison units; the need for humanization making up the collective project in relation of resocialization, both on the part of the State and the population, precarious training and the lack of trained professionals to take on positions in the EJA modality in prison units. Is it worth highlighting that such aspects raised weaken the resocialization of this population, considering the search for a more fair, humanized and egalitarian society.

Keywords: Education. Social rights. Incarcerated individuals. Resocialization.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 torna a educação um direito de todo cidadão, diferentemente das anteriores legislações brasileiras, conforme Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

Fica explícita a educação como um dos direitos sociais básicos para garantir a dignidade de quaisquer cidadãos. Entre os direitos sociais pode-

mos citar também saúde, moradia, segurança e previdência, considerando, assim que a Constituição preza pela garantia das condições de viver de forma digna (Paiva, 2020).

Nesse sentido, pensar nos direitos que visam garantir vida digna com extensão para toda a população é uma concepção contemporânea de cidadania, além da indivisibilidade dos direitos, independente das condições financeiras, escolaridade, gênero, orientação sexual, orientação religiosa e outras identidades (Piovesan, 2010).

A Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, é o documento que rege a educação estruturando as características, diretrizes, matrizes e normas de cada modalidade e nível de ensino. A referida lei estabelece que toda a população brasileira tem direito ao ensino fundamental obrigatório e gratuito, sendo assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria.

Para Freire (1996), tão fundamental quanto garantir o acesso à escolarização, é também construir a educação como espaço não totalitário e impositor. O ensino e o aprendizado devem se voltar para a formação do ser humano, individual e coletivamente, cidadão, não apenas para o mercado de trabalho, como propõe o modelo de educação bancária. O autor reitera que a educação que se almeja, como transformadora do meio sociopolítico e cultural, ocorre mediante diálogo aberto, coletivo, público e construtivo, para que assim se possa pautar e praticar o respeito às diversidades e o combate às desigualdades, violências e intolerâncias.

Libâneo (2005) afirma que a educação formal se destaca pela organização, ou seja, planejamento, dinâmicas, procedimentos e instrumentos utilizados – a intencionalidade e intervenção pedagógicas, responsáveis pela definição de objetivos e a sistematização.

Assim, a Educação para Pessoas Privadas de Liberdade oferecida pelo sistema educacional, é formal “e integra a modalidade de ensino intitulada Educação de Jovens e Adultos (EJA)” (Oliveira, 2013, p. 958), voltando-se para um público específico e com características próprias:

Quando nos reportamos a EJA, tratamos dos homens e mulheres proletários, daqueles e daquelas que experienciam/experienciaram a exclu-

são social em seus diversos aspectos, mas, prioritariamente, quanto à negação de direitos e dentre eles, as condições de acesso e permanência nos espaços escolares. (Cunha Junior, 2020, p. 4)

A EJA também é caracterizada majoritariamente por negro e periférico, com idade entre 17 e 35 anos, ou seja, passa pelo processo de juvenilização (Cunha Junior, 2020). É possível afirmar que o público da EJA, seja similar ao do sistema prisional, uma vez que, como comenta Novo (*online*), além de faixa etária cada vez mais jovem, 64% desse público é composto por pessoas negras e que socialmente, se relaciona às desigualdades, injustiças e condições socioeconômicas, no nosso país.

1. A EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE TODOS

A política criminal parte de uma falsa e simplista ideia de que vê a prisão como única estratégia de solução dos conflitos sociais, que passa do Estado-providência ao Estado-penitência, criminalizando a miséria, pois retrata esse público somente mediante um imaginário de criminoso, um inimigo da ordem. Nesse contexto, “a verdadeira prevenção da criminalidade está na construção de melhores condições de vida para as pessoas e na formação ou reafirmação de uma cidadania ativa e responsável” (Marcondes e Marcondes, 2008, p. 2).

Essa ideia justifica porque as atitudes da sociedade são voltadas quase que unicamente, para a coerção e pouco para transformar as condições que influenciam os sujeitos a se envolverem com a criminalidade (Marcondes e Marcondes, 2008), pois o compromisso social com a desconstrução dos estereótipos desses sujeitos está muito aquém do ideal (Paiva, 2020).

No tocante à legislação, a Lei de Execução Penal, nº 7.210/1984, estabeleceu no artigo 11 dispõe que “A assistência será: I - material; II - à saúde; III - jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa” (Brasil, 1984). Assim, a educação compõe a assistência que o poder público oferecerá para o egresso.

Com a vigência da Constituição Federal (Brasil, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) visando oferecer educação formal para todos os sujeitos sociais, tornando-se compromisso público e a cidadania ampliada.

O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, publicado em 2004, pelo Ministério da Saúde, simbolizou um marco importante para repensar o tratamento de pessoas no sistema penitenciário, trazendo à tona diretrizes para acompanhamento e atendimento dos apenados.

Em 2009, instituíram-se as Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões, por meio da Resolução nº 3, a fim de direcionar a estrutura, gestão, administração, e outros aspectos pedagógicos (Oliveira, 2013), que impulsionou as reflexões sobre o impacto real da educação na ressocialização e a relação entre os déficits educacionais com o perfil predominante no sistema prisional.

Assim, ofertar educação para as pessoas privadas de liberdade passou a preocupar, uma vez que estas não podem ser impedidas de acessar os direitos básicos e humanos (Oliveira, 2013).

O Sistema Penitenciário passou por duras mudanças ao longo dos tempos, evoluindo de masmorras onde os encarcerados eram tratados com o mínimo existencial, para um padrão onde o recluso deve ter todos os seus direitos respeitados, já que o único direito a que o Estado tem o poder de cercear aos que estão presos é o da liberdade de ir, vir e permanecer. (Paiva, 2020, p. 109)

Outros direitos educacionais são garantidos na Lei nº 13.163/2015, mediante censo penitenciário, no Art. 21-A:

...

II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos;

III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos;

IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo;

V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas.

Cabe destacar, que na Rádio Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG Educativa, Cátia Lindemann, presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais, foi entrevistada no dia 13 de março de 2018, comentando que “as bibliotecas prisionais estão negligenciadas há 33 anos, sendo que apenas no ano de 2017 começaram a ganhar voz (UFMG, 2018).

Diante as deficiências educacionais, comprovadas em pesquisas, do público atendido no sistema prisional, fica mais expressa a necessidade de firmar essa estratégia para ampliar possibilidades no cotidiano dessas pessoas, principalmente pensando na ressocialização:

Menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação. Dos mais de 700 mil presos em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os que ingressam ou tenham um diploma do ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social, nem 13% deles têm acesso a atividades educativas nas prisões, segundo dados levantados junto ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). (Novo, 2021, *online*)

Além da alta taxa de analfabetismo das pessoas privadas de liberdade, outro ponto preocupante é o não acesso à educação enquanto cumpre pena, dificultando o processo de ressocialização. Pois a concepção de criminalidade e a forma de lidar com a mesma, está baseada na detenção e não na resolução do que leva os sujeitos à criminalidade, construindo um perfil de encarcerados, constituído de outros elementos além da escolaridade:

[...] dados do Ministério da Justiça mostram que está ocorrendo um exagerado aumento nos índices de encarceramento de uma população constituída de pobres, analfabetos, jovens e detentores de baixo nível de escolaridade e de formação profissional e, geralmente, desempregados. Apenas para chamar a atenção, enfatizamos que quase 40% da população carcerária está representada por pessoas com menos de trinta anos de idade, o que significa que a prisão está seqüestrando uma grande parcela da sociedade em pleno vigor para a vida ativa. (Marcondes e Marcondes, 2008, p. 2-3)

O público encarcerado além de ter baixos índices de escolaridade, é caracterizado também, pela composição de jovens e adultos até os 30 anos. Semelhante aos dados de Marcondes e Marcondes (2008) explanam que:

O total de pessoas encarceradas no Brasil chegou a 726.712 em junho de 2016. Em dezembro de 2014, era de 622.202. Houve um crescimento de mais de 104 mil pessoas. Cerca de 40% são presos provisórios, ou seja, ainda não possuem condenação judicial. Mais da metade dessa população é de jovens de 18 a 29 anos e 64% são negros.

O perfil etário e étnico-racial do público que compõe o sistema prisional, deste modo, demonstra-se em jovens e adultos negros. Apesar de ser o quinto país mais populoso do mundo, é o terceiro país com maior número de pessoas presas, atrás de Estados Unidos e China. A taxa de presos para cada 100 mil habitantes subiu para 352,6 indivíduos em junho de 2016 (Novo, *online*).

Portanto, que a educação pode ser um elemento fundamental para oportunizar a ressocialização das pessoas privadas de liberdade, facilitar a inserção no mercado de trabalho, compreender a própria sociedade que nos cerca e lutar por direitos e ser tratado com humanidade.

2. HUMANIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

A desumanização é o processo de esvaziamento do sujeito e “descharacterização como humano” (Santos, 2020, p. 180), ou seja, o ser social é visto como não ideal de acordo com algum padrão. O processo contrário, ou seja, de humanização, passa pela valorização das potencialidades, identidades e habilidades de cada sujeito, visando o respeito de suas emoções, lugares, valores e sentimentos. Além disso, incentivar a constante mudança em busca de compreender o mundo e se compreender no mesmo, possibilitando o exercício da cidadania.

As realidades nos sistemas prisionais perpassam muitos desafios, violências e discriminações contra as pessoas privadas de liberdade. Assim, promover a humanização do e no sistema prisional é mais complexo do

que parece, ainda mais quando se insere na equação a sociedade como um todo, que recebe os egressos ou aqueles que cumprem penas em liberdade.

Dessa maneira, questiona-se como é possível promover a humanização de um público que está circunstanciado pela noção de abominável, perigoso, não digno, delinquente, vagabundo e outros? (Novo, *online*). Compreende-se, portanto, que como obstáculos a se lidar estão os estereótipos coletivos preservados em relação a quem comete crimes, independente do grau do delito.

Um dos pontos fundamentais para a humanização é o debate público de qualidade, mediado por pessoas qualificadas, que não colaborem com os estigmas já solidificados e que incentivem a luta pela manutenção dos direitos humanos.

A prisão como um lugar meramente de punição não pode ser a única versão que a população é oportunizada a ouvir, ver e ler, mas também como lugar de reeducação. Para isso, o próprio Estado precisa garantir a conscientização sobre as realidades múltiplas por trás da criminalidade e que esses sujeitos conseguirão se reabilitar ao acessar outras portas abertas para além das penitenciárias. Assim, foi necessário projetar diretrizes e políticas voltadas para humanização. Entre as medidas possíveis e ideais estão:

Trabalhos que possibilitem a remição da pena, meios menos degradantes de revistas aos familiares que visitam os reclusos, tratamento humanitário por parte dos que trabalham no sistema prisional, reforma dos presídios existentes e medidas que evitem a superlotação carcerária são formas para humanizar as condições do sistema penitenciário brasileiro e buscar uma efetividade da dignidade da pessoa humana, que foi impulsionada pela chegada do neoconstitucionalismo. (Paiva, 2020, p. 109)

Paiva (2020), ao refletir sobre humanização no sistema prisional, comenta que este processo é histórico e amadureceu ao longo das décadas, apesar de que os direitos humanos fazem parte da agenda mundial desde o período pós Segunda Guerra. Ainda assim, não é possível afirmar que há consenso entre a população sobre maneiras de promover ressocialização e

aceitação dos egressos em distintos âmbitos sociais, empregatícios, políticos e culturais.

É importante pontuar que há grande descaso do poder público em relação às pessoas privadas de liberdade, levando ao convencimento – enganoso – de que a solução para a segurança pública é lotar as penitenciárias, trazer à tona a pena de morte e a possibilidade de diminuir a maioria penal (Paiva, 2020). A Política Nacional de Humanização, segundo Ferreira (2014, p. 1):

[...] é norteadada por três eixos principais, que relacionam o espaço como confortabilidade, como ferramenta facilitadora do processo de trabalho, assim como espaço de encontro entre os sujeitos. A organização de ambientes confortáveis e acolhedores favorecem a privacidade e individualidade dos usuários e trabalhadores a medida que valorizam a utilização de componentes do ambiente que interagem com as pessoas, em especial, a cor, a luz, as texturas, os sons, os cheiros e a inclusão da arte nas suas mais diferentes formas de expressão. A Ambiência também se estende às relações entre sujeitos ao incluí-los na problematização do processo de trabalho e dos modelos de atenção.

Paiva (2020) chama atenção para o fato de que penas alternativas podem ser efetivas para que as pessoas que cometeram crimes não necessariamente estejam privadas de liberdade, mas sim se reeducando. Uma vez que “a cadeia não cumpre seu papel de ressocialização”, o público recluso “difícilmente voltarão às ruas com o pensamento de reabilitação” (p. 118). O autor prossegue apresentando outras possibilidades:

Os Centros de Reintegração Social que se utilizam do método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), onde não existem policiais e os próprios presos possuem a chave da porta de saída, tendo como objetivo principal a valorização do preso para a criação efetiva de uma ressocialização. Cabe desta forma, na hora de aplicar a pena pode-se avaliar se realmente há a necessidade de encarceramento do condenado, ou se esse pode ter sua sanção aplicada de uma maneira menos invasiva, por meio de pulseiras eletrônicas, restrição aos fins de semana, perda de bens e valores, aplicação da pena de multa, entre outras possibilidades de menor potencial ofensivo. (Paiva, 2020, p. 119)

Outra reflexão importante relacionada à humanização do sistema prisional é oportunizar que a pessoa privada de liberdade possa entender o porquê de estar ali (tanto no sentido de compreender a dimensão do seu delito quanto de enxergar socialmente o que levou a cometer tal crime), o funcionamento da própria sociedade em que vive e as possibilidades de ressocialização.

3. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA RESSOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM GOIÁS

A educação é um importante meio que possibilita a ressocialização das pessoas privadas de liberdade, uma vez que o déficit educacional é uma característica destas. Apesar da ciência do impacto da educação no sistema prisional, compreende-se que as propostas para pensar na ressocialização são recentes.

No episódio: “Educação Prisional”, do “Programa Conexão”, transmitido pelo Canal Futura (18/01/2019), a apresentadora Karen Souza afirmou que segundo o último levantamento nacional de informações sobre o sistema penitenciário, apesar da garantia teórica do oferecimento de educação e trabalho para esse público, apenas 12% estudam.

Assim, questiona-se: se a educação possui tanto potencial transformador, individual e coletivo, por que o Estado não busca oferecer e garantir o acesso a esse direito ao máximo possível de pessoas privadas de liberdade?

Para aprofundar um pouco mais sobre o presente tema, realizou-se entrevista com a Coordenadora da SEDUC/GO, H. V. M., doutoranda em Ciência da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/GO, que relatou trabalhar em seu cargo desde 2016, que consiste na coordenação de todas as modalidades de EJA, em 72 unidades de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade.

Entre as dificuldades e/ou desafios, a coordenadora aponta os setores públicos como limitadores em alguns sentidos para tornar a educação em unidades prisionais mais qualificada, como “as regras de segurança, o déficit de profissionais e formação específica nessa modalidade” (trecho da entrevista).

O fator estimulante para permanecer no cargo é o êxito ao alcançar “a recuperação, nem que seja de um aluno apenas (...), é gratificante saber que estamos transformando e isso me dá vontade de continuar todos os dias” (H. V. M.).

No que se refere à escolha da profissão, a coordenadora relatou que além da formação acadêmica, a paciência, a esperança em fazer a diferença e gostar de trabalhar com pessoas são características vistas como necessárias para permanecer nessa área de atuação.

Sobre a relação entre eficiência da formação e exercício do cargo, H. V. M. explicou que:

Na época da minha formação não havia essa modalidade, apenas em 1996 com a LDB que veio a ter, não tinha um preparo, tinham barreiras. Agora com as novas instituições que consegui a formação nessa modalidade (H. V. M.)

(...) é importante propiciar uma formação diferenciada aos professores antes que estes iniciem o seu trabalho nas escolas prisionais, para que aprendam a lidar com os presos e com as características desse ambiente de trabalho. Estes professores devem, preferentemente, pertencer ao quadro de carreira do sistema público de ensino. (Marcondes, Marcondes, 2008, p. 15)

Logo, a entrevistada afirmou que estava passando por formação continuada no mesmo período em que respondeu a entrevista, voltada para Educação para Pessoas Privadas de Liberdade. Assim, ressalta que:

(...) a formação nessa área, de educação prisional, é falha, faltam profissionais capacitados, que além de ter um bom perfil, deve gostar de lidar com seres humanos. Pensa (...) que além de estar lidando com um criminoso, está lidando com um ser humano (H. V. M. Trecho da entrevista).

A resposta reforça o descaso do poder público com a ressocialização dos apenados, dificultando a eficácia e a efetividade da educação na vida desses sujeitos. O conhecimento adquirido pelo professor na sua formação e suas percepções sobre o mundo não deve limitar a pluralidade de abor-

dagens em sala de aula, proporcionadas pelos conhecimentos dos alunos, que têm origens e identidades distintas. A escuta e o envolvimento dos alunos com o conhecimento escolar é importante para que o próprio docente aprenda e continue se formando no chão da sala de aula (Freire, 1996).

Dessa forma, faz-se necessária a ressocialização e a educação como direito, conforme estabelecido em lei, visando a formação integral do cidadão e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outra concepção de cidadania emergiu a partir da Constituição Federal de 1988, tornando a educação um direito de todo cidadão, sendo que a oferta da educação compõe os direitos básicos e a noção de dignidade humana. Atendendo ao previsto na Constituição Federal, a Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN, estruturou características, diretrizes, matrizes e normas de cada modalidade e nível de ensino, prezando pela gratuidade, qualidade, laicidade e outras especificidades de um sistema educacional democrático.

Diante disso, refletiu-se sobre “A educação como direito de todos”, como a universalidade dos direitos e o acesso aos mesmos influencia na perspectiva sobre a cidadania e no funcionamento da sociedade como um todo.

Compreende-se, assim, que a educação deve ser um direito possível de acessar por parte dos apenados, sejam aqueles que respondem em liberdade ou nas unidades prisionais. No entanto, vale questionar o motivo do desinteresse público em proporcionar o acesso a visões diferentes sobre a sociedade, a criminalidade e a própria importância da educação.

Quanto à “Humanização no Sistema Prisional”, destacou-se a importância de superar o imaginário pejorativo de marginal, vagabundo e delinquente (Novo, *online*), para que os sujeitos privados de liberdade tenham mais chances e possibilidades de se ressocializar.

Em entrevista produzida pela Universidade Federal de Minas Gerais discutiram-se algumas problemáticas em torno da existência de bibliotecas no sistema prisional, pois apesar da aprovação em lei, menos de 40% das unidades prisionais possuíam bibliotecas até o ano de 2018.

Diante da realidade de descaso do poder público, questiona-se se a humanização compõe o projeto coletivo em relação à ressocialização, tanto por parte do Estado, quanto da população de forma geral.

Por fim, chamou-se atenção para o “Papel da educação na ressocialização das pessoas privadas de liberdade em Goiás”, para as experiências de uma pedagoga que atua na área de educação para pessoas privadas de liberdade. Por meio de entrevista, a coordenadora H. V. M. considera que um dos pontos mais relevantes é a formação precária e a falta de profissionais capacitados para assumir cargos na modalidade EJA nas unidades prisionais. Considera, portanto, que a formação é um ponto fundamental para os docentes que atuam na modalidade referida.

Assim, a educação que se almeja, como transformadora do meio sociopolítico e cultural não pode ser um projeto que ignore as pessoas privadas de liberdade e mesmo aquelas que respondem em liberdade. Por se tratar de um direito de e para todos os cidadãos, a educação deve se apresentar como esperança para o público atendido pelo sistema prisional, uma vez que possibilita ter mais oportunidades sociais, culturais, empregatícias e políticas para os sujeitos que estão em processo de ressocialização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm>. Acesso em: 20/01/2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário*. 2004.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 13.163/2015*. Modifica a Lei nº 7.210/1984, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Brasília: 2015.

CANAL FUTURA. Educação Prisional. *Programa Conexão*. (Vídeo). Disponível no link: <<https://youtu.be/yFHa1DfWlrs>>. Acesso dia: 28/01/2024.

CUNHA JÚNIOR, Adenilson Souza. Educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da pandemia de covid-19: cenários e dilemas em municípios baianos. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa*, v. 2, p. 01-22, jan./dez. 2020.

FERREIRA, Odete Mendes. *A humanização no sistema prisional: princípios de ambiência e cogestão na organização da atenção à saúde da pessoa privada de liberdade*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Esp. em Gestão em Saúde no Sistema Prisional. Campo Grande - MS, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25 edição. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCONDES, Martha Santana; MARCONDES, Pedro. *A educação nas prisões*. Acervo Paulo Freire. 2008.

NOVO, Benigno Núñez. A importância da educação prisional para a recuperação de detentos no Brasil e na Espanha. *DireitoNet*. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/12195/A-importancia-da-educacao-prisional-para-a-recuperacao-de-detentos-no-Brasil-e-na-Espanha>>. Acesso: 18/01/2024.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). *Educ. Pesquisa.*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 955-967, out./dez., 2013.

PAIVA, Bruno Felipe Barboza de. A humanização no sistema penitenciário e a aplicação de tais princípios no espaço carcerário. *Revista Transgressões – Ciências Criminais em Debate*. Periódicos UFRN. 2020.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Bruno Freitas. Educação como processo de humanização: Educação Freireana. *Caderno Intersaberes*. v. 9, n. 21, 2020.

UFMG. *Previstas em Lei, bibliotecas prisionais estão presentes em menos de 40% das unidades no país*. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias>> Acesso: 14/12/2023.

OS IMPACTOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Elisângela Mendanha Hatsugai¹
Marília Mendanha Vaz Rodrigues²
Maria de Lourdes Alves³

Resumo: O Objetivo desse artigo é compreender os reflexos da ausência do ensino da educação financeira durante a educação básica. De que modo a educação financeira e ou sua ausência pode impactar na população brasileira adulta? A metodologia utilizada foi análise bibliográfica por meio de artigos científicos, livros e sites, tais como Domingo (2013), Peretti (2007) e Sbicca (2012) Esse artigo apresenta a situação atual do Brasil no que tange ao ensino da educação financeira. A aprendizagem e execução da educação financeira tem o poder de impactar diretamente o orçamento das famílias brasileiras. Através deste estudo foi possível concluir que como consequência da ausência do ensino da educação financeira durante a educação básica até 2010, entre outros motivos de ordem social, econômica e política, ocasionou o alto índice de endividamento e inadimplência. A grande maioria da população não foi ensinada a lidar com o dinheiro de forma adequada, planejada e principalmente como poupá-lo ou investi-lo.

Palavra-chave: Educação financeira. Educação básica. Dinheiro. Endividamento.

THE IMPACTS OF FINANCIAL EDUCATION ON BASIC EDUCATION

Abstract: The objective of this article is to understand the consequences of the absence of teaching financial education during basic education and how it impacted the Brazilian population in adulthood. The methodology used was bibliographical analysis

¹ Graduada em Administração de Empresas pelas Faculdades Aphoniano em (2004). E-mail: elismhat@gmail.com

² Graduada em Administração pela Faculdade Padrão em (2015). E-mail: mariliavaz01@gmail.com

³ Graduada em Ciências Sociais - UFG; Mestre em Sociologia - UFG; Doutora em Educação - UFG. Professora da Universidade Estadual de Goiás e das Faculdades Aphoniano. Coordenadora da pós-graduação - Faculdades Aphoniano; Coordenadora da Residência Pedagógica - Faculdades Aphoniano. E-mail: lurdinhaalvespibid@gmail.com

through scientific articles, books and websites, this article presents the current situation in Brazil regarding the teaching of financial education. The learning and implementation of financial education has the power to directly impact the budget of Brazilian families. Through this study it was possible to conclude that as a consequence of the absence of teaching financial education during basic education, it caused the high rate of indebtedness and default. The vast majority of the population was not taught how to handle money properly, planned and especially how to save or invest it.

Keywords: Financial education. Basic education. Money. Indebtedness.

INTRODUÇÃO

O Estudo da Educação Financeira proporciona uma metanoia, pois não aborda somente sobre poupar e cortar gasto, trata-se da elaboração de um novo entendimento com relação ao dinheiro e a forma de utilizá-lo.

A educação financeira durante muitos anos foi um tema totalmente ignorado na grade curricular da educação básica, esse artigo busca mostrar como isso repercutiu negativamente nas finanças da população brasileira, pois a ausência de aprendizagem dessa habilidade na infância interfere diretamente na forma como o adulto lida com suas finanças. A Educação financeira na educação básica tem como objetivo a formação de cidadãos financeiramente educados, críticos e atentos para não cair em armadilhas financeiras que proporcionam assim o endividamento leviano.

Este artigo busca compreender de que forma a ausência do ensino da Educação Financeira na educação básica até 2010 refletiu no auto índice do endividamento da população brasileira em 2023?

1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com Carson, Luker e Russel (1992, p. 5) Martin Luther King Junior em uma de suas cartas afirma que: “A função da educação é ensinar a pensar intensamente e pensar criticamente [...] Inteligência mais caráter: esse é o objetivo da verdadeira educação.”

A Educação Financeira no Brasil era vista inicialmente como uma ferramenta utilizada exclusivamente para orientar os investidores em como

aplicar seus ativos, a maioria da população não tinha renda excedente que lhe possibilitasse poupar, pois a mesma estava enredada em altos índices de inflação que só foi controlada após a inserção do Plano Real em 1994, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Após algumas melhorias na situação econômica do país a partir de 1999 as mesmas eram palpáveis, como o controle da inflação, a expansão dos bancos e o aumento das ofertas de linhas de créditos, houve uma verdadeira revolução referente ao poder de compra da população brasileira.

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoraram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (BACEN, 2012 p. 1)

Esse acesso da classe média baixa a um consumo antes impensável ocorreu sem um planejamento financeiro adequado, lembrando que até o momento não havia literatura acessível sobre o tema. Em meados dos anos 2000 chegou ao Brasil um Best-seller que causaria um verdadeiro reboleio na área, trata-se do livro “Pai Rico Pai Pobre” dos autores americanos Robert T. Kiyosaki e Sharon Lechter, esse livro aborda o relacionamento do homem com o dinheiro, como lidar com seus bens chamados pelos autores de ativo e suas despesas chamadas de passivo. Os autores expressam com muita clareza a necessidade do desenvolvimento da inteligência financeira.

– a inteligência financeira é constituída por estas quatro habilidades técnicas: 1. Alfabetização financeira. A capacidade de entender números. 2. Estratégias de investimento. A ciência do dinheiro fazendo dinheiro. 3. O mercado... perceber uma oportunidade criada pelo mercado... 4. A lei. O conhecimento de lei... São os fundamentos básicos ou a combinação destas habilidades o necessário para ser bem-sucedido. (Kiyosaki; Lechter 2000, p. 100)

Um dos principais problemas ao tentar educar a grande massa sobre um determinado tema é que geralmente essa literatura vem de forma enrustida, com palavras bonitas floreando o seu significado vemos isso para todos os lados que olhamos, segundo Freire (2005, p. 100) “muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a que falam. Em sua fala é um discurso a mais, alienado e alienante”. A população precisa ter acesso a métodos de ensino que os oriente de forma simples e clara, em como gerir suas finanças.

A educação financeira pode ser definida como “o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro”. Educação financeira, portanto, vai além do fornecimento de informações e aconselhamento financeiro, o que deve ser regulado, como geralmente já é o caso, especialmente para a proteção de clientes financeiros (por exemplo, consumidores em relações contratuais). (OCDE, 2005, p. 5)

Trata-se de uma nova forma de pensar, aprender a ver o dinheiro de outra forma e refletir antes das tomadas decisões de como emprega-lo.

1.1 A importância da educação financeira na educação básica

Até 2010 a Educação financeira não fazia parte do contexto escolar, o Brasil passou por instabilidade econômica durante muitos anos chegando ao limbo de ter quatro trocas de moeda em 08 anos (1986 a 1994). Essas mudanças refletiram diretamente nos hábitos dos brasileiros de não realizar planejamento financeiro futuro, pois tratava-se de uma economia estrangulada pela alta inflação. Segundo Domingos (2013) a ausência do ensino das habilidades financeiras, somado a instabilidade econômica do decorrer dos anos formou adultos despreparados economicamente, com dificuldades para planejar suas finanças.

A pessoa alfabetizada financeiramente sabe onde quer chegar, sabe lidar com situações que estão fora da sua área de autoridade e lidar com o dinheiro, sabe como ganhar, gastar, investir, poupar e doar. Por esta razão que chamamos de Educação Financeira um instrumento capaz de proporcionar às pessoas melhor bem-estar, e melhor qualidade de vida. (Peretti 2007, p. 18)

A escola precisa dar o pontapé inicial, pois se as famílias brasileiras tivessem conhecimento adequado sobre o tema provavelmente não teríamos um índice tão alto de endividamento como tem ocorrido.

Ensinar as crianças como lidar com o dinheiro e entender e executar o orçamento junto com a família é fundamental para o desenvolvimento do controle dos limites, autodisciplina e maturidade financeira, bem como o fortalecimento do seu caráter. A verdadeira compreensão financeira no momento da compra, é saber distinguir entre o que eu quero, ou eu preciso. Isso contribuirá para a maturidade e disciplina da mente da criança em relação às finanças e abre caminho para o entendimento da liberdade financeira. (PERETTI 2007, p. 1)

Nos últimos anos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apresentam função primordial para a Educação Básica, direcionando a elaboração da proposta pedagógica tem orientado que seja trabalhado o tema “Trabalho e consumo”, orientando que as atividades pedagógicas devam ser voltadas para o cotidiano dos alunos, gerando assim uma identificação e logo aplicação pratica no dia a dia dos mesmos.

De acordo com El Khatib (2010, p. 30), a Educação Financeira para as crianças “deve ser caracterizada por dicas para ajudar no aprendizado de como fazer uso inteligente do dinheiro, no presente e no futuro. Ou seja, é aprender a usar o dinheiro para ele crescer mais!”. Quando a criança é ensinada de forma lúdica aumenta as probabilidades de memorização e aplicação pratica, alguns jogos colaboram bastante com essa absorção, por exemplo Jogo da Vida, Gamão, Banco Imobiliário e até mesmo o xadrez, pois ensina a criança que é necessário ter estratégia, estar sempre um passo à frente. Através dos jogos de tabuleiro as crianças desenvolvem a concentração e o raciocínio lógico, essas características os ajudam a se torna-

rem um adulto responsável e focado. Os conceitos de educação financeiros deveriam ser ensinados desde a Educação Infantil, percorrendo o Ensino Fundamental e consolidando-se no Ensino Médio.

Uma criança [...], durante a educação básica, é obrigada a memorizar nomes e datas de pouca utilidade na vida real. Em pouco tempo tudo, ou quase tudo, é esquecido. Nesses anos, o aluno não estuda noções básicas de comércio, economia, finanças ou impostos. O sistema educacional ignora o assunto ‘dinheiro’, algo incompreensível, já que a alfabetização financeira é fundamental. (Martins 2004, p. 5)

Antes das implementações que foram feitas no ensino os jovens chegavam aos 18 anos totalmente despreparados intelectualmente para lidar com o seu dinheiro e em contrapartida encontraram inúmeras portas abertas lhe oferecendo crédito, durante o início dos anos bastava ser universitário para que o banco lhe ofereça cartão, cheque especial e empréstimo, mesmo o estudante não tendo nenhuma comprovação de renda.

A falta de instrução financeira nas escolas que nossos filhos frequentam. Muitos dos jovens de hoje têm cartão de crédito antes de concluir o segundo grau e, todavia, nunca tiveram aulas sobre dinheiro e a maneira de investi-lo, para não falar da compreensão do impacto dos juros compostos sobre os cartões de crédito. Simplesmente, são analfabetos financeiros e, sem o conhecimento de como o dinheiro funciona, eles não estão preparados para enfrentar o mundo que os espera, um mundo que dá mais ênfase à despesa do que à poupança. (Kiyosaki; Lechter 2000, p. 13)

1.2 A educação financeira como política de estado

A educação financeira se tornou política de Estado no Brasil através da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em Decreto Presidencial nº 7.377, de 22 de dezembro de 2010. Essa política tem como objetivo:

Promover e fomentar uma cultura de educação financeira no país; ampliar a compreensão dos cidadãos para que possam fazer escolhas bem informadas sobre a gestão de seus recursos; contribuir para a eficiência e

solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros e de fundos de previdência” (Bacen, 2011, p. 11)

Não existe no Brasil um conceito específico determinando o que é políticas públicas, vários conceitos foram surgindo com o passar dos anos, segue no quadro abaixo os que mais se destacaram.

Quadro 1. Conceitos de Políticas Públicas no Brasil

Autor	Conceito
Laswell (1943)	Política pública ocorre quando se responde as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.
Lynn (1980)	Conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos.
Dye (1984)	Aquilo que o governo escolhe entre fazer ou não fazer.
Peters (1986)	Conjunto de atividades dos governos que agem diretamente ou por meio de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos.
Mead (1995)	Um campo contido no estudo sobre política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Fonte: Baseado em Souza (2006).

Em sua busca incansável por conhecimento Souza (2006, p. 26), afirma que política pública pode ser sintetizada em um campo de conhecimento que procura de forma simultânea “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudança no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Até meados de 2010, foram implantadas algumas ações esporádicas com objetivo de instruir os alunos da rede pública e particular sobre a necessidade da conscientização e a prática da educação financeira e o uso de suas ferramentas, infelizmente foi muito a quem do necessário.

O Decreto Federal nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010 foi revogado pelo Decreto Federal nº 10.393 de 09 de junho de 2020, a nova legislação institui Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) que tem como

objetivo promover educação financeira, securitária, previdenciária no Brasil. Essa promoção é feita através de desenvolvimento de projetos entre a iniciativa pública e privada.

De acordo com a determinação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), o ensino da educação financeira é obrigatório no ensino infantil e fundamental devendo ser abordado em diversas disciplinas. A Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF tem como principal objetivo a formação em educação financeira de professores e alunos do ensino fundamental, médio, além de pessoas em situação de vulnerabilidade (idosos, aposentados, mulheres cadastradas em programas sociais, entre outros).

A ENEF está a todo vapor, ela implementou três programas transversais: Programa Educação Financeira nas Escolas; Programa Educação Financeira de Adultos e; Semana Nacional de Educação Financeira.

Programa Educação Financeira nas Escolas: com a proposta de implementar a educação financeira no ambiente escolar, o programa foca nos ensinos Fundamental e Médio para desenvolver nas crianças a cultura de planejar, prevenir, poupar, investir e consumir de forma consciente. Para isso, foi criada uma abordagem pedagógica que inclui atividades educacionais, materiais didáticos e livros (para o Ensino Fundamental) e materiais didáticos e livros de educação financeira que são disponibilizados gratuitamente em uma plataforma online aberta (para o Ensino Médio).

Programa Educação Financeira de Adultos: focado especialmente em aposentados com renda de 1 a 2 salários mínimos e mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, o programa criou tecnologias de educação financeira para: contribuir na gestão do orçamento familiar (no caso das mulheres) e reduzir o endividamento e auxiliar na tomada de decisões autônomas (no caso dos aposentados).

Semana Nacional de Educação Financeira: trata-se do principal programa transversal da ENEF: desde 2014, ele ocorre uma vez por ano em diversas cidades espalhadas pelo Brasil. São ações educativas gratuitas que promovem conscientização e orientação financeira para que as pessoas usem melhor seus recursos e saibam como utilizar os serviços financeiros a seu favor.

[...] A Semana ENEF costuma promover uma agenda oficial para guiar as ações educativas. Essa agenda representa uma oportunidade para que os órgãos públicos, privados e da sociedade civil compartilhem os programas de educação financeira e divulguem o tema em todo o Brasil. Ao realizar essas ações educativas, as entidades precisam respeitar o maior princípio da Estratégia Nacional de Educação Financeira: ser gratuita e acessível a todos. (CAPITAL NOW, 2020, p. 1. Grifos do autor.)

A ENEF disponibiliza em seu site diversos, artigos, cursos e livros para os alunos e treinamentos para os professores. Em sua plataforma tem material didático tanto para educação básica, quanto para o ensino médio, abordando assim cada fase de ensino com sua própria linguagem, o acesso ao material é livre para toda a população que tiver interesse em ampliar seus conhecimentos sobre o assunto. O endereço da plataforma é: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Espera-se que com tantas informações acessíveis, em um futuro próximo possamos ter uma redução do índice de endividamento da população brasileira.

2. CRÉDITO FACILITADO VERSOS O ALTO ÍNDICE DE ENVIDAMENTO

De acordo com o Bacen (2022, p. 20) “O crescimento do crédito amplo continuou condizente com os atuais fundamentos econômicos. O crédito bancário para pessoas físicas manteve o ritmo elevado de crescimento.” Um dos grandes vilões do endividamento é o livre acesso ao crédito facilitado, pois a aquisição do mesmo de forma indiscriminada a longo prazo acarreta grandes prejuízos ao orçamento familiar. As operadoras de créditos investem em mídias com o objetivo de atrair os consumidores que buscam uma compra emergencial, mas não tem poder de compra, devido a necessidade aceitam as vantagens oferecidas pelos bancos sem questionar as taxas de juros, esse crédito na maioria das vezes é gerenciado de forma desordenada causando transtornos futuros. De acordo com Rassier (2010, p. 591), “O crédito pessoal é um empréstimo em que os recursos são colocados a disposição do devedor que os utiliza livremente. Em geral, é crédito na conta corrente ou por meio de cheque nominativo

Segundo a PEIC 2022 – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) em 2022, 77,9% da população brasileira está endividada, suas principais dívidas são com cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outros tipos de dívida.

Armadilhas disfarçadas de felicidade nos chegam a todo o momento em forma de empréstimos bancários e prestações a perder de vista que aparentemente se justificam para chegarmos mais rápido ao que desejamos. No entanto, será que o atalho é o melhor caminho? (Domingos 2013, p. 45)

Há alguns anos notasse um amplo crescimento na oferta de cartões de créditos, as populações de baixa renda que antes eram ignoradas pelos bancos passaram a despertar interesse nos mesmos como explica-se abaixo:

Os bancos estão atentos às possibilidades de crescimento do segmento cartão de crédito nas faixas de renda mais baixas. Fernando Chacon, diretor de Marketing e Cartões do Itaú, divulgou em relatório de outubro de 2007 a delimitação do público-alvo das empresas de cartão de crédito – população urbana, com idade superior a 18 anos e renda mensal mínima de R\$ 250,00. Em dezembro de 2009, tal rendimento seria equivalente a R\$ 294,48, próximo dos 5% com menor renda no país à época e com penetração de cartões de crédito em torno de 5% desta população. A busca por público-alvo não tradicional pelas empresas de cartão de crédito já foi notada também nos Estados Unidos, neste caso estudantes de graduação e a população de baixa renda. (Sbicca, Floriani e Juk 2012, p. 12)

Uma importante alavanca para o desenvolvimento econômico no Brasil foi a concessão de créditos, mas como nem tudo são flores essas concessões refletiram em um alto índice de endividamento, pois a facilidade para obtê-los ocasionou um consumismo desenfreado, onde a população desconta suas frustrações pessoais no consumo exacerbado.

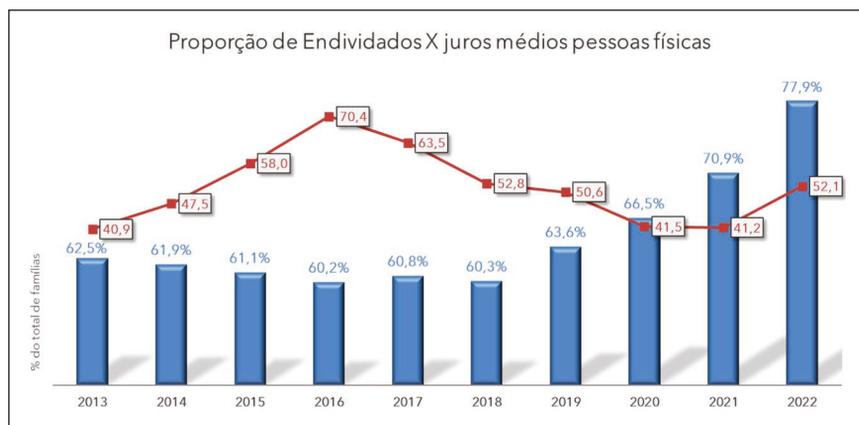
Outra alavanca que ampliou o acesso ao crédito para as famílias foi o programa de empréstimos a aposentados e pensionistas do INSS, com consignação em folha de pagamento. Este programa foi autorizado pela

Lei nº 10.820, publicada no Diário Oficial da União em dezembro de 2003. Infelizmente o grande problema desse tipo de empréstimo é o mau uso do recurso, geralmente são destinados para compras de eletrodomésticos ou até mesmo para pagar dívidas, gerando uma nova.

A expansão do crédito para consumo os incluirá na sociedade de consumo, mas não trará a eles desenvolvimento. Partindo-se do aspecto da demanda econômica, no sentido keynesiano: o acesso ao crédito para consumo incentiva a população a consumir, amplia a demanda por bens e serviços e, por consequência, exige maior produção e investimentos das firmas, gerando novos empregos. (BARONE e SADER 2008, p. 1268)

De acordo com a citação o crédito propicia maior desenvolvimento da economia, pois o aumento na demanda por crédito, reflete em uma alta do consumo. É necessário que ocorra uma capacitação referente ao investimento de recursos para a população de baixa renda, orientando sobre a abertura e a ampliação de negócios.

Gráfico 1. Proporção de endividados x taxa de juros média recursos livres pessoas físicas – evolução histórica



Fonte: Peic/CNC e Bacen.

Em 2013 esse percentual era de 62,5% com as altas dos juros entre 2013 e 2016 houve uma desaceleração no endividamento com o percentual de endividamento chegando 60,3% em 2018, mas a partir daí com as baixas nos juros houve um incentivo para aquisição de créditos elevando novamente o endividamento. Em contrapartida após a pandemia os consumidores elevaram a busca por crédito mesmo com a alta dos juros.

A população brasileira está arrolada em dívidas e não adianta culpar o governo, ou até mesmo a pandemia, o alto índice de endividamento se arrasta a anos e a pandemia somente acentuou o problema. Zerrenner (2007, p. 26-27) citando Braunstein e Welch (2002), em uma publicação do Federal Reserve, explica que:

A administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. Sobre a perspectiva mais ampla, as autoras colocam que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não têm habilidade para administrar eficientemente suas finanças. Quando os agentes são bem informados, o mercado se torna mais competitivo e mais eficiente. (Zerrenner 2007, p. 26-27)

É notório que a população brasileira precisa de auxílio para aprender a gerir seus recursos, uma alternativa que provavelmente reduziria os problemas causados pelo endividamento seria a ministração de cursos rápidos de educação financeira para adultos de baixa renda, a população aprenderiam assim técnicas e instrumentos que os auxiliariam na elaboração do seu planejamento orçamentário, até porque foi devida a falta do mesmo que gerou tantos problemas com endividamento. Esses cursos já acontecem em diversos municípios através de alguns órgãos como CDL, Serasa e SEBRAE. Infelizmente essas iniciativas ainda são insuficientes para amenizar o problema, pois além da oferta dos cursos é necessário que a população tenha interesse em realizá-los. Além de cursos também é necessário a organização de um sistema de bem-estar social – políticas de saúde, educação, moradia, cultura e lazer na perspectiva de oferecer mais segurança social às pessoas, muitas vezes o endividamento ocorre em função de problemas de saúde, em especial, saúde mental, drogas, alcoolismo.

Após a pandemia do COVID-19 a população se viu em um cenário financeiro cheio de incertezas, como se não bastasse a economia mundial tentando se restabelecer, houve ainda o agravante da guerra entre a Ucrânia e a Rússia, gerando assim mais instabilidade em 2023. O Brasil tem enfrentado o maior índice de inflação já visto nos últimos anos e essa inflação tem impactado diretamente a mesa do consumidor, pois os preços são extravagantes principalmente nos itens básicos. Todos esses problemas influenciam diretamente no alta da inadimplência, pois quando a população não consegue colocar comida na mesa, as dívidas ficam para segundo plano.

De acordo com o Banco Central, o cenário inflacionário segue enfrentando diversos desafios pois a inflação persistentemente elevada e com alto índice de alargamento, nos mostra um cenário negativo onde as pressões inflacionárias não vão se dissolver em curto prazo.

A inflação ao consumidor continua elevada. Os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que apresentam maior inércia inflacionária, mantêm-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2023 e 2024 apuradas pela pesquisa Focus elevaram-se e encontram-se em torno de 6,0% e 4,1%, respectivamente. (Bacen, 2023, p. 1)

Os principais fatores que ocasionam o endividamento segundo a Serasa 2023 são: Desemprego, compras para terceiros, ausência de educação financeira e enfermidades. Durante o período da pandemia ocorreu um aumento do desemprego impulsionado principalmente pelo fechamento de diversos comércio que não conseguiram se estruturar durante a pandemia, ocasionado assim uma retração nas vagas de emprego, essa parte da população que de repente se viu desempregada, ou seja sem renda fixa influenciam diretamente na elevação do índice de endividamento, pois mesmo sem uma renda fixa as pessoas continuam consumindo, pois precisam sanar suas necessidades básicas, o grande problema e que além do endividamento ocorre também a inadimplência devido ao desemprego. O relatório emitido pelo Serasa (2023, p.4) afirma que a “[...] taxa média de desemprego em 2022 foi de 9,3%, o que representa uma queda de 3,9 pon-

tos percentuais em relação aos 13,2% de 2021. Foi a menor taxa de desemprego anual desde 2015.”

A informação acima nos mostra claramente que o problema do desemprego vem se arrastando há anos no Brasil. Outro fator que afeta o alto índice de endividamento é o hábito que o brasileiro tem de emprestar seu nome para terceiros realizar compras, emprestar cartões de crédito e a realização de financiamentos para terceiros. A ausência de conhecimento sobre organização financeira também impacta diretamente a população elevando o índice de endividamento, atualmente tem se falado muito sobre o tema, pois tem se iniciado um movimento de compreensão da necessidade de aprender a ter uma relação equilibrada com o dinheiro, analisando os compromissos a curto e longo prazo. Outro fator que está entre os principais responsáveis pelo endividamento são as despesas não planejadas devido a enfermidades, o brasileiro não costuma ter reserva financeira, e quando se depara com enfermidades acaba se endividando, muitas vezes através de empréstimos com altas taxas de juros.

Muitos brasileiros se habituaram ter uma dificuldade de compreender o verdadeiro significado do crédito, pois, de uma forma equivocada entendem que crédito é uma espécie de aumento de renda, sendo que o crédito é simplesmente uma antecipação da sua renda, essa dificuldade de compreensão vem ocasionando nos brasileiros uma elevação no consumo, tendo por consequência que destinar uma grande parte da sua renda para o pagamento de dívida e muitas vezes ocasionado a inadimplência.

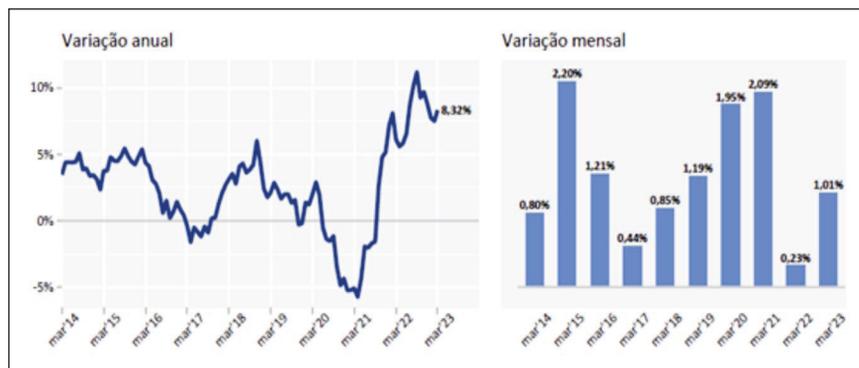
2.1 Inadimplência

Segundo os dados do Serasa em fevereiro de 2023, a inadimplência segue em franco crescimento, o indicador de inadimplência aponta 70,53 milhões de brasileiros com o nome restrito. Sobre o perfil dos inadimplentes os brasileiros de 26 a 40 anos representam 35,2% e os que estão entre 41 e 60 anos compõem 34,2%.

Pesquisas realizadas pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) informam que quatro em cada dez brasileiros com mais de dezoito anos estavam

negativados em março de 2023, isso corresponde a 40% dos consumidores, o percentual de contas atrasadas cresceu 8,32% em comparação a março de 2022. Analisando os dados disponíveis de todos os estados brasileiros a CNDL e o SPC Brasil concluíram que a variação anual em março desse ano comparado mês de março do ano anterior sofreu um acréscimo de 1,01% no número de devedores.

Gráfico 2. Variação de Pessoas Inadimplentes



Fonte: SPC Brasil.

A Alta de juros está atingindo diretamente as famílias endividadas, ocasionando uma alta busca por renegociações, o que já era esperado pelo mercado, o agravante está no fato que por essas negociações estarem sendo feitas nesse período com os juros altíssimos, isso influenciará diretamente no poder de compra das famílias a longo prazo ocasionando a inibição do consumo. O superendividamento das famílias, principalmente as de baixa renda acarreta em uma redução da capacidade de consumo futuro, ocasionando prejuízos ao mercado, nos remetendo novamente a relevância da educação financeira, como também de políticas pública sociais, tais como: saúde, educação, moradia, cultura, lazer.

O credito é um instrumento poderoso para o desenvolvimento da economia de um país, mas para que seja colaborativo precisa ser pago. Pois

o não pagamento do mesmo afeta toda uma cadeia de serviços oferecidos, e afeta principalmente o devedor que deixa de usufruir de vários benefícios e passa a ter que lidar com o endividamento e as consequências de sua inadimplência, colocando o assim em diversas situações vexatórias.

Segundo Sperandio (2020) o exame Pisa é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), em 2015 um dos parâmetros de avaliação foi o Analfabetismos Financeiro, o Brasil ocupou a última posição entre as 17 nações que foram avaliadas nesse quesito.

Os países com melhores resultados no teste [Pisa1], não coincidentemente, já têm educação financeira nas escolas desde o início deste século. No futuro próximo, uma escola que não forneça a disciplina de educação financeira será vista da mesma forma que uma escola que não ofereça educação física, artes ou idiomas. (SPERANDIO apud CANER, 2020, p. 1)

A ausência da consciência financeira reflete diretamente na economia do país, a raiz do problema está lá trás, como o brasileiro não foi ensinado a lidar com finanças, a planejar seus gastos e não tem o habito de pensar no futuro, acaba que em sua maioria gasta tudo que ganha e não poupa nada, estudos apontam que o brasileiro não tem reserva própria para a aposentadoria, diferente da maioria das nações onde a população é ensinada sobre administração financeira já há muitos anos. Não adianta lamentar o passado, é necessário que a população se conscientize da urgência de buscar esse conhecimento.

O uso consciente do crédito acelera a economia e proporciona melhor qualidade de vida aos cidadãos, em contrapartida seu uso de forma errônea sem planejamento ou capacidade de pagamento adequada, ocasiona consequências gravíssimas para o cidadão, colocando em uma espiral de dívidas reduzindo assim seu bem-estar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência do ensino da educação financeira na educação básica ocasionou diversos prejuízos para a população adulta brasileira, pois os

impediu de aprender na primeira infância a ter um contato saudável com o dinheiro, desenvolver planejamento financeiro e usufruir do uso de diversos instrumentos que a educação financeira nos oferece. Possivelmente se no Brasil houvesse sido ensinado essa disciplina como por exemplo já acontece nos Estados Unidos a várias décadas, provavelmente o índice de endividamento da população brasileira seria bem inferior. Mas não adianta trabalhar com suposições, é necessário ficar na torcida para que a geração atual se desenvolva melhor financeiramente falando.

Nos últimos anos a educação financeira tem se tornado um tema de extrema importância na formação dos alunos no Brasil, esse resultado está sendo obtido devido ao fato dela ter se tornado uma política pública e fazer parte das diretrizes nacionais do currículo escolar, embora sua abordagem seja feita de forma transversal entre as disciplinas obrigatórias.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), tem desenvolvido um excelente trabalho implementando suas ações, mobilizando diversos setores e promovendo assim a educação financeira no Brasil e fortalecendo a cidadania. O grande objetivo aos cidadãos é proporcionar as condições necessárias para que eles aprendam medidas econômicas, para que de forma consciente eles consigam empreender. Pois se a população for subsidiada com o conhecimento necessário e as habilidades para que a mesma consiga lidar com suas finanças, elaborando orçamentos pessoais, de forma que sejam capazes de tomar melhores decisões financeiras, analisando como serão realizados seus gastos e investimentos, isso nos possibilita acreditar que a população brasileira conseguirá reduzir o índice de endividamento através do acesso ao conhecimento.

REFERENCIAS

BACEN [Banco Central do Brasil]. *Relatório de Estabilidade Financeira*. Brasília, v. 10, n. 2, p. 1- 60, set. 2011. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/201109/RELESTAB201109-refC2P.pdf>>. Acesso em: 15 Abril 2023

BACEN. Banco Central do Brasil. *O Programa de Educação Financeira do Banco Central*. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BACEN. *Banco Central do Brasil. Relatório de Estabilidade Financeira*. Brasília, v. 21, n. 2, p.1- 85, nov. 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202210/RELESTAB202210-refPub.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BACEN [Banco Central do Brasil]. Atas do Comitê de Política Monetária - Copom. *253ª Reunião - 21-22 março, 2023*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>>. Acesso em: 01 abr. 2023.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. *Acesso ao crédito no Brasil: Evolução e Perspectivas*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, dezembro de 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000600012>>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CAPITAL NOW. *ENEF: para que serve a Estratégia Nacional de Educação Financeira?* [S.l.]: Capital Now por Onze, 2020. Disponível em: <<https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/enef/>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Carson, Clayborne; Luker, Ralph; Russel, Penny A. eds. *Os papéis de Martin Luther King Jr. Volume I: Chamados para servir*, janeiro de 1929 a junho de 1951. University of California Press em Berkeley e Los Angeles 1992.

CNDL. *Brasil Inadimplência bate recorde e atinge 66 milhões de consumidores, aponta CNDL/SPC Brasil*. Disponível em: <<https://cdlcurvelo.org.br/inadimplencia-bate-recorde-e-atinge-66-milhoes-de-consumidores-aponta-cndlspc-brasil/>>. Acesso em: 19 Abr. 2023.

DOMINGOS, Reinaldo. *Educação Financeira – o caminho para a realização de sonhos e sustentabilidade de sua família*. São Paulo: DSOP, 2013.

EL KHATIB, A. S. *Educação Financeira: aprenda a cuidar melhor do seu dinheiro*. São Paulo: All Print Editora, 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. *Pai Rico, Pai Pobre*. Tradução: Maria Monteiro. 46. ed. Editora Elsevier, 2000, 187 p.100.

MARTINS, José Pio. *Educação Financeira ao alcance de todos: adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). *Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira*. 2005, p. 5. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PERETTI, L. C. *Educação Financeira: aprenda a cuidar do seu dinheiro*. Paraná: Impressul, 2007.

RASSIER, Leandro Hirt. *Conquiste sua liberdade financeira: organize suas finanças e faça o seu dinheiro trabalhar para você*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SBICCA, Adriana; FLORIANI, Vinicius; JUK, Yohanna. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. *Revista Economia e Tecnologia*, Curitiba, v. 8, n. 4, 2012.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8 (16), 20-45. doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

SPERANDIO, Luan. Por que o Brasil é um país de analfabetos financeiros – e como isso atrapalha a nossa vida. Entrevistado: Gerson Caner. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 8 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-pais-dos-analfabetos-financeiros/>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ZERRENER, S. A. *Estudo sobre as Razões para o Endividamento da População de Baixa Renda*. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO

Elisvânia Elza Pereira da Silva¹

Lizandro Poletto²

Roseli Vieira Pires³

Resumo: Este artigo discute as contribuições da relação afetiva para o processo de ensino e aprendizagem, a fim de compreender como ocorre a relação afetiva entre professor e aluno na Educação Infantil. O objetivo desta revisão bibliográfica é compreender o significado de sentimentos e afetividade no processo de aprendizagem. Os dados analisados permitiram concluir que o uso da afetividade como instrumento melhora a aprendizagem, proporciona resultados positivos na aquisição de conhecimento dos conteúdos e na formação do aluno para a vida, articula respeito, amor e carinho em uma interação com as outras pessoas e, dessa forma, torna o mundo melhor. A metodologia utilizada é baseada em uma revisão bibliográfica, fundamentada em autores e documentos que tratam do tema em questão, tais como: Lei no 9.394/96, Almeida (2005), Alves (2000), Barbosa (2006), Cury (2003), Dantas (1994), Piaget (1975), Wallon (1992) e outros.

Palavras-chave: Sentimentos. Afetividade. Ensino-Aprendizagem. Educação infantil.

¹ Acadêmica concluinte do curso de Pedagogia do Centro Universitário Alfredo Nasser, no semestre 2022/1. E-mail: elisvania22eduarda@gmail.com

² Pós Doutor em Educação - PUC/GOIÁS; Doutor em Ciências da Religião - PUC/GOIÁS; Mestre em História - UFPR-PR; Teólogo - PUC-PR; Teólogo - PUL - Roma, Itália; Bacharel em Direito - FAN-GO; Pedagogo - ULBRA-RS; Filósofo - FBB-BA; Historiador - FAN-GO; Administrador - FAN-GO; Cientista Social - ULBRA-RS; Geógrafo - FEAC-ES; Licenciado em Educação Física - Faculdade Ideal -DF; Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos - FEAC-ES. Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, GO. E-mail: lizandropoletto@facmais.edu.br

³ Estágio Pós Doutoral em Psicologia PUC. Estágio Pós Doutoral em Geografia da Saúde - UFG. Doutorado em Psicologia. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Organizacional. Graduação em Administração e Ciências Contábeis. Graduada em Direito. Licenciatura em Pedagogia. Professora e Orientadora do Mestrado em Gestão, Educação e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: roselivieirapires@gmail.com

THE IMPORTANCE OF AFFECTIVITY IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: TEACHER AND STUDENT RELATIONSHIP

Abstract: This article discusses the contributions of the affective relationship to the teaching and learning process, in order to understand how the affective relationship between teacher and student occurs in Early Childhood Education. The objective of this literature review is to understand the meaning of feelings and affectivity in the learning process. The data analyzed allowed us to conclude that the use of affectivity as an instrument improves learning, provides positive results in the acquisition of knowledge of content and in the student's training for life, articulates respect, love and affection in an interaction with other people and, therefore, way, it makes the world better. The methodology used is based on a bibliographical review, based on authors and documents that deal with the topic in question, such as: Law no. 9,394/96, Almeida (2005), Alves (2000), Barbosa (2006), Cury (2003), Dantas (1994), Piaget (1975), Wallon (1992) and others.

Keywords: Feelings. Affectivity. Teaching-Learning. Early childhood education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da necessidade de relatar a importância da afetividade no desenvolvimento da criança, já que a aprendizagem ocorre a partir das interações sociais e na relação professor/aluno. O objetivo da pesquisa é analisar a importância da afetividade na Educação infantil para o processo de aprendizagem. No cotidiano da Educação infantil, a afetividade tem sido um fio condutor para o desenvolvimento da aprendizagem entre a relação de professor e aluno.

A afetividade entre professor e aluno no ambiente escolar é algo necessário, pois a criança vê o professor como alguém que irá lhe ajudar, lhe proteger, alguém que o fará aprender inúmeras coisas e, em muitas vezes, é alguém que será referência em toda a sua vida.

A prática pedagógica desenvolvida pelo professor em sala de aula, a partir do acolhimento, empatia, sensibilidade e outros sentimentos, garantirão a segurança da criança e a sua vontade de estar no ambiente escolar, e proporcionará a ela um suporte para que sua inteligência seja desenvolvida de maneira sadia.

Vale ressaltar que este tema, afetividade, é de extrema importância nos dias atuais, pois este processo estimula a criança a alcançar seus objetivos e a ter êxito em sua aprendizagem, por isso, deve estar presente em seu cotidiano escolar, pois envolve atenção, carinho, respeito e interesse, logo quando existe uma relação de troca, o processo de ensino-aprendizagem será efetivamente produtivo.

No cenário pedagógico, o professor que se utiliza do afeto e do carinho pode atrair o interesse do aluno para a aprendizagem, e deixar, assim, de lado aquele autoritarismo pedagógico, que desconsidera o lado afetivo e emocional da criança.

O afeto não é algo quantificável, mas é visível quando é demais e quando está faltando. Além disso, ele cria um espaço de descontração e naturalidade, onde a criança se sente mais segura e livre para realizar suas atividades. Entende-se que na Educação Infantil ele é completamente indispensável, uma vez que é, neste período, que a criança está em processo de formação e amadurecimento, fatores que não serão alcançados de forma efetiva caso a criança não se sinta segura para ser ela mesma e se expressar das mais diversas formas.

Pode-se notar que a afetividade se constitui um fator de grande importância no processo do desenvolvimento da criança, e, por conseguinte, na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre pessoas. Para que essas relações sejam construtivas, a presença da afetividade é indispensável.

Para o desenvolvimento desta pesquisa usamos alguns documentos e autores: LDB 9.394/96, Almeida (2005); Alves (2000); Barbosa (2006); Cury (2003); Dantas (1994); Piaget (1975); Wallon (1992) e outros.

1. AFETIVIDADE: ALGUNS CONCEITOS

Quando se fala em Afetividade, depara-se com muitas teorias e conceitos e que versam sobre a sua importância. Para Henri Wallon (1992), a afetividade é a capacidade que o ser humano possui de ser afetado através de sensações boas ou ruins, em seu meio externo ou em seu meio interno. Segundo Wallon:

A afetividade ocorre anterior à inteligência e está diretamente ligada às emoções e a construção de um ser humano sadio. Podemos considerar que a afetividade é tudo aquilo que afeta, negativa ou positivamente, a vida do ser humano, e para que a inteligência se manifeste, é importante nutrir a criança de afeto, tendo sempre a consciência de que a afetividade a qual nos referimos não é somente abraçar e beijar, isto faz parte da prática afetiva, mas dar voz e vez a esta criança. (Wallon, 1992, p. 38)

Em sua teoria, Wallon afirma que a Afetividade possui momentos de evolução, e que estes são resultantes de elementos orgânicos e sociais. Ela exerce um papel importantíssimo em todas as relações, além de influenciar decisivamente a percepção, o sentimento, a memória, a autoestima, o pensamento, a vontade e as ações. É, ainda, um componente essencial para a harmonia e o equilíbrio da personalidade humana.

A emoção é assim definida pelo Dicionário Aurélio (1994): “Psicol. Reação intensa e breve do organismo a um lance inesperado, a qual se acompanhada de um estado afetivo de conotação penosa ou agradável”. Sendo assim, afirma-se que o campo cognitivo e o afetivo estão ligados entre si e, com a carência da afetividade, a área de pesquisa ficaria prejudicada pela desmotivação causada pela falta dela o que, conseqüentemente, geraria um desfalque na educação.

Os estudos que foram feitos por Piaget têm um respeito acadêmico imenso e, entre seus estudos, sempre se reforça a importância da afetividade. Como supracitado, sendo o afeto uma condição necessária, deve ser de maneira sistemática estudada e não somente ser uma condição ofertada pelo professor, e que também possa ser trabalhada em conjunto com a família dentro da escola.

Segundo a teoria de Wallon (2010), deve-se ligar a afetividade dentro do âmbito escolar para a formação cognitiva do aluno e, também, para a sua formação educacional de valores.

Portanto, seguindo o pensamento de Piaget e Souza (2012), para a construção do caráter da criança, tendo em vista seu meio social, é necessário que a escola ofereça um ambiente onde a criança possa interagir com outras da mesma idade e de idade diferentes, sendo trabalhado o respeito.

Ou seja, os educadores precisam observar as crianças e mostrar limites no intuito de ajudá-las no seu desenvolvimento e promover atividades de aprendizado que expressam sentimento, já que, dessa forma, o ambiente criado será de segurança para que elas possam fazer suas próprias escolhas de maneira assertiva, tendo em vista o meio em que está inserida.

Para Geraldo Mattos (2011), a definição da palavra afeto, segundo o Dicionário Júnior da Língua Portuguesa, significa sentimentos de afeição, amizade e amor. Nas variadas literaturas, afetividade está relacionada a diversos termos: emoção, estado de humor, motivação, sentimentos, paixão, atenção, personalidade, temperamento e outros. O número de definições científicas sobre a emoção é grande, e a afetividade é estudada em áreas de conhecimentos diversos.

Ainda de acordo com o mesmo dicionário, sentimento significa: 1. Ato ou efeito de sentir (-se). 2. Sensibilidade. 3. Disposição afetiva em relação a coisas de ordem moral ou intelectual. 4. Afeto, amor. 5. Tristeza, pesar.

Já Vygotsky procura explicar a transição das primeiras emoções elementares para as experiências emocionais superiores, especialmente no que se refere à questão dos adultos terem uma vida emocional mais refinada que as crianças. Ele defende que as emoções não deixam de existir, mas se transformam, afastam-se da sua origem biológica e constroem-se como fenômeno histórico cultural. Gouveia (2002), por sua vez, mostra que, na sociedade medieval, a criança não era percebida como diferente do adulto, tanto nas suas características afetivas como na sua forma de interpretar o mundo.

De acordo com Wukmir (1960), as emoções e os sentimentos são básicos para vida dos seres humanos, enfatizando o sentido que dá ao ser vivo seu valor. Daí porque emoções e sentimentos nascem no foco em que se direciona a orientação vital que cada um recebe e dimensiona, causada pelo que conhecemos por instinto, circunstância e ego.

Piaget (1996), descreve que nenhum conhecimento, mesmo que puramente através da percepção, não é simples cópia do real ou se encontra totalmente determinado pela mente do indivíduo. É o produto de uma interação entre o sujeito e o objeto, é a interação provocada pelas atitudes

espontâneas do organismo e pelos estímulos externos. E esse conhecimento é, portanto, aprendizagem, fruto de uma relação que nunca tem um sentido só, é o resultado dessa interação. E a afetividade é a energia que move as ações humanas, sem ela não há interesse e não há motivação para a aprendizagem.

O autor Piaget (1982), fala, ainda, que embora as crianças de aproximadamente três anos de idade estejam ainda em processo rudimentar dos conceitos morais, elas já apresentam sentimentos afetivos formados, preferências e o sentimento de gostar e não gostar. Estas experiências são necessárias para o desenvolvimento de sentimentos morais e para o futuro desenvolvimento afetivo em geral.

De acordo com Piaget, o desenvolvimento intelectual possui dois componentes que são: o cognitivo e o afetivo.

[...] a afetividade constitui a energética das condutas, cujo aspecto cognitivo se refere apenas às estruturas. Não existe, portanto, nenhuma conduta, por mais intelectual que seja, que não comportem, na qualidade de móveis, fatores afetivos; mas, reciprocamente, não poderia haver estados afetivos sem a intervenção de percepções ou compreensão, que constituem a estrutura cognitiva. A conduta é, portanto, uma, mesmo que, reciprocamente, esta não tome aquela sem consideração: os dois aspectos afetivo e cognitivo são, ao mesmo tempo, inseparáveis e irreduzíveis. (Piaget, 1980, p. 103)

O mundo infantil torna-se fortemente influenciado pelas interações com os outros. Outro ponto que consideramos importante ressaltar é sobre a socialização do comportamento, em que o Piaget (1982) declara que o indivíduo não é um ser social ao nascer, mas torna-se social, progressivamente, no decorrer dos anos e no contato com o outro. Podemos dizer que a base para a relação social é a reciprocidade de atitudes e valores entre as crianças e os outros.

Segundo Capelatto (2005), a afetividade é a dinâmica mais profunda e complexa da qual o ser humano faz parte. Surge a partir do momento em que um sujeito se liga ao outro através do amor. É a mistura de todos os sentimentos: amor, ciúme, raiva, inveja, saudade; e aprender a cuidar cor-

retamente de todas essas emoções é que vai possibilitar ao sujeito uma vida emocional plena e equilibrada.

2. A AFETIVIDADE: RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil foi vista por muitos pais, por muito tempo, como um espaço simplesmente para cuidar dos seus filhos, achando que os professores são simples babás. Mas, com o tempo, esse conceito mudou e os pais começaram a ver como um espaço de ensino-aprendizagem. Os pais passaram a entender que a Educação Infantil é primeira etapa da Educação Básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança.

De acordo com a LDB (Lei Federal nº 9394/96, CAP.II; SEÇÃO; ART. 29- LDB):

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O desenvolvimento ocorre através de vários estágios, e nesses estágios, a inteligência e a afetividade vão alternando em termos de importância. Conforme Wallon (2010, p.89), “a criança atravessa diferentes estágios que oscilam entre momentos de maior interiorização e outros mais voltados para o exterior, sendo possível demarcar alguns deles ao longo do desenvolvimento infantil”. No primeiro ano de vida de uma pessoa, a afetividade é predominante, pois o bebê faz uso dela para exprimir-se e integrar com o mundo.

Quando uma criança começa a andar, recebe o estímulo de sua mãe para abrir os braços e gesticula para que ela caminhe em sua direção. Dessa forma, a criança é estimulada a se movimentar e expandir seus conhecimentos para andar e aprender.

A linguagem e o pensamento têm origens sociais externas na comunicação. Neste caso, a criança aprende com o ambiente para se desenvol-

ver; o idioma, dessa forma, é influenciado pelo ambiente externo por meio da cultura. Assim, o afeto familiar surge neste ambiente e é muito importante na educação. No entanto, a emoção não é importante apenas nesta fase, mas também determinará o tipo de relação entre professores e alunos, o que terá um grande impacto na forma como os alunos adquirem novos conhecimentos.

Fortalecer relações afetivas entre professor e aluno é contribuir para melhor rendimento escolar e melhor desenvolvimento nas atividades propostas na sala de aula. A educação precisa que todos os sujeitos envolvidos participem e colaborem nessa construção do conhecimento. Não podemos esquecer que o aluno chega ao ambiente escolar com a bagagem cheia de experiências e estímulos que aprendeu juntamente com a família e o meio em que ela vive. E toda aprendizagem em seu raciocínio, estará interligada as interações com meio dela. De acordo com Beraldi:

A família é, indiscutivelmente, a principal responsável pelos primeiros ensinamentos cuidados com as crianças e jovens. “Conscientemente ou inconscientemente, ela prepara os filhos para conviver com a sociedade, imprimindo pensamentos e ações acordam com sua cultura; posteriormente, surge a escola, como objetivo, de ensinar conteúdos, mas também imprimindo regras e normas de convivência muito explícitas, sendo que os alunos são cobrados por cumpri-las nas relações que estabelecem dentro desse ambiente tão heterogêneo”. (Beraldi, 1992, p. 88)

Conforme Vygotsky (2003), em psicologia, os afetos se classificam em positivos e negativos. Os afetos positivos estão relacionados às emoções positivas de alta energia, como o entusiasmo e a excitação, e de baixa energia, como a calma e a tranquilidade. Os afetos negativos, estão ligados as emoções negativas, como a ansiedade, a raiva, a culpa e a tristeza. Embora a psicologia tradicional trate cognição e afetividade de modo separado, as emoções e os sentimentos dos alunos não se dissociam no processo ensino-aprendizagem, já que podem favorecer ou não o desenvolvimento cognitivo. Para Wallon (1954, p. 288), educador e médico francês:

A afetividade é um domínio funcional, cujo desenvolvimento depende da ação de dois fatores: o orgânico e o social. Entre esses dois fatores existe uma relação recíproca que impede qualquer tipo de determinação no desenvolvimento humano, tanto que a constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais da sua existência onde a escolha individual não está ausente.

Segundo Wallon (1954, p. 42):

A afetividade seria a primeira forma de interação, com o meio ambiente e a motivação primeira do movimento [...]. As emoções são, também, a base do desenvolvimento do terceiro campo funcional, as inteligências.

Wallon fundamentou suas ideias em quatro elementos básicos que se comunicam o tempo todo: a afetividade, o movimento, a inteligência e a formação do eu como pessoa.

O papel do professor é de mediador do conhecimento. Queira ou não, ele é um modelo na sua forma de expressar valores, resolver conflitos, comunicar-se; na forma de ouvir, falar e de relacionar-se com os outros professores e com os alunos. E a forma como o professor se relaciona com o aluno se reflete nas relações do aluno com o conhecimento e na relação aluno-aluno.

Nessa relação, há um antagonismo entre emoção e atividade intelectual que Wallon chama de antagonismo de bloqueio; ele também diz que quando não são satisfeitas as necessidades afetivas, estas resultam em barreiras para o processo ensino-aprendizagem e, portanto, para o desenvolvimento, tanto do aluno como do professor e que esses conflitos são essenciais ao desenvolvimento da personalidade (WALLON, 1995).

Ainda na busca de definir o conceito de afetividade, sob a perspectiva da pedagogia, seguimos com as ideias de Chalita (2004, p. 33) que nos traz que: “[...] afetividade é ter afeto no preparo, afeto na vida e na criação. Afeto na compreensão dos problemas que afligem os pequenos [...]”

Pino (2000, p. 130-131) afirma que:

Os fenômenos afetivos representam a maneira como os acontecimentos repercutem na natureza sensível do ser humano, produzindo nele um elenco de reações matizadas que definem seu modo de ser no mundo. Dentre esses acontecimentos, as atitudes e as reações dos seus semelhantes à seu respeito são, sem sombra de dúvida, os mais importantes, imprimindo às relações humanas um tom de dramaticidade. Assim sendo, parece mais adequado entender o afetivo como uma qualidade das relações humanas e das experiências que elas evocam [...]. São as relações sociais, com efeito, as que marcam a vida humana, conferindo ao conjunto da realidade que forma seu contexto (coisas, lugares, situações, etc.) um sentido afetivo.

A psicóloga infantil Melnourne (2005, p. 122) ressalta que:

Falar sobre os sentimentos ensina a criança que, de vez em quando, é normal sentir-se triste, zangada ou assustada. Com uma tolerância maior em relação aos sentimentos mais dolorosos, a criança torna-se livre para desfrutar seu mundo, para sentir-se segura com suas habilidades e ser feliz. E crianças felizes têm autoconfiança necessária para lidar com as dificuldades e também para libertarem-se da insegurança e, assim, ficarem abertas para a vida e todas as suas possibilidades.

É preciso que se esteja atento, também, que na idade pré-escolar, assim como na primeira infância, os sentimentos imperam em todos os aspectos da vida da criança, dando cor e expressividade a essa vida. A criança não sabe dominar suas paixões, portanto a exteriorização dos sentimentos é muito mais impetuosa, sincera e involuntária do que no adulto, como afirma Mukhina (1998, p. 209): “Os sentimentos da criança brotam com força e brilho, para se apagarem em seguida; a alegria impetuosa é muitas vezes sucedida pelo choro.”

Segundo Mukina (1998), a criança extrai suas vivências principalmente do contato com outras pessoas, adultos ou crianças. Se os que a rodeiam a tratam com carinho, reconhecem seus direitos e se mostram atenciosos, a criança experimenta um bem-estar emocional, um sentimento de segurança, de estar protegida.

3. A INTELIGÊNCIA DA CRIANÇA ESTÁ ASSOCIADA A AFETIVIDADE E ESTABELECE A RELAÇÃO DE CONFLITO

Os anos iniciais de uma criança dentro de uma escola pode beneficiar-se de uma rica experiência fornecida, ainda mais quando acontece a interação com outras crianças e adultos. Quando desenvolve atividades adequadas a criança pode ajuda-la no desenvolvimento de suas habilidades, pois traz o mundo para dentro do ambiente escolar. Dessa forma o interesse das crianças pelo conhecimento as fará superarem os conflitos que o mundo apresentará a elas.

A família e a escola tem um papel no desenvolvimento rumo ao ensino-aprendizagem e no crescimento da criança. De acordo com Almeida (2005, p.106):

A escola, tanto quanto a família tem o seu papel no desenvolvimento infantil, e a relação professor-aluno, por ser de natureza antagônica, oferece riquíssimas possibilidades de crescimento. Os conflitos que podem surgir dessa relação desigual exercem um importante papel na personalidade da criança.

Todos contribuem com seu tempo e métodos. Quando as responsabilidades familiares acabam, começam as responsabilidades escolares e vice-versa. Portanto, o papel da escola e da família é infinito, pois todos devem se preocupar com sua responsabilidade de estabelecer uma relação específica no momento adequado.

Segundo Dantas (1994, p.65),

[...] a afetividade influencia na construção do conhecimento, pois o tempo, no qual a aprendizagem de conteúdos se processa, depende do clima afetivo na sala de aula. O professor deve se relacionar afetivamente com seus alunos para que não se sintam desmotivados, dificultando assim a aprendizagem do mesmo.

De acordo com Oliveira (2002), é comum distinguir as funções cognitivas das afetivas e/ou emotivas, sendo estas últimas, geralmente, identificadas com a motivação e também com os aspectos conativos ou volitivos

do sujeito. As funções cognitivas e intelectuais envolvem diversas áreas, tais como a percepção, a aprendizagem, o conhecimento, o pensamento, o conceito, o juízo, o raciocínio, a solução de problemas, etc.

Maldonado (1994) nos ajuda a refletir sobre os fatores que dificultam o relacionamento interpessoal, apontando que o afeto pode estar escondido sob a mágoa, medo, desconfiança, tristeza, ressentimento, decepção, vergonha e raiva. Ainda alerta para a necessidade de se proteger contra o medo de ser rejeitado, os sentimentos de inadequação e a dor do desamor, o que pode resultar num bloqueio emocional para todos os seus relacionamentos.

Atitudes ríspidas, grosseiras e agressivas expressam, com frequência, a necessidade de formar uma carapaça protetora contra o medo de ser rejeitado, contra sentimentos de inadequação (“já que sou mesmo incompetente para tantas coisas, por aí eu me destaco”) e contra a dor do desamor (“ninguém gosta de mim mesmo, quero mais é explodir o mundo”). (Maldonado, 1994, p. 39)

Para Freire, (2000), não é possível separar a convivência do conflito, pois o conflito é natural e inevitável à existência humana, não se deve negá-lo e sim enfrentá-lo de forma positiva, pois estes podem gerar o debate com base crítica pedagógica visando a formação de valores. Se os conflitos forem enfrentados por vias positivas, democráticas e não violentas, se revelarão estratégicos para o desenvolvimento do indivíduo em formação.

Desta forma o conflito não deverá ser ignorado, nem ocultado, mas ser encarado como uma oportunidade para se ensinar valores como justiça, cooperação, solidariedade, autonomia pessoal e coletiva, respeito, e, ao mesmo tempo, questionar valores contrários, como a discriminação, a intolerância, racismo, indiferença, conformismo, a ausência de solidariedade e respeito.

Segundo as autoras Rocha e Machado (2002, p. 18):

o envolvimento familiar traz também benefícios aos professores que, regra geral, sente que o seu trabalho é apreciado pelos pais e se esfor-

çam para que o grau de satisfação dos pais seja grande. Pode-se perceber diante desse contexto que a família é parte fundamental no processo de ensino aprendizagem podendo interferir de maneira direta nas relações como ambiente escolar e com o mundo que a cerca.

Nesse sentido faz-se necessário o professor conhecer a realidade familiar a qual o aluno está inserido, conhecer quais são os anseios, angústias e necessidades vivenciadas pelos alunos, pois assim poderá compreender o porquê das dificuldades demonstradas no processo de ensino aprendizagem.

Fernández (1991), fala que é no decorrer do desenvolvimento que os vínculos afetivos se ampliam na figura do professor e na importante relação de ensino e aprendizagem na época escolar. Diz também, que para haver aprendizagem é necessário que haja no mínimo dois personagens: o professor e o aluno. Nessa relação é necessária confiança, pois não aprendemos de qualquer um, mas aprendemos daquele a quem outorgamos o direito de ensinar.

Para Oliveira (2006, p. 47) “o desenvolvimento de uma criança é o resultado da interação de seu corpo com os objetos de seu meio, com as pessoas com quem convive e com o mundo onde estabelece ligações afetivas e emocionais”.

Tais interações podem resultar para a criança sentimentos como de competência ou de frustração, inferioridade, fracasso e incompetência. Nas relações sociais que se estabelecem na escola, cabe ao professor um papel de destaque. O professor que acredita no potencial de seu aluno dispensa-lhe maior atenção, demandando maior expectativa acadêmica. O professor que tem comportamento contrário poderá promover em seu aluno, baixa expectativa, o que poderá influenciar negativamente seu autoconceito e autoestima. Portanto Freire (2008, p. 21) relata que:

A aprendizagem é um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e intelectual, organizados e orientados no processo de ensino aprendido. A consolidação do conhecimento depende dos significados que eles carregam em relação à experiência social do jovem e dos adultos na família e no meio social. Em qualquer

circunstância o caminho para a conquista da atenção do aprendiz é o afeto. Ele é um meio facilitador para a educação e muitas vezes, estão fechadas às possibilidades acadêmicas, considerando o nível de dispersão, conflitos familiares, pessoais e até comportamentos agressivos na escola hoje em dia, seria difícil encontrar algum outro mecanismo de auxílio ao professor mais adequado e eficiente.

É fundamental ao professor a compreensão da importância da afetividade no processo ensino aprendizagem do aluno. A afetividade também é concebida como o reconhecimento construído através da vivência, não se restringindo ao contado físico, mas à interação que se estabelece entre as partes envolvidas, na qual todos os atos comunicativos, por demonstrarem comportamentos, intenções, crenças, valores, sentimentos e desejos, afetam as relações e, conseqüentemente, o processo de aprendizagem.

Sarnoski (2014) ressalta que, o professor deve oferecer atividades e possibilidades de escolha pela criança das atividades que mais atraiam. O importante do ponto de vista afetivo é reconhecer e respeitar as diferenças que despontam como chamar pelo nome, mostrar que a criança está sendo vista, propondo atividades que mostrem essas diferenças, dando oportunidades para que as crianças se expressem.

4. A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR (PEDAGOGO) NO PROCESSO AFETIVO

A Educação Infantil é considerada parte integrante da educação básica e por ser responsável pela oferta dos primeiros caminhos de formação e socialização da criança fora do círculo familiar, torna-se a base da aprendizagem, que será responsável em oferecer condições básicas para que a criança sinta-se segura e protegida.

Na educação infantil o professor deve ter um olhar sensível ao seu aluno, compreendendo suas diferenças e seus valores, transformando suas observações em atividades um ensino aprendizagem eficaz.

Cury (2003, p. 145) diz que “ser educador é ser promotor de autoestima”, ou seja:

Esta é uma grande responsabilidade. Os educadores precisam compreender que encontram todos os dias vários olhinhos à procura de um fio de esperança, de um motivo para resgatar a alegria pela vida e pelo aprendizado, e às vezes acabam deixando de fazer simples gestos que poderiam ser de grande valia para quem tem tão pouco em termos afetivos. Ser promotor de afetividade é incentivar, apoiar, aconselhar. Pequenas atitudes podem fazer a diferença para aquela criança que chega à escola totalmente desmotivada e desanimada, sem vontade de se abrir para novas oportunidades de aprendizado. Se, ao invés de criticá-la pela sua postura diferenciada em relação aos demais membros da turma, o professor elogiar seus aspectos positivos, já estará fazendo um grande bem. Talvez este possa ser o único local onde a criança poderá ter suas qualidades reconhecidas. Cury enfatiza que “O elogio alivia as feridas da alma, educa a emoção e a autoestima. Elogiar é encorajar e realçar as características positivas. Há pais e professores que nunca elogiaram seus filhos e alunos”. (Cury, 2003, p. 143)

Desse modo Woolfolk (2000, p. 47):

Os professores são a melhor fonte de ajuda para os alunos que enfrentam problemas emocionais ou interpessoais. Quando os alunos têm uma vida familiar caótica e imprevisível, eles precisam de uma estrutura firme e atenta na escola. Eles precisam de professores que estabeleçam limites claros, sejam consistentes, apliquem as regras firme, mas não punitivamente, respeitem os alunos e mostrem uma preocupação genuína com o seu bem-estar. Como professor, você pode estar disponível para conversar sobre problemas pessoais sem exigir que seus alunos o façam.

Ainda sobre a mesma temática, segundo Ribeiro e Jutras (2006), a dimensão afetiva contribui para a aquisição de atitudes positivas em relação a professores, às disciplinas por eles ministradas e para a aprendizagem cognitiva dos alunos em sala de aula. A afetividade é, na verdade, importante porque contribui para o processo de ensino e aprendizagem, na criação de um clima de compreensão, confiança, respeito mútuo e motivação. Sendo que:

Os resultados positivos de uma relação educativa movida pela afetividade opõem-se àqueles apresentados em situações em que existe carência desse componente. Assim, num ambiente afetivo, seguro, os alunos mostram-se calmos e tranquilos, constroem uma auto-imagem positiva, participam efetivamente das atividades propostas e contribuem para o atendimento dos objetivos educativos. No caso contrário, o aluno rejeita o professor e a disciplina por ele ministrada, perde o interesse em frequentar a escola, contribuindo para seu fracasso escolar. O professor que possui a competência afetiva é humano, percebe seu aluno em suas múltiplas dimensões, complexidade e totalidade. (Ribeiro; Jutras, 2006, p. 73)

De acordo com Beraldi, (2013), a criança leva para o ambiente escolar toda a carga afetiva de seu desenvolvimento com seus familiares. Os problemas emocionais surgirão nos contatos que se estabelecerá e, as crianças que tenham desenvolvido a inteligência emocional saberão lidar com as frustrações que este ambiente e suas relações lhes proporcionarão.

Cabe ao professor e aos profissionais envolvidos nesta relação afetiva propiciar um ambiente estável emocionalmente e de compreensão para que as crianças possam criar um vínculo entre ela o educador, e as demais profissionais da área, haja vista que isso faz assim com que o aluno desenvolva sua capacidade de aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afetividade está presente no ser humano, sem importar a sua idade. Trabalhar com sentimentos é permitir sua expressão, incentivando a tomada de consciência de si mesmo, de suas intolerâncias, alegrias, mágoas e desejos. Além disso, é importante identificar esses sentimentos e aprender a lidar com eles.

Assim sendo, trabalhar sentimentos e afetividade é uma ferramenta valiosa para o professor, que pode ser empregada em sala de aula para atrair a atenção do estudante e aumentar sua participação no processo de ensino e aprendizagem.

As emoções desempenham um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que influenciam o significado subjetivo

atribuído às experiências vividas e, conseqüentemente, influenciam nosso comportamento.

O papel das emoções nas aprendizagens e nos relacionamentos dentro da escola requer que se pense em “educar” as emoções e fazer com que os alunos também se tornem aptos a lidar com as suas frustrações, aprendam a negociar com os outros, a reconhecer as próprias angústias e medos.

Considera-se que nem sempre a linguagem consegue expressar o sentimento e a expressão do rosto e do corpo, às vezes, pode dizer muito mais do que a palavra. Ao utilizar materiais concretos, expressar sentimentos e se envolver com expressões artísticas, as crianças descobrem um universo amplo, repleto de possibilidades e vivências. Adicionalmente, ampliam sua compreensão do mundo, aprimoram seus sentidos e as conexões entre si, além de praticar as habilidades motoras.

Assim sendo, é através da interação emocional que as crianças podem experimentar emoções e, mais profundamente, reconhecer sentimentos em sala de aula. Dessa forma, esses sentimentos serão valorizados e as crianças compreenderão que o que sentem é extremamente significativo e tem um significado para aqueles que realmente se importam com elas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Rita Silva. *A vida afetiva da criança*. Maceió: Edufal. 2008.

ARANTES, Valéria Amorim. *et al. Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 2003.

BASSEDAS, Eulália. HUGUET, Teresa. SOLE, Isabel. *Aprender e Ensinar na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed. 1999.

BRASIL RCNEI, *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Volume 3: Conhecimento de mundo. Brasília, 1998.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996*. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 18 out. 2020.

CAPELLATO, Ivan Roberto. *Educação com afetividade*. São Paulo: Fundação Educar D’Paschoal, 2005.

CASTRO, Danielly Kássia. *A importância da afetividade na Educação Infantil*. Disponível em: <https://repositorioinstitucional.uniformg.edu.br:21074/xmlui/bitstream/handle/123456789/668/TCC_DaniellyK%c3%a1ssiaCastro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 nov. 2020.

CHALITA, Gabriel. *Educação: a solução está no afeto*. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CURY, Augusto J. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FERNANDÉZ, A. *A inteligência aprisionada*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d’água, 1997.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MALDONADO, Maria Tereza. Aprendizagem e afetividade. *Revista de Educação AEC*, v. 23, n. 91, p. 37-44, 1994.

MARIANO, Amanda de Oliveira Machado. *Afetividade na Educação Infantil*. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20253/1/2016_AmandaDeOliveiraMariano_tcc.pdf> Acesso em: 03 nov. 2020.

MELBOURNE. *Psicologia Infantil*. São Paulo: Mediação, 2005.

MUKHINA, Valéria. *Psicologia da idade pré-escolar*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NÓVOA, A. (coord.) *Os professores e a sua formação*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, G. A transmissão dos sinais emocionais pelas crianças. In: Sisto, F.; Martinelli, S. *Afetividade e dificuldades de aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica*. São Paulo: Vetor, 2006.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, Jean. *Biologia e conhecimento*. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: LCT, 1971.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PINO, A. O biológico e o cultural nos processos cognitivos, em linguagem, cultura e cognição: reflexão para o ensino de ciências. *Anais do encontro sobre Teoria e Pesquisa em ensino de ciências*. Campinas: gráfica da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, p. 5-24, 1997.

RIBEIRO, Marinalva Lopes e JUTRAS, France. Representações sociais de professores sobre afetividade. *Estudos de psicologia*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 39-45, mar 2006.

ROCHA, S. C; MACHADO R. C. *Artigo relação família escola*. Belém: Pará, 2002.

SARNOSKI, Eliamara Aparecida. Afetividade no Processo Ensino-Aprendizagem. *Revista de Educação do Ideau*, vol. 9 - n. 20 - Julho - Dezembro 2014 Semestral ISSN: 1809-6220

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, L. *A Formação Social da Mente*. Martins Fontes: São Paulo, 5. ed. 1994.

VYGOTSKY, L. *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos Psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L. *A evolução psicológica da criança*. Lisboa: Edições, 1995.

VYGOTSKY, L. GALVÃO, Izabel. *Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

WOOLFOLK, Anita E. *Psicologia da Educação*. 7. ed. Porto Alegre: Art-Med, 2000.

WURMIR, V. J. *Psicología de laorientación vital*. Barcelona: Luis Miracle, 1960.

O FUNCIONAMENTO DAS PRÁTICAS DA SEGURANÇA DO TRABALHO NUM HOSPITAL REGIONAL NO INTERIOR DE GOIÁS

Samuel Napoleão Pereira¹
Hécia Daniel da Silva²

Resumo: A presença de um departamento de segurança do trabalho é fundamental em hospitais de alta complexidade, já que esses estabelecimentos são categorizados com nível de risco 3, conforme a regulamentação estabelecida na norma regulamentadora nº 4 do Ministério do Trabalho. Muitos hospitais se limitam a cobrar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) dos funcionários, mas é crucial conscientizar os colaboradores sobre o uso adequado desses equipamentos. O objetivo deste estudo é realizar uma análise das práticas de segurança do trabalho em relação aos riscos ocupacionais. Para alcançar esse objetivo, é necessário realizar uma série de ações, tais como a avaliação minuciosa dos ambientes de trabalho do hospital para mapear todos os riscos presentes. Com base nesses princípios, conduz-se um estudo de caso sobre a segurança do trabalho no Hospital Regional da Cidade de Goiás. Este estudo combina métodos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, adotando uma abordagem qualitativa que envolve observação, análise documental e descrição detalhada. A coleta de dados é realizada por meio de entrevistas e com foco na análise documental como método principal. Como resultado, verificou-se que o destaque é adotar uma postura ativa ao implementar e acompanhar regularmente as medidas de segurança no trabalho no Hospital Regional da Cidade de Goiás. Recomenda-se realizar ações para corrigir e prevenir falhas identificadas como a resistência com o uso de adornos e o não uso de EPI's, garantindo um ambiente de trabalho mais seguro e saudável.

Palavras-chave: Segurança do trabalho. Hospital. Riscos ocupacionais.

¹ Graduado em Administração (UFG-Campus, Goiás) Cidade de Goiás, Goiás, Brasil. E-mail: samuelpereira@discente.ufg.br

² Doutora em Psicologia (PUC-GO), graduada em Administração (Unianhanguera-GO), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: helciadaniel@gmail.com

HOW OCCUPATIONAL SAFETY PRACTICES WORKIN A REGIONAL HOSPITAL IN THE INTERIOR OF GOIÁS

Abstract: The presence of an occupational safety department is essential in highly complex hospitals, as these establishments are categorized as risk level 3, according to the regulations established in regulatory standard no. 4 of the Ministry of Labor. Many hospitals limit themselves to charging employees for the use of personal protective equipment (PPE), but it is crucial to make employees aware of the proper use of this equipment. The objective of this study is to carry out an analysis of work safety practices in relation to occupational risks. To achieve this objective, it is necessary to carry out a series of actions, such as a thorough assessment of the hospital's work environments to map all the risks present. Based on these principles, a case study on occupational safety at the Hospital Regional da Cidade de Goiás is conducted. This study combines bibliographic research and field research methods, adopting a qualitative approach that involves observation, document analysis and detailed description. Data collection is carried out through interviews and focusing on document analysis as the main method. As a result, it was found that the highlight is adopting an active stance when implementing and regularly monitoring workplace safety measures at the Hospital Regional da Cidade de Goiás. It is recommended to carry out actions to correct and prevent failures identified as resistance to use of PPE and the non-use of PPE, ensuring a safer and healthier working environment.

Keywords: Work safety. Hospital. Occupational risks.

INTRODUÇÃO

A qualidade de vida no trabalho abarga o incentivo à qualidade global, onde está inserido, além da preservação da empresa, também o homem, o ambiente e toda comunidade.

Marras (2000) diz que a implementação de programas de prevenção é uma medida de longo prazo, uma vez que envolve a modificação de comportamentos enraizados na mente humana, muitos dos quais estão ligados a práticas prejudiciais à vida. Portanto, o processo de conscientização sobre a importância de proteger a própria vida e a dos colegas, bem como identificar situações de risco no ambiente de trabalho, é uma tarefa complexa e que demanda tempo e esforço.

No ano de 2022, o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, que é uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho, registrou no Brasil cerca de 612,9 mil acidentes de trabalho e 2,5 mil óbitos resultantes destes acidentes. Destaca-se a área hospitalar como o setor de maior número de notificações, cerca de 59 mil registros. Com a inserção da saúde e segurança ocupacional em outubro de 2021 no E-social, (Governo Federal) que busca unir todas informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, o apresenta um diagnóstico preciso do número de acidente de trabalho, uma vez que, as empresas que omitem estas informações ficam sujeitas à multa. Além disso, acidentes de trabalho geram elevados gastos tanto para a empresa, colaborador e governo, o que torna o investimento em segurança no trabalho uma vantagem. Esses gastos incluem a interrupção das operações, a necessidade de substituir e treinar mão de obra, a diminuição da produtividade, pagamentos de indenizações aos trabalhadores acidentados, entre outros. Esses encargos podem acumular-se consideravelmente ao longo do tempo.

Logo, a segurança do trabalho é um departamento importante na mitigação de riscos e deve estar presente em todos hospitais de alta complexibilidade, pois os mesmos estão classificados com grau de risco 3 na norma regulamentadora nº 4 do Ministério do Trabalho. A maioria dos hospitais apenas cobram ou recomendam o uso de equipamentos de segurança individual (EPI), porém é preciso conscientizar os colaboradores diante o seu uso, como: utilizar corretamente, o processo de paramentação e desparamentação e sua higienização ou descarte correto. Atenuar e orientar os colaboradores a exposição dos riscos ocupacionais, em destaque ao risco biológico é um dos objetivos primordiais do SESMT (Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho) Hospitalar. Além de riscos ocupacionais, os acidentes de trabalho devem ser evitados a todo custo, a fim de garantir uma boa convivência no ambiente hospitalar e implicar fatores econômicos e sociais relevantes.

Visando essas premissas, desenvolve-se um estudo de caso da segurança do trabalho do hospital regional da Cidade de Goiás, com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, de natureza qualitativa de forma obser-

vatória, documental e descritiva, com entrevistas e como método para coleta de dados foi utilizado a análise documental. Tendo em vista, todo esse conglomerado de informações levanta-se a seguinte pergunta: Como o hospital regional da cidade de Goiás lida com as práticas de segurança no trabalho frente aos seus riscos ocupacionais?

Para responder a essa problemática pretende-se analisar as práticas de segurança do trabalho em meio ao riscos ocupacionais. Para isso, será preciso verificar os ambientes de trabalho do hospital mapeando todos os riscos presentes, verificar os EPI's demandados no contexto organizacional e fazer uma descrição dos mesmos detalhando qual a sua finalidade, tais como o PPP (Perfil Perfissiográfico Previdenciário) que é uma das contribuições da segurança do trabalho para o Recursos Humanos, além de explicar todos os programas que o Ministério do Trabalho exige dentro de uma área hospitalar: PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho), PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde) e PPR (Programa de Proteção Radiológica).

A partir dessa análise, sugere-se para a empresa, algumas melhorias na segurança do trabalho, além de demonstrar sua contribuição ao RH (Recursos Humanos).

1. EMBASAMENTO TEÓRICO

O conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT) representa um conjunto de ações específicas implementadas por uma empresa com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos internos. Essas ações consistem em práticas adotadas pela organização para elevar o nível de satisfação dos seus colaboradores e criar um ambiente de trabalho mais propício, saudável e favorável à realização das atividades laborais. (ALBUQUERQUE E LIMONGI-FRANÇA *APUD* CHIAVENATO, 1998, 2015). Nessa magnitude, a gestão de recursos humanos abrange diversas atividades relacionadas a QVT junto aos colaboradores, desde a contrata-

ção, desenvolvimento profissional até a gestão do desempenho, incluindo, portanto, a segurança do trabalho.

Sabe-se que a segurança no trabalho é um “braço” do QVT uma vez que ela se concentra na prevenção de acidentes, lesões e doenças relacionadas ao trabalho. Isso envolve a implementação de políticas, procedimentos e práticas que visam proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, reduzindo os riscos associados às atividades laborais. Ao investir na segurança dos funcionários, não apenas atendem às regulamentações legais, mas também demonstram preocupação com o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores, o que pode resultar em maior satisfação, produtividade e engajamento no trabalho.

A segurança do trabalho pode ser definida como um estudo de normas e técnicas projetada para proporcionar a saúde do bem mais valioso da empresa (FLÁVIA, 2021) o colaborador, através dela, aplica-se medidas para diminuir a exposição de riscos ocupacionais e prevenir acidente de trabalho aos funcionários, ou seja, foca na qualidade de vida dos trabalhadores (FLÁVIA 2021).

Para Santos (2009, p. 41), a segurança do trabalho é uma área que está interligada diversas ciências como:

[...] Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas, Equipamentos e Instalações, psicologia na Engenharia de Segurança, Comunicação e Treinamento, Administração aplicada à Engenharia de Segurança, O Ambiente e as Doenças do Trabalho, Higiene do Trabalho, Legislação, Normas-Técnicas, Responsabilidade Civil e Criminal, Perícias, Proteção do Meio Ambiente, Ergonomia e Iluminação, Proteção contra Incêndios e Explosões e Gerência de Riscos, Sociologia, etc.

O autor destaca a importância da empresa em contar com um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). Esse serviço deve ser composto por uma equipe multidisciplinar, que inclui profissionais como Técnicos de Segurança do Trabalho, Tecnólogos em Segurança do Trabalho, Engenheiros de Segurança do Tra-

balho, Médicos do Trabalho, Enfermeiros do Trabalho, Fisioterapeutas do Trabalho e Ergonomistas. Essa equipe tem a responsabilidade de garantir a segurança de cada trabalhador que faz parte da organização.

Conforme Santos (2009) é importante a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde no Trabalho que tenha como foco a prevenção de acidentes de trabalho. Esse sistema deve ser capaz de identificar, avaliar e controlar os perigos e riscos existentes nos ambientes de trabalho. Dessa forma, a empresa pode criar um ambiente mais seguro e saudável para seus colaboradores, reduzindo o risco de acidentes e promovendo a saúde e o bem-estar no local de trabalho.

Dando enfoque a saúde e segurança do trabalhador, o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) é um documento previsto pela legislação brasileira que tem como objetivo reunir informações detalhadas sobre a atividade do trabalhador, especialmente aquelas relacionadas às condições ambientais de trabalho. De acordo com a Instrução Normativa nº 77/2015 “um documento histórico laboral do trabalhador”, ele é fornecido pelo SESMT ao Recursos Humanos e deve ser fornecido ao trabalhador quando da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do tempo de serviço.

1.1 Normas Regulamentadoras

A Segurança do Trabalho e suas atividades são regidas pela portaria 3.214 do Ministério do Trabalho de 8 de junho de 1978 com 37 NR's (Normas Regulamentadoras), além disso, ela é uma disposição complementar do cap. V Título II da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), fundamentada pela Lei nº 6.514 de 22/12/1977.

A integralidade das normas regulamentadoras se encontra na CLT, (NR 01, 02, 03, 04 numa sequência de até NR 38). Apresenta-se algumas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Algumas Normas regulamentadoras

NR 01	DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS	Esta norma tem por objetivo estabelecer termos gerais, áreas de aplicação, termos e definições de normas regulamentadoras relacionadas à segurança e saúde do trabalho - NR, bem como diretrizes e requisitos para gerenciamento de riscos ocupacionais e medidas preventivas a Segurança e Saúde no Trabalho - SST.
NR 03	EMBARGO E INTERDIÇÃO	Estabelece as diretrizes para caracterização do grave e iminente risco e os requisitos técnicos objetivos de embargo e interdição.
NR 04	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO	Estabelece os parâmetros e os requisitos para constituição e manutenção dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador.
NR 05	COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	Estabelece dos parâmetros e os requisitos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA tendo por objetivo a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e promoção da saúde do trabalhador.
NR 06	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI	Estabelecer os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI.
NR 07	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL	Estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO nas organizações, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados.
NR 24	CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE CONFORTO NOS LOCAIS DE TRABALHO	Estabelece as condições mínimas de higiene e de conforto a serem observadas pelas organizações, devendo o dimensionamento de todas as instalações regulamentadas por esta NR ter como base o número de trabalhadores usuários do turno com maior contingente.

NR 38	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Esta Norma Regulamentadora - NR tem o objetivo de estabelecer os requisitos e as medidas de prevenção para garantir as condições de segurança e saúde dos trabalhadores nas atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
--------------	--	--

Fonte: MTE 1978.

1.2 Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

O Equipamento de Proteção Individual (EPI) é todo produto ou dispositivo utilizado de forma individual pelo colaborador a fim de atenuar ou eliminar por completo a exposição de riscos ocupacionais e/ou doenças ocupacionais, o uso destes equipamentos são obrigatórios quando as medidas de proteção coletiva não forem suficientes para eliminar os riscos de ambiente de trabalho, os EPC (Equipamentos de Proteção Coletiva) são dispositivos destinados a proteção coletiva dos colaboradores como exemplo temos: extintor, ventilação em ambientes fechados, rota de fuga, entre outros (LOBO, 2019).

Tendo como base a NR 6 (Ministério do Trabalho) que é basicamente o manual dos equipamentos de proteção individual, como comercializá-los, fornecer, utilizar e estabelecer algumas normas diante a empresa com os colaboradores. O Quadro 02, detalha as responsabilidades da organização sobre o EPI.

Quanto ao EPI, cabe a organização: adquirir somente o aprovado pelo órgão, orientar e treinar o empregado; fornecer ao empregado, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento; exigir seu uso; responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica, entre outros conforme NR6.

Nesse sentido, a responsabilidade das empresas está em empregar um ambiente com boas condições de trabalho, tendo como consequência uma melhor produtividade dos colaboradores, além de ter sua imagem zelada

dentro do mercado competitivo, por ser uma empresa que se importa com o lado humano e econômico.

1.3 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA), é uma comissão que fica com atribuições internas dentro da organização como: prevenir acidentes de trabalho, promover junto com o SESMT uma política de segurança do trabalho, ela é fundamentada pela NR 5 do Ministério do Trabalho, ela é composta por todos os colaboradores da empresa, através de uma eleição, a empresa é obrigada a ter a CIPA quando chega a 20 colaboradores.

Para Marras (2000, p. 215): O número de cipeiros, tanto do lado do empregador quanto do empregado, dependerá diretamente de duas variáveis: a) Número total de empregados da unidade; b) Grau de risco da atividade.

Para definir melhor o grau de risco, o Ministério do Trabalho define a partir do CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas), para uma consulta do grau de risco da empresa está disponível na NR 04 em seu anexo I.

1.4 Acidentes de Trabalho

A Lei nº 8.213/91 em seu art. 19 define acidente de trabalho como: “acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”.

As doenças do trabalho e doença profissional equiparam-se a acidentes do trabalho. A profissional, desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar à determinada atividade e a doença do trabalho, adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente.

São acontecimentos involuntários resultantes, tanto de um ato inseguro quanto de uma condição insegura que podem causar danos ao trabalhador e a organização que o abriga. Marras (2000, p. 208).

Todo acidente de trabalho a empresa deve informar ao INSS, pois o mesmo é o responsável de administração os benefícios: Auxílio-doença e auxílio-acidente. Esta informação deve ser feita a partir da CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho), este documento é importante porque através dele o colaborador está amparado pela previdência e em caso de morte a família quem receberá o apoio.

1.5 Segurança e Saúde no Ambiente Hospitalar

A redução de riscos e acidentes é uma prioridade em hospitais, uma vez que a segurança dos pacientes e dos profissionais de saúde é fundamental. Para atingir esse objetivo, é essencial promover e reforçar práticas de trabalho seguras, além de criar ambientes de trabalho livres de riscos. Isso envolve o cumprimento da legislação vigente em nível municipal, estadual e federal, que estabelece diretrizes para a segurança ocupacional e a prevenção de acidentes.

Os hospitais apresentam vários tipos de riscos devido à natureza das atividades realizadas e à diversidade de pacientes atendidos. Estes riscos podem incluir a exposição a patógenos infecciosos, erros médicos, acidentes com equipamentos médicos, questões de segurança do paciente, entre outros. Para garantir a segurança e a qualidade dos cuidados de saúde prestados, é crucial realizar análises de risco em todas as atividades hospitalares. Isso envolve a identificação, avaliação e gestão de riscos em potencial, a fim de minimizar a probabilidade de ocorrência de eventos adversos e maximizar a segurança tanto dos pacientes quanto dos profissionais de saúde. (CDL, NR 2020).

Na indefinição dos riscos destaca-se a condição insegura e ato inseguro. Ato Inseguro refere-se a uma ação específica realizada por um indivíduo que coloca em risco a segurança pessoal ou a segurança de outros. Incluem, por exemplo, operar máquinas sem treinamento adequado, não usar equipamentos de proteção individual (EPIs) corretamente ou ignorar

procedimentos de segurança estabelecidos. Já a Condição Insegura refere-se a uma situação ou ambiente de trabalho que pode levar a acidentes ou lesões, mesmo na ausência de ações diretas por parte dos funcionários, incluem falta de manutenção em equipamentos, iluminação inadequada, entre outros. Essas distinções são importantes para identificar e corrigir problemas de segurança no local de trabalho, seja abordando comportamentos individuais ou melhorando as condições de trabalho.

1.5.1 Riscos Físicos no Ambiente Hospitalar

O ambiente hospitalar pode estar sujeito a diversos agentes físicos que podem afetar a saúde dos pacientes, dos profissionais de saúde e o funcionamento adequado das instalações. Alguns desses agentes físicos incluem: (Fonte NR 15), como o calor, o ruído, as radiações ionizantes e não ionizantes quando expostas em controle, as pressões anormais (como exemplo, cirurgias em câmaras hiperbáricas), umidade (como exemplo, as unidades de terapia intensiva). A gestão adequada desses agentes físicos é essencial para garantir a segurança e a saúde de todos os envolvidos no ambiente hospitalar. Isso envolve o uso de equipamentos de proteção adequados, monitoramento contínuo, treinamento de pessoal, regulamentações de segurança e o cumprimento das diretrizes e regulamentos relevantes para cada tipo de agente físico.

1.5.2 Riscos Biológicos no Ambiente Hospitalar

O risco biológico é um dos tipos de riscos mais significativos e prevalentes no ambiente hospitalar devido à presença de uma densa população microbiológica, exposição a infecções cruzadas, contato frequente com sangue e outros fluidos corporais, manipulação de amostras patológicas e a possibilidade de falhas na higiene e na limpeza, bem como nos processos de desinfecção, esterilização e assepsia. Além disso, a natureza das atividades médicas e cirúrgicas realizadas em hospitais aumenta a probabilidade de exposição a patógenos.

De acordo com Bulhões (1994, p. 160)

Entre as principais infecções que podem afetar os trabalhadores de saúde estão: hepatite B, tuberculose pulmonar, cytomegalovirus (CMV), infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA). Com efeito, o risco de infecção está condicionado a variáveis epidemiológicas relacionadas como: a) Agente: virulência, toxicidade, dose infecciosa e via de infecção (respiratória, digestiva, cutânea e mucosa, íntegras ou não); b) Hospedeiro: idade, sexo, raça, gravidez, imunidade a instalação de novos agentes; c) Atividade ocupacional: técnicas e métodos, qualidade dos equipamentos e materiais de trabalho, prática de medidas eficazes de higiene e segurança do trabalho.

Às vezes, devido à ausência de infecções pessoais, alguns profissionais podem subestimar os riscos em seu ambiente de trabalho e acreditar erroneamente que eles são inofensivos.

A evolução das práticas médicas, a descoberta de novos patógenos e a necessidade de proteção contínua contra infecções exigem uma abordagem proativa na melhoria da segurança no ambiente de trabalho.

1.5.3 Riscos Químicos no Ambiente Hospitalar

É inegável que os trabalhadores da área de saúde enfrentam exposição a uma ampla variedade de substâncias tóxicas no ambiente de trabalho. Nos hospitais, a utilização de produtos químicos é extensa e serve a diversas finalidades, o que pode resultar em riscos significativos para a saúde dos profissionais. Estes riscos químicos abrangem várias categorias (Fonte NR 15), incluindo: Metais Tóxicos, (como chumbo, mercúrio, entre outros), gases e vapores (como o monóxido de carbono), produtos químicos de limpeza e soluções medicamentosas.

A gestão adequada dos riscos químicos no ambiente hospitalar é essencial para proteger a saúde dos trabalhadores e prevenir contaminação ambiental. Isso envolve o uso de equipamentos de proteção individual adequados, treinamento em manuseio seguro de produtos químicos, ventilação adequada em áreas de trabalho, armazenamento seguro de substâncias químicas e o cumprimento rigoroso das regulamentações de segurança ocupacional. É importante ressaltar, que todos produtos químicos hospitalares

devem possuir uma Ficha de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) cujo objetivo é fornecer informações sobre a segurança, saúde, proteção e impacto ambiental dos produtos químicos.

1.5.4 Riscos Ergonômicos no Ambiente Hospitalar

No Ambiente Hospitalar observam-se sintomas de psiconeuroses e outras manifestações de natureza emocional, bem como movimentos repetitivos, como a: LER e DORT. Isso ocorre muitas vezes na mudança de decubito que é movimentar o paciente em cima da maca, o que pode resultar em sérios problemas relacionados à coluna vertebral. A ergonomia tem como objetivo principal adaptar o ambiente de trabalho às necessidades do ser humano. Estudos antropométricos e de postura se baseiam na análise da carga de trabalho, que engloba tanto aspectos físicos quanto mentais e emocionais, frequentemente causados pelo excesso de atividade laboral.

A Norma Regulamentadora 17 (NR-17), que aborda questões relacionadas à ergonomia, deve ser aplicada em todas as áreas profissionais e em seus respectivos locais de trabalho. Deve-se levar em consideração que o mobiliário utilizado no trabalho, seja na posição em pé ou sentado, deve ser projetado e adaptado de acordo com as posições necessárias. (Fonte NR 17). Os equipamentos no posto de trabalho, as condições ambientais, os métodos operacionais junto a organização do trabalho, todos estes devem ser adequados e proporcionar conforto e segurança às tarefas executadas, no ambiente em que se trabalha promovendo o bem-estar dos trabalhadores e contribuindo para a prevenção de problemas de saúde relacionados ao trabalho.

1.5.5 Riscos de Acidentes em Ambiente Hospitalar

Os colaboradores estão sujeitos a diversos riscos de acidentes no ambiente de trabalho, incluindo exposição a vibrações, máquinas e equipamentos desprotegidos, possibilidade de incêndio e explosão, riscos elétricos e iluminação inadequada, bem como qualquer outra situação de risco que possa resultar em acidentes. Da mesma forma, nos pacientes, várias

causas de acidentes incluem escorregões e quedas durante a locomoção, banho, transferência para macas, entre outros. Em ambientes hospitalares, a atenção à iluminação também é crucial, principalmente em salas de cirurgia e campos operatórios, onde desempenha um papel essencial na prevenção de acidentes.

Acidentes envolvendo materiais perfurocortantes ou cortocontusos contaminados são lamentavelmente comuns, muitas vezes devido ao descarte inadequado desses materiais em recipientes impróprios, assim como à falta de utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), o que pode resultar em riscos biológicos. Portanto, a coleta de resíduos hospitalares deve ser seletiva, identificando claramente quais recipientes devem ser usados para o descarte adequado desses resíduos.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo analisar as práticas de segurança do trabalho meio aos riscos ocupacionais do Hospital Regional da Cidade de Goiás, além de demonstrar as contribuições da segurança do trabalho aos recursos humanos.

Esse estudo realizou uma pesquisa descritiva exploratória qualitativa com o método análise de conteúdo e observacional. Godoy (1995), define a análise de conteúdo, (aplicação em discursos diversos e a todas as formas de comunicação).

2.1 Histórico do Hospital Pesquisado

Esta pesquisa foi feita por meio de uma entrevista com o colaborador responsável pelo departamento de Recursos Humanos, incluindo questionamentos sobre a história do hospital, número de colaboradores ativos, como funcionava a sua gestão e como funcionava o atendimento de pacientes. Além de documentos, relatórios, textos escritos sobre o tema encontrados em arquivos no Hospital.

Desde o ano de 1825 o Hospital opera como uma entidade privada, sem fins lucrativos, atendendo a uma população superior a 430.000 pes-

soas em uma área que abrange 46 municípios da região. É o único hospital na Cidade de Goiás e também serve como referência para os 16 municípios mais próximos, conta com 198 anos, 114 funcionários, é considerado um Patrimônio Histórico e Cultural, protegido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), está situado no Centro da Cidade, sua gestão é composta por uma Diretora Administrativa e sua mantenedora.

O Hospital concentra seus atendimentos em 96% no Sistema Único de Saúde (SUS) e os outros 4% em convênios como: UNIMED e IPASGO, além disso, possuem áreas de grande importância para a população como: Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Centro Cirúrgico, Maternidade e enfermarias.

2.2 O Método

Meio a uma coleta de dados, contou com a observação participante, através da análise qualitativa, avaliando como os colaboradores se comportam diante das normas da segurança do trabalho como: utilização de EPI's de forma correta e seguir a NR 32 com processos de biossegurança, a não utilização de adornos e não alimentação nos postos de trabalho. Além disso, foi avaliado fatores ergonômicos como, o levantamento de pesos e mobiliário utilizado para atividades laborais. Foi feita uma observação durante dois meses (Maio/23 e Junho/23), e pelo próprio, ser o responsável do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), houve uma facilidade para coletar os dados.

2.3 Descrição e Análise dos Dados

Foi verificado toda a parte de documentos que o Ministério do Trabalho, a organização possui todos, entretanto, alguns não estão sendo aplicados no ambiente, incluem: Pronto-socorro, Unidade de Terapia Intensiva, Central de Material e Esterilização, Centro-Cirúrgico, Radiografia e tomografia.

A radiação ionizante está presente, porém é realizado o controle de qualidade dos equipamentos e o levantamento radiométrico das salas. O risco mais presente na área hospitalar é o biológico, visto que agentes

patológicos como: bactérias, vírus, fungos etc., são de fácil acesso neste tipo de área insalubre que existe uma alta rotatividade de pacientes com doenças que podem propagar pelos colaboradores.

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) desempenham um papel crucial em hospitais e em qualquer ambiente de cuidados de saúde. Sua importância é multifacetada e abrange diversas áreas, incluindo a segurança dos trabalhadores, a prevenção de infecções, a proteção dos pacientes e a conformidade com regulamentações de saúde e segurança. O Quadro 2, a seguir discrimina quais EPI's o estabelecimento possui e quando utilizar.

Quadro 2. Relação de EPI's

EPI:	Descrição	Quando usar
Óculos de Proteção	Para proteção contra impacto de partículas, volantes multidirecionais para uso sem sobreposição a óculos de grau.	Durante atividades que haja probabilidade de projeção de partículas químicas ou biológicas.
Calçado fechado	Calçado de segurança de uso profissional.	Durante toda a jornada de trabalho.
Máscara PFF2	Máscara tipo respirador-pff2, com filtro para névoas tóxicas e vapores orgânicos, válvula de exalação segura, em não tecido, uso hospitalar.	Deverá ser utilizada sempre que realizar procedimentos geradores de aerossóis.
Máscara cirúrgica	Máscara cirúrgica com alças elásticas em não tecido, uso único, eficiência de filtragem bacteriana acima de 95%.	Durante toda jornada de trabalho. (DESCARTÁVEL)
Luva para procedimento não cirúrgico	Luva de segurança confeccionada em látex, não estéril, lisa, ambidestra.	Durante os procedimentos a assistência à saúde de pacientes. (DESCARTÁVEL)
Avental (descartável)	Feito inteiramente de tecido não tecido (TNT) 100% polipropileno do tipo agulhado.	Durante a assistência à saúde de pacientes com doenças transmissíveis por contato.

EPI:	Descrição	Quando usar
Touca	Não tecido 100% polipropileno.	Durante a assistência à saúde de pacientes com doenças transmissíveis por contato.

Fonte: Primária.

Ao observar o quadro de EPI's, é notório que o estabelecimento possui todos os EPI's que a ANVISA e o Ministério da Saúde pedem, entretanto, é de suma importância capacitar os colaboradores quanto ao seu uso e observar se todos possuem o Certificado DE Aprovação (CA) além disso, a biossegurança não é algo muito comum a todos os colaboradores, uma vez que, alguns evitam higienizar as mãos após um procedimento.

A biossegurança é fundamental para garantir que os hospitais ofereçam um ambiente seguro e saudável para todos os envolvidos. Ela ajuda a prevenir a disseminação de infecções, proteger a saúde dos pacientes e dos profissionais de saúde e manter a confiança do público nos serviços de saúde. Além disso, a implementação eficaz de medidas de biossegurança também pode contribuir para a eficiência operacional e a redução de custos a longo prazo. É importante ressaltar que, os EPI's são utilizados de forma ocasional dependendo da atividade que o profissional está executando.

2.4 Relação de Programas de Segurança do Trabalho

Programas de segurança do trabalho são vitais para o funcionamento dessa política em hospitais. O ambiente hospitalar apresenta riscos significativos para a saúde e segurança dos trabalhadores devido a uma série de fatores, incluindo a exposição a patógenos, substâncias químicas, equipamentos médicos complexos e demandas físicas e emocionais intensas. Portanto esses programas ajudam a prevenir acidentes e doenças ocupacionais, como também promovem um ambiente de trabalho mais seguro e eficaz, melhorando a qualidade geral dos cuidados de saúde prestados.

O Quadro 3, a seguir demonstra quais programas da Segurança do Trabalho o Hospital possui.

Quadro 3. Relação de programas

Programa	Objetivo
PGR	Seu objetivo é analisar a gestão de riscos ocupacionais. É concretizada por meio da documentação física ou de sistemas eletrônicos.
PCMSO	Tem um enfoque preventivo, voltado para a identificação precoce de problemas de saúde relacionados ao trabalho, incluindo condições subclínicas, detecção de casos de doenças ocupacionais ou danos à saúde dos trabalhadores que sejam irreversíveis.
LTCAT	Analisar e determinar se o trabalhador esteve ou não exposto a agentes prejudiciais químicos, físicos e biológicos. Determinando o grau de insalubridade recebido.
PPR	Estabelecer um padrão de proteção eficaz contra os efeitos prejudiciais da radiação, sem impedir o uso das radiações para o bem-estar individual.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Ao analisar os programas, conclui-se que no hospital não são aplicados de forma eficaz, uma vez que o PGR está com o Plano de ação paralisado, o PCMSO o empregador não realiza os exames completos que a NR 32 determina (anti-hbs, hbsag, vdrl, anti-hcv, tipagem sanguínea e hemograma completo), a LTCAT no hospital determina que todos faz jus a insalubridade, administrativo (20%) áreas críticas (40%), O Plano de Proteção Radiológico é executado normalmente com os todos os controles de qualidade nos equipamentos e o Levantamento Radiológico das salas e dosímetros aos colaboradores.

2.5 Análise SWOT da Segurança do Trabalho no Hospital Pesquisado

A análise da matriz SWOT é uma ferramenta de gestão estratégica que envolve a identificação e análise dos pontos fortes e fracos internos de uma organização, bem como das oportunidades e ameaças externas que

podem afetá-la. Essa análise ajuda a tomar decisões estratégicas e a desenvolver planos de ação com base na compreensão dos fatores internos e externos que impactam a organização. Essa abordagem possibilita a identificação de elementos para melhorias tanto internas quanto externas (SILVEIRA, 2001, p. 209).

Quadro 4. Análise SWOT da segurança do trabalho no Hospital Regional

Forças: <ul style="list-style-type: none"> • Equipe bem treinada; • Cultura de segurança; 	Fraquezas: <ul style="list-style-type: none"> • Alta rotatividade dos colaboradores; • Ambiente de alta pressão; • Dificuldade de atualização.
Oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> • Inovação em tecnologia; • Parcerias externas; • Educação permanente. 	Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> • Regulamentações em constante mudanças; • Risco de saúde pública; • Falta de recursos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar a matriz SWOT, criada a partir da observação do autor, é visto que como “forças”, manter uma equipe treinada é fundamental para manter práticas e protocolo de segurança atualizado, além de que a cultura de segurança do trabalho, apesar de alguns colaboradores negligenciarem as normas como a NR 06 e a NR 32, na sua maioria respeita as regras do hospital.

NO item “fraquezas”, a alta rotatividade é um problema pois dificulta a consistência em implantar medidas de segurança, um ambiente de caráter emergencial pode criar uma alta pressão que aumentam os riscos de erros e as dificuldades da atualização e estar sempre seguindo as Normas Regulamentadoras, em especial a NR 32. Em “oportunidades”, a inovação em tecnologias mais avançadas como: sistemas de perfurocortantes atualizados podem auxiliar a segurança do trabalho, as parcerias externas em empresas especializadas em SESMT (Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho), a educação permanente em treinamentos

de segurança auxilia e mantém a equipe sempre atualizada. Em “ameaças”, as regulações em constante mudanças podem aumentar a carga de conformidade, os riscos à saúde pública estão relacionados a epidemias e pandemias podendo sobrecarregar hospitais e criar riscos adicionais de segurança e a falta de recursos pode armar restrições orçamentárias que consequentemente podem limitar a capacidade de investir em medidas de segurança.

A análise das práticas de segurança do trabalho no Hospital Regional da Cidade de Goiás revelou um contexto desafiador, porém crucial, na proteção dos colaboradores diante dos riscos ocupacionais presentes nesse ambiente. Por meio da observação participante e análise qualitativa, foi possível identificar tanto aspectos positivos quanto áreas que demandam melhorias significativas. Os colaboradores demonstraram, em sua maioria, conhecimento das normas de segurança e utilização adequada dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). No entanto, a não aplicação de certos procedimentos preconizados pela NR 32, como o controle efetivo de biossegurança, revelou lacunas na implementação das normas.

Além disso, fatores ergonômicos, como o manuseio de peso e o mobiliário utilizado, foram identificados como áreas de possível risco à saúde ocupacional dos funcionários. A presença de riscos físicos, especialmente a exposição à radiação ionizante, foi controlada por meio de procedimentos específicos, embora a exposição a agentes biológicos represente um desafio constante, considerando a natureza insalubre do ambiente hospitalar.

A verificação da documentação relacionada ao Ministério do Trabalho evidenciou a presença dos registros necessários, porém, alguns não estão sendo aplicados efetivamente no ambiente de trabalho.

Portanto, esta análise destaca a importância de uma abordagem proativa na implementação e monitoramento contínuo das práticas de segurança do trabalho no Hospital Regional da Cidade de Goiás. Recomenda-se ações corretivas e preventivas para preencher as lacunas identificadas, visando garantir um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para todos os colaboradores, alinhado não apenas com as regulamentações, mas também com a promoção efetiva da saúde e bem-estar no local de trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da importância da segurança do trabalho é essencial, não apenas como um requisito legal, mas como um investimento estratégico para a construção de ambientes laborais saudáveis e eficientes.

Os Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho, abordam diretamente a salvaguarda da saúde dos profissionais, considerando a prevenção de doenças ligadas às atividades laborais. Isso inclui aspectos como ergonomia, exposição a substâncias prejudiciais, toxicologia e exames clínicos.

Assim, o objetivo do estudo foi analisar as práticas de segurança do trabalho, dando enfoque aos riscos ocupacionais presentes no Hospital regional de Goiás. Por ser um ambiente de alto risco biológico e ter acabado de passar uma pandemia, a unidade de Saúde se manteve com os programas de segurança do trabalho atualizados, porém, faltou praticá-los corretamente, uma vez, que nem todos os colaboradores cumpriam com as normas de segurança como o uso correto de EPI's e a biossegurança. Além disso, é importante ressaltar que a segurança do trabalho contribui para os Recursos Humanos de forma indireta, ao garantir ambientes seguros, resulta uma maior produtividade e satisfação dos funcionários o que impacta diretamente na gestão de Recursos Humanos.

De forma específica, o Hospital possui um alto índice de risco biológico, uma vez que, o pronto-socorro por ser “porta aberta”, não se sabe como ou qual doença patológica os pacientes podem chegar. Dando enfoque ao Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é um documento que registra informações detalhadas sobre as atividades exercidas pelo trabalhador, condições ambientais de trabalho e exposição a agentes nocivos à saúde. É utilizado para a concessão de aposentadoria especial, evidenciando os riscos ocupacionais ao longo da carreira profissional, fornecido pelo SESMT. Além disso, é importante ressaltar que o Hospital possui todos os programas que o Ministério do Trabalho exige, entretanto, eles não são aplicados de forma eficaz, logo pode-se concluir que o problema do hospital é a condição insegura por parte do estabelecimento em não

aplicar os programas corretamente e o próprio ato inseguro dos colaboradores em não seguir as normas da empresa.

Diante disso, espera-se que esse trabalho seja de grande relevância para um Administrador Hospitalar ou Coordenador de SESMT, uma vez que, as análises obtidas servem de base para executar em Hospitais, orientando e demonstrando que a maioria das Unidades de Saúde produzem os Programas de Segurança do Trabalho, mas não executam. No estudo, como objetivos específicos, foi analisado os riscos presentes no Hospital, EPI's utilizados de forma ocasional dependendo da atividade que o profissional esteja exercendo e demonstrado os programas de segurança do trabalho.

Ressalta-se que nada adianta o Hospital possuir normas e não serem seguidas, a resistência de um colaborador é um risco maior para a exposição de acidente de trabalho e doenças ocupacionais. Sugere-se, como uma futura análise, visitar outras unidades hospitalares e comparar as práticas de segurança do trabalho e a percepção do colaborador sobre a importância das normas de boas práticas de segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS, Manuais de Legislação. *Segurança e Medicina do Trabalho*. 73. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 1978. *NR-15: Atividade e operações insalubres*. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-15-atualizada-2022.pdf>>. Acesso em: 20 Agosto 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *NR-09: AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS*. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/>>

arquivos/normas-regulamentadoras/nr-09-atualizada-2021-com-anexos-vibra-e-calor.pdf.> Acesso em: 28 junho 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, 1978. *NR-32: Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde*. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>> Acesso em: 15 Agosto 2023.

CAMARGO, Marcelo; SOUZA, Hamilton Edson Lopes. SEGURANÇA DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA MADEIREIRA. *Revista Eletrônica Lato Sensu - UNICENTRO*, [S. l.], n. 06, p. 1-15, 13 fev. 2008.

CAVALCANTE, C. A. A.; *et al.* Riscos ocupacionais do trabalho em enfermagem uma análise contextual. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*. Maringá, v. 5, n. 1, p. 88-97, 2006.

CHIAVENATO, I. *Recursos Humanos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

COSTA, A. C. *Consolidação das leis do trabalho*. 31. ed. São Paulo: LTr, 2004.

MARRAS, J. P. *Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico*. 8. ed. São Paulo: Futura, 2000.

MBR. *Aperfeiçoamento estratégico dos programas e sistemas de segurança*. Belo Horizonte: Athur D. Litle, 1993.

MORSCH, José Aldair. *Riscos e práticas de segurança do trabalho em hospitais*. Rio Grande RS, 30 jan. 2019. Disponível em: <<https://telemedicinamorsch.com.br/blog/seguranca-do-trabalho-em-hospitais>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

OLIVEIRA, J. C. *Gestão de riscos no trabalho: uma proposta alternativa*. Minas Gerais, Fundacentro/CEMG, 1999.

OLIVEIRA, João Cândido. Segurança e saúde no trabalho: uma questão mal compreendida. *Revista Scielo*, São Paulo, p. 1-10, 30 set. 2003.

METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE INCLUSÃO DE ALUNO COM AUTISMO

Ise Helena Miguel de Oliveira Vieira¹
Clodoaldo Valverde²

Resumo: Este estudo investiga a implementação de metodologias ativas de aprendizagem adaptadas às necessidades educacionais do aluno A.H.S.G, uma criança de cinco anos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), frequentando o Jardim II. Caracterizado por atrasos significativos no desenvolvimento neuropsicomotor, hiperatividade, déficits de interação social e atrasos na fala, A.H.S.G apresenta comportamentos estereotipados persistentes, incluindo o consumo de itens não alimentares, o que representa desafios substanciais no ambiente educacional. A intervenção envolveu a aplicação de várias metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos e gamificação, visando aumentar o engajamento e minimizar comportamentos perigosos. Este artigo avalia a eficácia dessas metodologias em manter a atenção de A.H.S.G e facilitar um ambiente de aprendizagem mais seguro e envolvente. Nossos achados sugerem que, embora as metodologias ativas possam de fato aumentar o engajamento até certo ponto, elas requerem customização significativa para atender efetivamente às necessidades únicas de crianças com TEA. Esta pesquisa contribui para o discurso mais amplo sobre estratégias educacionais para crianças com TEA, enfatizando a necessidade de abordagens de ensino adaptativas que acomodem as condições diversas dos aprendizes.

Palavras-chave: Aprendizagem ativa. Transtorno do espectro autista. Educação infantil. Estratégias educacionais.

¹ Mestranda da UEG-Campus Anápolis. Graduada em Pedagogia pela FAFISP de Ceres. Pós Graduada em Docência Universitária pela PUC GOIÁS. Natural de Rubiataba, Brasil. E-mail: ise.vieira@seduc.go.gov.br

² Pós-Doutor pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor pela UFG. Mestre pela UFG. Especialista em Direito Tributário. Especialista em Gestão e Docência na Educação a Distância. Graduado em Direito e Engenharia Mecânica pela Universidade Paulista (UNIP). Graduado em Física Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação Paulistana (FAEP). Professor do Programa de Mestrado da Universidade Estadual de Goiás. Professor da Universidade Paulista. Professor da Faculdade Impacto. E-mail: valverde@ueg.br

ACTIVE METHODOLOGIES IN EARLY EARLY EDUCATION: A CASE STUDY ON INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM

Abstract: This study explores the implementation of active learning methodologies tailored to the educational needs of A.H.S.G, a five-year-old child with Autism Spectrum Disorder (ASD) attending Jardim II. Characterized by significant neuropsychomotor development delays, hyperactivity, social interaction deficits, and speech delays, A.H.S.G engages in persistent stereotypic behaviors, including consuming non-food items, which pose substantial challenges in educational settings. The intervention involved employing various active methodologies, such as project-based learning and gamification, aimed at enhancing engagement and minimizing hazardous behaviors. This paper evaluates the effectiveness of these methodologies in holding A.H.S.G's attention and facilitating a safer, more engaging learning environment. Our findings suggest that while active methodologies can indeed increase engagement to some extent, they require significant customization to meet the unique needs of children with ASD effectively. This research contributes to the broader discourse on educational strategies for children with ASD, emphasizing the necessity for adaptive teaching approaches that accommodate the diverse conditions of learners.

Keywords: Active learning. Autism spectrum disorder. Child education. Educational strategies.

INTRODUÇÃO

A inserção de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas instituições de ensino representa um vetor crescente de investigação e intervenção no âmbito educacional moderno, especialmente em contextos específicos como o da rede municipal de Rubiataba, Brasil. Este estudo objetiva explorar a eficácia das metodologias ativas na promoção da inclusão desses estudantes, focalizando na sua capacidade de atender às demandas educacionais particulares na Educação Infantil. Em Rubiataba, desafios peculiares são enfrentados no que se refere à educação inclusiva, com ênfase na integração de alunos com TEA.

A prática educacional local tem sido direcionada à criação de um ecossistema escolar que não apenas acolhe, mas também fomenta o desenvolvimento equitativo e significativo de todos os alunos. A questão central

deste estudo é determinar o impacto das metodologias ativas sobre o processo de inclusão escolar desses alunos. Como destaca Trindade (2022), **“a implementação de metodologias ativas pode revolucionar a educação inclusiva, ao promover um ambiente de aprendizado mais engajador e personalizado para alunos com necessidades especiais”** (p. 90). Esta pesquisa busca adicionar ao corpo de conhecimento sobre práticas inclusivas eficazes, proporcionando insights sobre adaptações metodológicas que podem beneficiar amplamente a população estudantil com TEA.

As metodologias ativas constituem uma abordagem pedagógica que se caracteriza pela sua dinâmica interativa e participativa, centralizando o discente como o principal agente no processo de aquisição de conhecimento. Diferentemente dos métodos pedagógicos tradicionais, que tendem a ser mais passivos, as metodologias ativas estimulam o engajamento ativo, a colaboração inter-pessoal e a solução de problemas complexos, contribuindo para a formação de um ambiente educacional que é simultaneamente mais estimulante e inclusivo.

Especificamente no contexto de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na cidade de Rubiataba-GO, essas metodologias apresentam um potencial significativo para adaptações personalizadas, que consideram as necessidades individuais, estilos de aprendizagem e preferências dos alunos. Conforme articula Morin (2000), **“A educação deve ser vista como um processo de personalização, onde cada indivíduo é visto com suas particularidades e necessidades próprias”** (p. 112). Neste sentido, a implementação de metodologias ativas para alunos com TEA requer ajustes meticulosos para assegurar sua eficácia e acessibilidade, como o uso de meios de comunicação alternativos, apoios visuais, rotinas estruturadas e estratégias individualizadas.

Essas adaptações podem incluir a aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, a sala de aula invertida, e instrução pelos pares, entre outras técnicas. O principal objetivo é fomentar a reflexão crítica, a colaboração efetiva, a resolução de desafios e a aplicação prática do conhecimento adquirido.

Apesar dos desafios que a implementação dessas metodologias pode apresentar, especialmente para alunos com TEA, relatos iniciais indicam

resultados promissores. Professores, pais e os próprios alunos têm relatado experiências positivas que destacam o aumento do engajamento, da autonomia e do progresso acadêmico e social dos envolvidos neste processo inclusivo. Esses resultados reforçam a importância de continuar explorando e expandindo o uso de metodologias ativas em contextos educacionais inclusivos.

Independentemente de gênero, classe social ou outras características individuais ou sociais, a inclusão é um direito fundamental de todas as crianças. Como direito fundamental, o direito à inclusão não pode ser negado a nenhum grupo social nem a nenhuma faixa etária (BAPTISTA, 1999; BÉNARD DA COSTA, 1999; CÉSAR, 2003). A inclusão garante que todos os alunos, independentemente de suas características e diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade e vivenciem experiências significativas.

A inclusão exige uma reavaliação da diferença, pois cada criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem próprias. De acordo com a perspectiva inclusiva, aceitar a diferença implica respeitar as características, interesses, motivações e projetos de vida de cada criança, o que só é possível por meio da criação de estratégias e recursos educativos que promovam seu desenvolvimento integral (AINSCOW, 1999). A essência do princípio da inclusão é que todos os alunos são únicos, com suas experiências, interesses e atitudes, e cabe à escola adaptar-se a seus alunos para aproveitar a diversidade existente.

A diferença, então, emerge como uma vantagem e como uma oportunidade para o desenvolvimento (AINSCOW, 1999; MORATO, 2003). Diante das considerações apresentadas, este estudo busca estabelecer um marco no desenvolvimento e aplicação de práticas pedagógicas inovadoras, centradas nas metodologias ativas para a promoção da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil em Rubiataba. Ao avaliar os impactos dessas práticas no contexto educacional, almeja-se proporcionar um ambiente de aprendizado mais adaptativo e engajador, que reconheça e valorize as particularidades de cada estudante.

Assim, a investigação pretende não apenas medir o sucesso dessas intervenções, mas também explorar como elas podem ser aprimoradas e adaptadas para atender de forma eficaz às necessidades de alunos com

características tão diversificadas. Ao final, espera-se que este estudo contribua significativamente para a literatura sobre educação inclusiva e metodologias ativas, oferecendo novas perspectivas e entendimentos que possam ser aplicados em diversos contextos educacionais para melhorar a experiência e os resultados de aprendizagem de alunos com TEA.

1. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo consistiu em um estudo de caso, uma abordagem qualitativa que permite uma análise aprofundada de situações individuais, focando em compreender os fenômenos dentro de seus contextos específicos. Conforme Lakatos (1991), estudos de caso são úteis para investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Neste estudo, a abordagem de estudo de caso foi aplicada para examinar detalhadamente as interações e os resultados educacionais de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na aplicação de metodologias ativas em um ambiente escolar.

As metodologias ativas utilizadas incluíram a aprendizagem baseada em problemas, onde os alunos são incentivados a resolver problemas reais que aumentam a sua capacidade de aplicar o conhecimento em situações práticas; a sala de aula invertida, que transfere a instrução direta para o ambiente de aprendizado em casa e utiliza o tempo de aula para aprofundar entendimentos através de discussões e atividades práticas; e a instrução pelos pares, que envolve os alunos ensinando uns aos outros, promovendo a colaboração e o engajamento ativo. Essas técnicas foram escolhidas por sua capacidade de fomentar maior participação e autonomia dos alunos, aspectos cruciais para a inclusão efetiva de alunos com necessidades especiais como os que apresentam TEA.

Essa abordagem metodológica, ancorada no estudo de caso, possibilitou uma compreensão mais detalhada das complexidades envolvidas na educação de alunos com TEA e ofereceu insights sobre como as metodologias ativas podem ser adaptadas para melhor atender a esses alunos, fornecendo uma experiência de aprendizado mais personalizada e eficaz.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão inicial dos resultados obtidos neste estudo de caso revela uma complexa interação entre as metodologias ativas implementadas e as respostas variadas do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Apesar da intenção de engajar o aluno por meio de estratégias como aprendizagem baseada em problemas, sala de aula invertida e instrução pelos pares, observou-se que o sucesso dessas metodologias foi limitado. Este resultado contrasta com as expectativas delineadas pela literatura, que sugere que metodologias ativas podem significativamente melhorar a participação e o desenvolvimento de habilidades em alunos com TEA (Barbosa e Moura, 2013).

Os resultados observados são relatados especificamente através de exemplos de atividades realizadas com o aluno A.H.S.G, como desenho com tinta, colagem criativa, escrita do nome e observação de desenhos animados, veja Quadro 1.

Quadro 1. Observação das atividades desenvolvidas pelo discente

Aulas	Atividade - Relato da professora de apoio	Resultado	Observação
Primeira aula observada	Atividade observada: Desenho com tinta, pincel e papel.	O aluno mexeu nas tintas, mas logo saiu. Sempre agitado. Não tem coordenação motora.	O aluno é desinquieto. É medicado diariamente, tem acompanhamento com neuro.
Segunda aula observada	Atividade observada: colagem criativa, para desenvolver habilidades de coordenação motora e expressão artística.	O aluno rasgou o papel da atividade e saiu pela sala pegando as atividades dos colegas e rasgando também. A professora de apoio saiu com ele da sala.	O aluno não tem coordenação motora nenhuma.

Aulas	Atividade - Relato da professora de apoio	Resultado	Observação
Terceira aula observada	Atividade observada: Escrita do nome, para desenvolver habilidade iniciais de alfabetização.	O aluno não consegue escrever nenhuma letra do nome.	O aluno não tem coordenação, não pega no lápis e só leva o lápis na boca e morde.
Quarta aula observada	Atividade de observação de desenhos animados.	O aluno ficou algum tempo observando o desenho projetado na televisão da sala.	O aluno conseguiu ficar por alguns minutos assistindo o desenho.

Nestas atividades, observa-se que o aluno teve dificuldades significativas, como a falta de interesse prolongado, falta de coordenação motora e desengajamento rápido das tarefas propostas. A interação limitada do aluno com as atividades sugeridas e a dificuldade em manter a atenção por períodos mais longos são indicativos dos desafios enfrentados pelo educador e do impacto limitado das metodologias ativas implementadas neste caso específico.

A Figura 1 revela informações cruciais sobre um caso específico de inclusão na educação infantil, o do estudante A.H.S.G. O discente A.H.S.G, atualmente com cinco anos de idade e residente com sua família em Rubiataba, está inserido no contexto da educação inclusiva, enfrentando desafios únicos em seu desenvolvimento devido a características como hiperatividade, estereotipia, atraso na linguagem, distúrbio de atenção e sensibilidade ao rejeitar mudanças na rotina. A Figura 1 detalha aspectos do seu quadro comportamental, como a resistência à realização de atividades escritas, dificuldades motoras e um padrão alimentar restritivo, que exclui alimentos salgados e com nenhum tipo de frutas ou doces.

Figura 1. Relatório de A.H.S.G


ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RUBIATABA

NOME DO ESTUDANTE: [REDACTED]

ETAPA DE ENSINO: Educação Infantil
SÉRIE: Jardim II TURMA: [REDACTED] TURNO: [REDACTED]
PROFESSOR REGENTE: [REDACTED]
PROFESSOR DE AEE: [REDACTED]
PROFISSIONAL DE APOIO PEDAGÓGICO: [REDACTED]



APRESENTAÇÃO

A Inclusão é um processo que visa apoiar a Educação para Todos e para cada criança no Mundo (Ainscow & Ferreira, 2003, citado em Rodrigues, 2003). Esta ideia implica encarar a escola como um espaço onde todas as crianças e jovens têm lugar para aprender e adquirir conhecimento para desenvolver-se enquanto pessoa.

O aluno [REDACTED] que, hoje tem 05 anos de idade mora com mãe, padrasto e sua irmã, apresenta atraso do desenvolvimento neuropsicomotor, hiperatividade, nervosismo, atraso de fala e linguagem, déficit na interação social, rigidez de comportamento, estereótipos, alteração do padrão do sono, não brinca de faz de conta, baixa tolerância a mudança de rotina. Realiza pouquíssimo ecoico e tato, não faz mando intraverbal dependência total para atividades diárias. O aluno não realiza nenhum tipo de atividade escrita, não tem coordenação motora, e o que prende sua atenção é a tela de TV ou celular. Sua alimentação é restrita em alimentos salgados, não come nenhum tipo de frutas e doces, precisa de ajuda para alimentar, pois não consegue comer sozinho. Faz suas necessidades fisiológicas na roupa etc.

1-Período de intervenção: Primeiro bimestre.

2- Resumo de algumas atividades mediadas durante este bimestre:

O relato de A.H.S.G, ressalta a importância de abordagens pedagógicas especializadas e adaptativas na educação de crianças com TEA. A equipe pedagógica, composta pela professora regente Debora (nome fictício para não identificar a professora) e pelos profissionais de apoio pedagógico, tem o desafio de criar e implementar estratégias que promovam a inclusão efetiva e o desenvolvimento integral de A.H.S.G. O primeiro bimestre de intervenção apontou para a necessidade de um planejamento pedagógico que considerasse a interação social, as rotinas estruturadas e a utilização de recursos visuais e táteis que auxiliem na manutenção da atenção e engajamento do aluno.

A inclusão de A.H.S.G, é entendida não apenas como um direito, mas como um elemento fundamental para seu crescimento pessoal, de acordo com os princípios de Ainscow & Ferreira (2003, citado em Rodrigues, 2003). Seu caso ilustra a complexidade de ensinar e incluir efetivamente crianças com TEA, desafiando educadores a explorarem novos métodos e recursos didáticos que possam atender às suas necessidades específicas. O comprometimento da família, aliado às práticas inclusivas adotadas pela escola, desempenha um papel essencial na busca por um ambiente educacional acolhedor e capacitador, essencial para o desenvolvimento de competências vitais para a vida de A.H.S.G.

A Figura 2 fornece um relatório descritivo visualmente rico do progresso do estudante A.H.S.G durante os meses de fevereiro e março, destacando a sua jornada no ambiente educacional inclusivo. A.H.S.G é mostrado em várias atividades escolares que refletem os esforços adaptativos feitos pela equipe educacional para envolvê-lo no aprendizado.

É evidente que, apesar de sua não verbalidade e desafios de socialização, as estratégias empregadas são cuidadosamente projetadas para acomodar suas necessidades sensoriais e comportamentais. Seja manuseando bolas coloridas ou interagindo com brinquedos sensoriais, o foco está em ativar o engajamento de A.H.S.G de maneira não verbal e tátil, uma abordagem que parece ser mais eficaz do que as atividades impressas convencionais, dada sua tendência a explorar objetos com a boca. No início do ano letivo, desafios adicionais como comportamento agressivo e birras eram frequentes, mas com o tempo, progressos como a atenção seletiva direcionada a telas digitais começaram a emergir, mostrando uma evolução significativa em seu comportamento.

Figura 2. Evolução no Aprendizado Inclusivo de A.H.S.G: Estratégias Pedagógicas Visuais e Sensoriais



A avaliação descritiva de A.H.S.G Figura 3, mostra avanços e desafios em diferentes aspectos de seu desenvolvimento educacional. Cognitivamente, ele está começando a compreender a negação, embora ainda não verbalize e tenha uma memória de curto prazo limitada, demonstrando dificuldade em armazenar informações. No aspecto socioafetivo, ele apresenta desafios em seguir orientações e interagir com colegas, tendo envolvimento apenas com a professora de apoio. Motoramente, apesar de se locomover, A.H.S.G enfrenta limitações significativas, incluindo falta de fala e de equilíbrio em uma perna, o que impacta sua capacidade de participar de atividades físicas como chutar ou arremessar.

Academicamente, A.H.S.G ainda não realiza atividades impressas e mostra uma dificuldade substancial em compreensão e expressão. No campo linguístico, embora se expresse com dificuldade, a fala ainda é um domínio em desenvolvimento, e a comunicação é uma barreira significativa. Notavelmente, recursos óticos e não óticos, bem como estratégias para potencializar suas áreas de interesse, ainda não foram aplicados ou explorados, o que sugere uma área potencial de desenvolvimento no planejamento pedagógico.

O conselho de classe reconhece que A.H.S.G frequenta uma sala de aula com 22 alunos, onde a interação com colegas ainda não ocorre. Ele é atendido por profissionais especializados na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município e no Serviço de Estimulação e Reabilitação (SER), recebendo suporte de musicoterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional a cada quinze dias. Este suporte multidisciplinar é vital para atender às suas necessidades educacionais especiais e para promover sua inclusão e desenvolvimento integral.

A colaboração da família emergiu como um fator significativo no processo educacional. A presença e o entendimento dos pais sobre os desafios enfrentados pelo aluno foram essenciais, como destacado por Lemos *et al.* (2016), que afirmam a importância do envolvimento parental na educação das crianças, especialmente aquelas com necessidades especiais. Esse suporte familiar é fundamental para reforçar o aprendizado e as experiências vivenciadas na escola, permitindo uma abordagem mais holística e integrada à educação especial.

Figura 3. Progressos e Desafios no Desenvolvimento Educacional de A.H.S.G: Uma Avaliação Multidimensional



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RUBIATABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RUBIATABA

5- Avaliação descritiva considerando as Habilidades e competências internalizadas no período, referente aos seguintes aspectos:

Aspecto cognitivo	O aluno não é verbal.	Está começando a entender a palavra não.	Possui uma memória de curtíssimo prazo. Não armazena informações.	Não cumpre nenhuma tarefa determinada pelo professor.
Aspecto Sócio afetivo	Não consegue seguir orientações.	Só tem envolvimento com a professora de apoio.	Não se relaciona com os colegas.	Não possui nenhum conhecimento prévio.
Aspecto Motor	Ainda se locomove com certa dificuldade.	Não fala.	Se locomove, porém, não chuta, não possui equilíbrio em uma perna só, não arremessa.	Ainda não possui habilidade motora.
Aspectos Acadêmicos	Não faz.	Não compreende.	Não abstrai, não gravas.	Não consegue manusear o lápis.
Aspectos linguístico	Não compreende.	Se expressa com dificuldade.	Não possui o domínio da fala.	Não consegue se comunicar.
Recursos Óticos e não óticos	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.
Recursos para potencializar a área de interesse do estudante com AH/SD	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.	Não se aplica.

6- Considerações finais do conselho de classe:

_____ estuda em uma sala com um 22 alunos, não interagem com nenhum colega. E atendido com profissionais especializados na sala do AEE do município e no SER, com músico terapia, fonoaudióloga e terapeuta ocupacional a cada quinze dias.

Portanto, os resultados deste estudo apontam para a necessidade de uma investigação mais profunda sobre como as metodologias ativas podem ser melhor adaptadas para atender às necessidades específicas de alunos com TEA. É necessário explorar estratégias que possam efetivamente capturar e manter a atenção desses alunos, além de promover um ambiente de aprendizado que respeite e se ajuste às suas peculiaridades cognitivas e comportamentais. A construção de um currículo flexível e a adaptação contínua das estratégias pedagógicas, como recomendado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), são passos essenciais para avançar nesta direção.

3. CONCLUSÃO

No processo de aprimoramento das práticas inclusivas para a Educação Infantil, torna-se imprescindível refletir sobre a evolução e o aperfeiçoamento das metodologias ativas. A colaboração sinérgica entre educadores, profissionais de saúde, famílias e comunidade desempenha um papel vital na promoção de um desenvolvimento contínuo e bem-sucedido das intervenções pedagógicas. A experiência com o aluno A.H.S.G demonstrou que, apesar dos esforços diligentes e das abordagens metodológicas inovadoras implementadas, os resultados não foram os esperados, levando a uma busca intensiva por apoio especializado externo. As interações do aluno com o ambiente revelaram padrões comportamentais consistentes, destacando o uso oral como principal meio de exploração e interação, um desafio notável que persistiu além das fronteiras da sala de aula.

Ao considerar a jornada educacional de A.H.S.G, observou-se que a concentração e a atenção eram mantidas em atividades com apelo visual e auditivo, como assistir a desenhos animados, sugerindo uma área potencial para desenvolvimento de estratégias pedagógicas futuras. A persistência desses desafios ressalta a necessidade de um planejamento individualizado ainda mais refinado e a importância de uma avaliação contínua dos métodos aplicados, buscando entender melhor e atender às necessidades únicas dos alunos com TEA. Este estudo conclui que, embora haja progresso, ainda há um caminho considerável a ser percorrido para compreender plenamente e responder às complexas demandas de aprendizagem

desses alunos. O aprendizado contínuo e a adaptação das práticas educacionais, alinhados ao apoio multidisciplinar, são essenciais para alcançar uma inclusão educacional verdadeiramente efetiva e enriquecedora.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. (1999). *Para uma educação inclusiva: superar as barreiras à aprendizagem e à participação*. Porto Alegre: Artmed.

BAPTISTA, M. V. (1999). Inclusão: um direito fundamental. In: BÉNARD DA COSTA, J., CÉSAR, J. (org.). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. Porto: Porto Editora.

BACICH, L; MORAN, J. *Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática*. 1. ed. [S. l.]: Penso, 2017.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. *B. Tec. SENAC*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias *et al.* Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 351-361, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1229>.

MORAN, J; MASETTO, M; BEHRENS, M. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 2000.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MURARO, M. I; GOÉS, A. R. T. Contribuições da Sala de Aula Invertida para prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. *Cocar Fluxo contínuo*, Curitiba-Brasil, v. 17, ed. 35, p. 1-21, 2022.

QUEVEDO, É. R. *et al.* (org.). *Metodologias ativas: reflexões e práticas docentes na educação superior*. [S. l.]: Fi, 2022.

SUANNO, M. V. R. *et al.* Metodologias ativas, transdisciplinaridade e aprendizagens na Universidade Federal de Goiás. *Desafios*, [s. l.], v. 5, ed. 2, p. 66-86, 2018.

TRINDADE, R. C. *A metodologia ativa design thinking na formação continuada de profissionais da educação: The active design thinking methodology in the continuing education of education professionals*. 2022. 125 p. Dissertação (Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Multicampi Cornélio Procópio e Londrina, Cornélio Procópio.

WINTER, A. L. S; CAUS, J. R. M. *O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino fundamental e as dificuldades de implementação nas práticas docentes*. 2019. 17 p. Trabalho de conclusão de curso (Pós Graduação em Tecnologias para Educação Profissional). IFSC Urussanga - CERFEAD, Urussanga.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL COM DESPEZA DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO NO MUNICÍPIO DE INDIARA/GO

Laara Carolina Alves Mesquita¹
Clodoaldo Moreira dos Santos Júnior²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar no contexto teórico do eixo normativo doutrinário sobre como a Lei de Responsabilidade Fiscal transformou-se um instrumento marcante para complementar a Constituição Federal, onde designou normas básicas para a consolidação de receitas e gastos públicos, expandindo-se por todo o Poder Público, proporcionando uma Administração Pública mais eficaz e com perspicuidade, no intuito de comedir gastos excessivos e nivelar as contas públicas. Será retratado a influência no limite de gasto com pessoal do Poder Executivo do município de Indiará, Goiás. O método empregado refere-se a um estudo de caso utilizando um estudo bibliográfico, exploratório e documental, com coleta de dados oficiais a partir de relatórios, em caráter quantitativo e descritivo. Analisar a importância do planejamento orçamentário juntamente com a LRF e o desenvolvimento de gastos com pessoal no município. É importante destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal não se aplica apenas aos governos estaduais e municipais, mas também à União e ao Distrito Federal. Com isso, busca-se garantir que todos os entes federativos estejam sujeitos às mesmas regras e que a gestão fiscal seja realizada de forma responsável e transparente em todo o país. Posto isto, ressalta-se a imprescindibilidade por parte do gestor, de uma boa gestão e domínio das finanças públicas, com o intuito de atender as demandas da sociedade e aos princípios estabelecidos na LRF para uma melhor operação dos recursos públicos.

Palavras-chave: Gasto com pessoal. Lei de responsabilidade fiscal. Município de Indiará, Goiás. Orçamento público.

¹ Centro Universitário de Goiás - Uni Goiás, Goiânia, Brasil.

² Centro Universitário de Goiás - Uni Goiás, Goiânia, Brasil.

FISCAL RESPONSALITY LAW AND MUNICIPAL PUBLIC BUDGET WITH EXECUTIVE BRANCH PERSONNEL EXPENSES IN THE MUNICIPALITY OF INDIARA/GO

Abstract: This article aims to present in the theoretical context of the doctrinal normative axis how the Fiscal Responsibility Law became a landmark instrument to complement the Federal Constitution, where it designated basic norms for the consolidation of public revenues and expenditures, expanding across the entire Public Power, providing a more effective and perspicuous Public Administration, with the aim of curbing excessive spending and leveling public accounts. The influence on the personnel spending limit of the Executive Branch of the municipality of Indiará, Goiás, will be portrayed. The method used refers to a case study using a bibliographic, exploratory and documentary study, with collection of official data from reports, in a quantitative and descriptive way. Analyze the importance of budget planning together with the LRF and the development of personnel expenses in the municipality. And it is important to highlight that the Fiscal Responsibility Law does not only apply to state and municipal governments, but also to the Union and the Federal District. This seeks to ensure that all federative entities are subject to the same rules and that fiscal management is carried out in a responsible and transparent manner throughout the country. That said, the manager's essential role in good management and mastery of public finances is highlighted, with the aim of meeting society's demands and the principles established in the LRF for a better operation of public resources.

Keywords: Spending on personnel. Fiscal responsibility law. Municipality of Indiará, Goiás. Public budget.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e o Orçamento Público com o Gasto de Pessoal Poder Executivo do Município de Indiará, no Estado de Goiás, referente aos anos de 2020 e 2021.

No que tange as origens da LRF podem ser traçadas desde 1988, quando foi identificada a necessidade de fortalecer o governo federal e a cooperação intergovernamental na prestação de direitos sociais. Isso levou à revisão do modelo de federalismo fiscal e à melhoria da gestão fiscal, a fim de aumentar a eficiência dos gastos do governo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, amparada pelo Capítulo II, do Título VI, da Constituição Federal/1988, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, entrou em vigor no outro dia após a sua publicação e é considerada um marco na modernização das contas públicas.

A finalidade desta Lei é, estabelecer o equilíbrio das contas públicas pois, anteriormente havia endividamento no setor público. A mesma, é válida para os três Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo eles da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

De acordo com Khair (2001), o surgimento da LRF trouxe vantagens à Administração Pública, tais como: transparência na gestão, maior eficiência na ação governamental, racionalização das despesas, crescimento das receitas, planejamento da ação do governo, herança fiscal.

No que se refere a Orçamento Público é o documento que demonstra a quantidade de impostos, taxas e contribuições que o Governo recolhe e o quanto é gasto em cada área. O Orçamento Público é o registro que constata a quantidade de impostos, taxas e contribuições que o Governo recolhe e o quanto é gasto em cada área. É necessário observar dois pontos no orçamento, o quanto o governo arrecada da sociedade e como esse dinheiro é gasto pelo Governo.

Posto isso, o estudo de caso será no município de Indiará que é localizada na Mesorregião do Sul Goiano no Estado de Goiás, e com o intuito de assimilar e desenvolver o que se refere as questões supracitadas, e sabendo que a transparência e a prestação de contas são pilares fundamentais da LRF, bem como sabendo que a lei prevê novas diretrizes para a administração pública, indagamos a seguinte pergunta: Qual o significado da Lei de Responsabilidade Fiscal como ferramenta de gestão na despesa com Pessoal do Poder Executivo no Município de Indiará, Goiás?

Neste sentido foram adotadas a perspectiva para sanar as hipóteses de como é o percentual de gastos com pessoal no Município, conforme será apresentado em conclusões. Foram analisados dados emitidos pelo Portal da Transparência do Município de Indiará/Goiás, além de consultas em sites na internet e quanto à autores que abordam o tema apresentado

1. CONTEXTO E FUNDAMENTOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Pelicioli (2000), destaca, os pioneiros, na América Latina, da aplicação da Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal são a Argentina e agora o Brasil. Na Argentina, o novo sistema instituído foi batizado de Lei de Conversibilidade Fiscal. Entre a Lei Argentina e a Lei Brasileira, há algumas diferenças. Entre elas estão, a Lei Argentina, não há penalidades para o desrespeito às determinações estipuladas, já no caso da legislação brasileira, há punição contra os entes públicos, sendo que esses não poderão receber transferências voluntárias, obter garantia, direta ou indireta, de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal, além do que está tramitando no Congresso Nacional: punições criminais e penalidades pecuniárias contra os administradores públicos que não respeitarem as regras da Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;

Além de regulamentar o art. 163 da Constituição, a LRF, alterou um conjunto de legislações anteriores, como a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, e as Leis Camata I (Lei nº 82, de 27 de março de 1995) e II (Lei nº 96, de 31 de maio de 1999).

Submetido à consulta pública, o Projeto de Lei Complementar nº 18-A beneficiou-se de milhares de contribuições de especialistas em finanças públicas, da academia e do mercado, até que foi votado e aprovado por maioria absoluta das duas casas legislativas e sancionado no dia 4 de maio de 2000, transformando-se na Lei Complementar Federal nº 101 ou LRF.

Entre essas medidas, estava a promulgação da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a LRF, que foi editada com foco principal na prevenção dos desequilíbrios fiscais, abrangendo os três níveis de governo, ou seja, a União, os Estados e Distrito Federal, e os Municípios.

A própria lei destaca os principais pontos da LRF é, fixar limites para a despesa com pessoal, onde é verificado os gastos com a folha de paga-

mento e encargos dos servidores públicos. Além de manter o equilíbrio, é acompanhado de forma bimestral as metas de arrecadação e de gastos e se essa meta ultrapassar os gastos existe a necessidade de reconduzir.

2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Desde sua criação, em 1997, a LRF tem sido vista como um momento divisor de águas na gestão orçamentária do governo brasileiro, estabelecendo um marco no equilíbrio nas contas públicas.

2.1 A quem se aplica a LRF

A LRF se aplica a todos os entes da federação e deverá ser cumprida por todos os poderes como da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, já incluídos os órgãos que gozam de autonomia funcional, como o Ministério Público, Tribunais de Contas e a Defensoria Pública.

Pereira (2009, p. 320), diz que, a Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser considerada como código de conduta para os administradores públicos de todo Brasil. Com suas regras, os Governantes, sejam eles da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, deverão obedecer aos princípios do equilíbrio das contas públicas, gestão orçamentária e financeira responsável, eficiente e eficaz, sobretudo transparente.

2.1.1 Objetos e objetivos da LRF

Silva (2004, p. 43) explica que o objetivo do planejamento, da programação e do orçamento como um sistema integrado de gerência é “avaliar os custos para a consecução das metas traçadas em comparação com os benefícios a serem esperados dos mesmos, e assim tornar possível o uso inteligente de recursos pelo setor público”.

Ser transparente significa mais do que o simples ato de divulgar as informações, deve o gestor público está impelido pelo desejo de se tornar compreendido pelo cidadão, trazendo informações úteis e valorosas para a sociedade, conforme adequação a um dos princípios básicos de gover-

nança formulados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. (Silva, 2004, p. 09).

De acordo com o Ministério da Fazenda, a LRF tem como premissas básicas o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização na gestão fiscal. (Brasília, DF, SENADO FEDERAL. LRF.)

- a) Planejamento: objetivos, ações e meios disponíveis;
- b) Controle: fiscalização, controle legal, técnico e de gestão;
- c) Transparência: publicidade e prestação de contas;
- d) Responsabilização: prestação de contas e *accountability*;

A prestação de contas é um dos principais instrumentos de transparência fiscal, na qual o gestor público evidenciará a sua responsabilidade (*accountability*) perante a sociedade. Segundo Cruz (2006), a prestação de contas a que se refere o art. 48 da LRF deveria ser àquela prestada formalmente pelos órgãos da administração pública direta e indireta aos Tribunais de Contas. Porém na prática tem se verificado que cada Poder/Órgão Governamental, divulga como prestação de contas somente aquilo que julga ser necessário para análise do cidadão.

A LRF é um código de conduta para os administradores públicos que passam a obedecer às normas e limites para administrar as finanças, prestando contas de quantas e como gastam os recursos da sociedade com publicidade e transparência das ações.

Alguns autores trazem a ideia de que,

A lei complementar 101/2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamenta o art. 163 da Constituição Federal, estabelecendo as normas orientadoras das finanças de que o almejo aprimoramento da gestão das contas públicas deverá ser obtido mediante introdução de melhores práticas de gestão. Especialmente quanto à ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas governamentais. (Albuquerque, Medeiros e Silva, 2008, p. 94)

Algumas normas e princípios estão expressos na própria pela Lei de Responsabilidade Fiscal e merecem destaque, por sua importância.

No art. 19, sessão II - Das Despesas com Pessoal, podemos citar os limites de gasto com pessoal, a lei fixa limites para essa despesa em relação à receita corrente líquida para os três Poderes e para cada nível de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios);

No capítulo II - Do Planejamento, sessão II, nos traz a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o art. 4º na sua definição de metas fiscais anuais e é necessário para os três exercícios seguintes;

Elencado no art. 14, sessão II - Da Renúncia de Receita, as estruturas de compensação para despesas de caráter permanente: o governante não poderá criar uma despesa continuada (por prazo superior a dois anos) sem indicar uma fonte de receita ou uma redução de outra despesa;

A estrutura para controle das finanças públicas em anos de eleição: a Lei impede a contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato e proíbe o aumento das despesas com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias que antecedem o final do mandato, está expresso no art. 21, subseção II - Do Controle da Despesa Total com Pessoal, da LRF.

Nesse sentido, para Furtado (2002), tornou-se preciso saber planejar o que deverá ser executado, pois além da execução devem-se controlar os custos envolvidos, cumprindo o programado dentro do custo previsto. Sua criação fez parte do esforço em reformas do Estado promovido pelo governo federal para estabilizar a economia brasileira, reduzir o risco do país, equilibrar as contas públicas e estimular investimentos externos no país a partir do Plano Real.

2.1.2 A influência da LRF e o planejamento no gasto com pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é a base para as contas públicas, através dela é conduzido a realização e planejamento da execução orçamentária. No entanto, os métodos para desenvolvimento e simulação concernem a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, Lei do Orçamento.

Art. 1º - Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos

Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

Ademais, a LRF não substitui e nem revoga a Lei nº 4.320/64, que normatiza as finanças públicas no país há quase 60 anos. Os objetivos das duas normas são distintos, enquanto a Lei nº 4.320/64 estabelece as normas gerais para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços, a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal.

Neste mesmo diapasão, Luque e Silva destaca que,

A Lei de Responsabilidade Fiscal veio solidificar a Lei 4320 de 1964 que conduz o orçamento público. Dessa forma, a LRF impõe aspecto mais rigoroso em relação ao endividamento e gasto com pessoal para obter equilíbrio nas contas e a execução do orçamento depende da receita arrecadada e do serviço que será ofertado, pois o equilíbrio considera o montante de recursos públicos para a prestação de serviços para a sociedade. (LUQUE E SILVA, 2004)

Vale ressaltar que, a Lei de Responsabilidade Fiscal é um instrumento que contribui significativamente para as práticas administrativas do administrador público, pois exige a compatibilidade dos orçamentos para a execução do orçamento, bem como transparência, controle, responsabilidade e planejamento. Planejar é um processo sistematizado, dinâmico e permanente, que deve estabelecer o que deseja realizar para obter um resultado satisfatório e desejado. É através do planejamento que os entes federativos controlam e projetam a curto e longo prazo suas metas a serem atingidos (ABRAHAM, 2016).

A qualidade e sucesso do planejamento orçamentário dependem do diagnóstico realizado e a situação como se encontra a entidade em relação à gestão anterior, pois é avaliado o grau de endividamento público e nesse sentido o grau de comprometimento da receita orçamentária (ANDRADE, 2013).

2.1.3 LRF e o princípio da transparência

A responsabilidade na gestão fiscal, como discorre no § 1º do art. 1º da LRF, pressupõe ação planejada e transparente; em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas e resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

Nesse sentido, **Maren Guimarães Taborda** afirma que,

A Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe sobre a Responsabilidade Fiscal, também realiza, diretamente ou indiretamente, o princípio da transparência administrativa, porquanto obriga os administradores públicos não só a emitirem declarações de responsabilidade como também permitirem o acesso público a essas informações.

A Lei do Direito Constitucional à Informação Pública nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, rege os três ramos do governo, Federal, Estadual e Municipal. Essa lei foi um passo significativo para a consolidação do sistema democrático brasileiro e a consolidação das políticas de transparência pública.

Capítulo II - DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO. Art. 6º. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.

A LRF é traz representatividade por meio do Legislativo para a explicação de dispositivos de transparência do setor público, com o propósito de aumentar a participação pública e a prestação de contas. Ademais, no caso do estudo, a *internet* é um significativo instrumento pois, é através dela que a população tem acesso às informações sobre a forma de governo local, onde é publicado relatórios entre outros.

3. LEIS ORÇAMENTÁRIAS: PPA, LDO E LOA

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 165 salienta que, o planejamento deve ser elaborado sempre pelo poder executivo caracterizando-se por três instrumentos distintos: o Plano Plurianual - PPA, a Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO e o Lei do Orçamentária Anual - LOA.

A execução do orçamento depende da receita arrecadada e do serviço que será ofertado, pois o equilíbrio considera o montante de recursos públicos para a prestação de serviços para a sociedade. (LUQUE E SILVA, 2004)

3.1 Plano Plurianual - PPA

A LDO e o Orçamento seguem um plano maior que é o PPA, que, define os investimentos que o governante irá realizar no seu mandato. O sistema orçamentário brasileiro se inicia através do PPA que é caracterizado por estratégias e metas da administração pública para o período de quatro anos.

3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Silva (2004, p. 39) aborda a Lei de Diretrizes Orçamentárias como um instrumento de planejamento operacional. Ressalte-se, nesse sentido, que a Lei de Responsabilidade Fiscal elevou ainda mais a importância da LDO ao lhe atribuir novas funções como instrumento de planejamento operacional, principalmente aquelas voltadas para o alcance do equilíbrio entre receitas e despesas.

Antes do Orçamento ser elaborado, o Governo prepara a LDO que irá definir as prioridades e como o Governo deverá montar e aplicar anualmente, que traz consigo as regras para elaborar e executar o orçamento do ano seguinte, definindo as prioridades e metas do Governo.

3.3 Lei Orçamentária Anual - LOA

A LOA, estima as receitas e programa as despesas de cada ano de acordo com as prioridades do PPA e as regras estabelecidas pela LDO. Nenhuma despesa pública pode ser executada sem estar prevista na LOA, e por esse quesito é de suma importância.

Na visão de Giacomoni (2005, p. 199) de integração entre o planejamento e o orçamento, o orçamento anual é um instrumento de curto prazo que “operacionaliza os programas setoriais e regionais de médio prazo, os quais, por sua vez, cumprem o marco fixado pelos planos nacionais em que estão definidos os grandes objetivos e metas, os projetos estratégicos e as políticas básicas”.

4. GASTOS COM PESSOAL

Percebemos que quando se fala em despesa com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal nós temos um conceito bem amplo e abrangente.

Art. 18. - Para os efeitos desta Lei Complementar entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Vejamos o demonstrativo de limite de despesas, dados retirados do art. 20 da LRF.

Figura 1. Demonstrativo de limite de despesa

	Executivo	Legislativo	Judiciário	Ministério Público	Total
União	40,9%	2,5%	6%	0,6%	50%
Estados	49%	3%	6%	2%	60%
Municípios	54%	6%	-	-	60%

Fonte: Art. 20 (Lei Complementar nº 101, 2000)

5. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta exploração em dados através de suas características, se ajusta como um ensinamento quantitativo, por operar dados numéricos como origem para análise. A pesquisa quantitativa pode ser considerada quando tudo é quantificável, traduzindo em informação para classificar e analisar (Silva, 2000).

A pesquisa, do mesmo modo, se caracteriza como bibliográfica, dado que a pesquisa bibliográfica é uma estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer estudo científico, visando à construção da base teórica da pesquisa (Oliveira, 1999).

5.1 Coleta de dados

No que diz respeito à técnica de coleta de dados, foram extraídos os relatórios anuais referentes aos anos de 2020 e 2021 disponibilizados pelo site da Prefeitura Municipal no Portal de Transparência. Com o objetivo de trazer mais informações e dados foram utilizados e analisados os relatórios do quadro demonstrativo dos gastos com pessoal de gênero “bruto” e “líquido” e despesas correntes/receitas correntes da cidade de Indiara no interior de Goiás, através do site do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás - TMC/GO.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 Demonstrativo de gastos com pessoal referente ao período de maio/2020 a abril/2021

O gasto com pessoal é uma das principais despesas contida na LRF. Por isso, a importância de demonstrar através de tabelas qual o valor da receita corrente líquida do município e comparar com sua despesa.

Figura 2. Gastos da Prefeitura Municipal de Indiará com pessoal, exercício 2020/2021

Receita	Valor
Receita Corrente Líquida do Município = Base de Cálculo	R\$ 56.312.581,54

Fonte: http://prefeituradeindiará.sigepnet.com.br/transparencia/publicacoes_lrf.php - Portal da Transparência (sigepnet.com.br)

Figura 3. Despesa de pessoal, exercício 2020/2021

Despesa de Pessoal do Exercício	Valores
Vencimentos e Vantagens	21.417.848,70
Despesa BRUTA com Pessoal	30.596.885,61
Indenização Por Dem. e Incent. Dem. Volunt.	0,00
Aposentadoria do RPPS	3.941.636,10
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.354.310,56
Obrigações Patronais	4.324.791,61
Despesa LÍQUIDA com Pessoal	26.242.575,05
TOTAL	R\$ 90.878.047,63

Fonte: http://prefeituradeindiará.sigepnet.com.br/transparencia/publicacoes_lrf.php - Portal da Transparência (sigepnet.com.br).

Figura 4. % sobre a Receita Corrente Líquida Ajustada

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	Valor	% sobre a RCL Ajustada
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	56.312.581,54	-
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	-
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Banca da (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	56.312.581,54	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	26.242.575,05	46,60%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	30.408.794,03	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	28.888.354,33	51,30%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	27.367.914,63	48,60%

Fonte: http://prefeituraendiara.sigepnet.com.br/transparencia/publicacoes_lrf.php - Portal da Transparência (sigepnet.com.br)

Dessarte, o cumprimento do limite estabelecido. Vale enfatizar que, quando o limite é ultrapassado é gerado sanções da LRF (MEDEIROS *et al.*, 2017). Pois enfim, a LRF menciona em seu parágrafo único, no art. 22.

Art. 22 Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são velados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: I - Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os deri-

vados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição; II - Criação de cargo, emprego ou função; III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; IV - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; V - Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Percebe-se que a LRF estabelece limite de despesa líquida com pessoal com o objetivo de equilibrar as contas públicas e dar transparência das contas públicas, bem como reduzir o endividamento (DALMONECH *et al.*, 2011).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal, foi criada a fim de ajudar a esclarecer o que o Poder Público tem que fazer e o que pode fazer com o dinheiro destinado aos municípios. A LRF determina normas de finanças públicas com o foco para a responsabilidade na gestão fiscal, por intermédio de atos para precaver riscos e corrigir erros que possam interferir a estabilidade das contas públicas e com isso impede o endividamento público.

No caso da cidade de Indiará, o município manteve-se dentro das leis orçamentárias, com gasto pessoal e transparência pública preservando a boa gestão dentro do exercício entre as datas 2020/2021. De acordo com o tesouro nacional é objetivo da lei garantir a saúde financeira dos entes e poderes públicos, aplicação correta dos recursos e uma gerência administrativa organizada.

Como demonstrado na tabela I, a receita corrente líquida no que se refere aos anos de 2020/2021 foi de **R\$ 56.312.581,54** (cinquenta e seis milhões, trezentos e doze mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e quatro centavos). E no que se refere a **despesa com pessoal líquida R\$ 26.242.575,05** (vinte e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinco centavos).

A nível de cálculo, a LRF para gasto de pessoal é 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida (RCL). Entretanto, 6% (seis por cento) desse importe são estendidos ao Poder Legislativo. O gasto com pessoal no total é de 54% (cinquenta e quatro por cento) dos 60% (sessenta por cento) da RCL, sendo que o apresentado se equipara a 46,60% (quarenta e seis vírgula sessenta por cento).

Portanto, é de suma importância que os municípios sigam sempre parâmetros dentro da lei orçamentária, evitando assim que seus custos, ultrapassem o teto, presando por uma boa gestão, e administração dos recursos públicos pré-estabelecidos preservando também pela transparência pública, para que os cidadãos estejam cientes de como está sendo gasto todas as verbas públicas e quais os destinos determinados para os gastos.

E não apenas importante como necessário, visto que o dinheiro assim como o poder, emana do povo, e deve ser usado para o povo, sendo assim o Portal da Transparência pode ser considerado como uma prestação de contas do Município ao povo.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ALBUQUERQUE, C.; Medeiros, M.; Henrique, P. F. *Gestão de Finanças Públicas*. 2. ed. Brasília: Paulo Henrique Feijó da Silva, 2008.

ANDRADE, Nilton de Aquino. *Contabilidade Pública na Gestão Municipal*. São Paulo: Atlas, 2013.

CRUZ, Flávio da (coord.). *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. *Fernando Henrique Cardoso Sanciona Lei de Responsabilidade Fiscal*. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/>

fernando-henrique-cardoso-sanciona-lei-de-responsabilidade-fiscal-em-2000-10674163>. Acesso em: 27 de abr. 2023.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

KHAIR, A. A. *Lei de Responsabilidade Fiscal: Guia de Orientação para as Prefeituras*. 2000. 144p.

LUQUE, Carlos Antônio, SILVA, Vera Martins da. *A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal: Combatendo Falhas de Governo à Brasileira*. Disponível em: <Miolo REP 96 v24 n3 - 2004.indd (scielo.br)>. Acesso em: 02 de nov. de 2022.

PELICIOLI, Angela Cristina. *A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal*. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/582/r14607.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

PEREIRA, José Matias. *Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Lino Martins. *Contabilidade governamental: um enfoque administrativo*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004,

TABORDA, Maren Guimarães. O princípio da transparência e o aprofundamento dos caracteres fundamentais do direito administrativo. In: *Revista de Direito Administrativo*, nº 230. Editora Renovar, p. 254/255.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DE UMA EMPRESA VAREJISTA DE PEÇAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

Marcio Ferreira Calderari dos Santos Júnior¹
Clodoaldo Valverde²

Resumo: Planejamento tributário é um conjunto de medidas administrativas e executivas que uma empresa coloca em ação para prever a sua tributação, com o objetivo de pagar impostos da forma mais leve possível e até tirar vantagem do regime tributário. Ele surge da necessidade de mitigar o peso dos impostos, tratando-o como um custo intrínseco ao negócio. O planejamento tributário visa a redução/eliminação dos tributos e a diminuição dos riscos que o contribuinte possa sofrer. O direito do contribuinte de minimizar os efeitos que a arrecadação tributária incidente é premissa fundamental para o desenvolvimento desse trabalho. Portanto, o planejamento tributário é a busca de alternativas de redução da carga fiscal, por meios lícitos, antes da ocorrência do fato gerador. Sendo assim, o planejamento tributário é a atividade empresarial estritamente preventiva, que tem como fator de análise o tributo e visa identificar e projetar os atos e fatos tributáveis e seus efeitos, comparando-se os resultados prováveis, para os diversos procedimentos possíveis, de tal forma a possibilitar a escolha da alternativa menos onerosa, sem extrapolar o campo da licitude.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Tributos. Impostos. Regimes tributários. Planejamento tributário estratégico.

¹ Graduado em Direito pela Faculdade ESUP.

² Pós-Doutor pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor pela UFG. Mestre pela UFG. Especialista em Direito Tributário. Graduado em Direito e Engenharia Mecânica pela Universidade Paulista (UNIP). Graduado em Física Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em Pedagogia pela Faculdade de Educação Paulista (FAEP). Professor do Programa de Mestrado da Universidade Estadual de Goiás. Professor da Universidade Paulista. Professor da Faculdade Impacto. E-mail: valverde@ueg.br

TAX PLANNING FOR A RETAIL COMPANY OF ROAD FREIGHT TRANSPORT PARTS

Abstract: This article discusses about the subject of strategic tax planning from the perspective of a legal relationship between the State and the taxpayer. Based on deductive and inductive methods aims to find different conjectures of taxpayer attempts to evade the tax hypothesis or the State to frame this situation in the tax law. For this purpose, initially analyzes the paradigms of contemporary tax planning interspersed with studies developed by business management in the strategic planning area. In a second moment, drew up the theoretical and doctrinal about tax evasion and circumvention. Finally, it presents the limits and objectives of strategic tax. planning in the relationship between State-taxpayer and taxpayer-State. The result of the research points to the strategic planning of taxation as a way to provide the social and economic development, and the adjustment of tax policies, beyond mere tax saving.

Keywords: Tax planning. Taxes. Strategic tax planning. Tax regime.

INTRODUÇÃO

O cenário empresarial para 2024 demanda constante evolução e adaptação, e a gestão tributária tornou-se um fator crucial para o êxito financeiro das organizações, independente do porte.

Segundo dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional Transparente do Brasil, em 2021 a carga tributária bruta atingiu cerca de 33,71% do PIB, representando um aumento de 0,65 pontos percentuais em comparação com o ano anterior. Essa estatística destaca a significativa carga tributária no país e enfatiza a importância do planejamento tributário para as empresas lidarem com esse desafio fiscal.

Além disso, esse contexto reforça a necessidade de um planejamento tributário eficaz para que as empresas possam se enquadrar adequadamente nos regimes tributários, o que possibilitará a redução dos encargos fiscais e a conformidade legal.

O tema da alta carga tributária brasileira sempre aparece nos meios de comunicação. Ocorre que grande parte da população não sabe que em determinados assuntos pode direcionar suas ações para que sobre estes atos incida uma menor carga tributária. E é nesta ocasião que o planejamento

tributário exerce papel fundamental, pois possibilita que o contribuinte tenha maior quantia financeira para enfrentar a concorrência.

O planejamento tributário é um tema que por vezes é tratado pela ótica do contribuinte (na tentativa de se esquivar das hipóteses normativas) e outras vezes pela ótica do Estado tributante (na tentativa de enquadrar as situações em hipóteses normativas). Em decorrência desta abordagem, deixa-se de atentar a outras questões igualmente importantes.

A relevância da temática se apresenta na medida que buscará, através de uma releitura do instituto planejamento tributário, trazer paradigmas mais objetivos e claros às relações jurídico-tributárias, no intuito de fomentar uma relação mais pacífica e harmoniosa entre contribuintes e entes tributantes.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do presente trabalho tem alicerce nos métodos dedutivos e indutivos baseados nos procedimentos de pesquisa de material bibliográfico. Desta maneira, buscando definições utilizadas nas disciplinas da administração de empresas, utilizar-se-á a terminologia planejamento estratégico tributário, adjetivo que melhor expressa o significado do que se propõe para desenvolvimento da presente matéria. Neste linear, caberá o estudo sobre o que efetivamente configura um planejamento estratégico tributário, visando chegar a conclusões mais amplas do que o conteúdo já estabelecido pelo planejamento tributário puro e simples.

2. DESENVOLVIMENTO

Tributo é a prestação pecuniária cobrada ante a expressão do poder de tributar e, segundo o texto do Código Tributário Nacional (art. 3º, CTN) trata-se de:

toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Segundo Leandro Paulsen (2014), os tributos constituem a principal receita do Estado e são reconhecidos como receita (a) derivada porque

representam a fração oriunda do patrimônio privado e (b) compulsória, uma vez que tem sua arrecadação fundamentada na lei e não depende da expressão da vontade do sujeito passivo (contribuinte) para a legitimação do direito ao crédito de titularidade do Estado.

Sendo assim, o planejamento tributário consiste em uma técnica em que o propósito é orientar as possibilidades de conduta de determinada pessoa a atingir seus objetivos sob a menor pressão fiscal possível.

Neste contexto, Lívio Augusto Sillos (2005, p. 10) traz uma visão mais completa acerca do tema, ele diz que: O planejamento tributário é expressão utilizada para representar o conjunto de procedimentos adotados pelo contribuinte com o objetivo de eliminar, reduzir ou diferir para momento mais oportuno a incidência de tributos.

Tal espectro traduz o significado do planejamento tributário em sua essência, que é na realidade uma verdadeira gama de artifícios que o contribuinte se utiliza com o objetivo de eliminar, reduzir ou adiar o momento de incidência do tributo. O que, no final das contas, se traduz justamente no pagamento do tributo, sendo ele eliminado, reduzido, adiado ou não. Tendo seus princípios constitucionais tributários, no qual ensejam normas a serem seguidas pelo Estado e seus contribuintes.

2.1 Princípios Constitucionais Tributário

Cada estudo deve ser analisado de maneira sistemática dentro de uma lógica estrutural, por isso deve-se verificar a origem de uma ideia para ser possível a compreensão em sua totalidade. Com a Constituição Federal de 1988 não é diferente, pois são os princípios que ordenam as ideias e regulam os limites do sistema tributário.

Nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello, princípios são definidos como “um mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a inteligência das diferentes

partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo”.

Nesse sentido, os princípios constitucionais tributários realizam papel fundamental no ordenamento jurídico ao nortear o meio pelo qual o Estado efetiva sua participação social. Sendo assim, tendo alguns princípios importantes para a contextualização de um planejamento tributário eficaz;

2.2 Princípio da Legalidade Tributaria

O primeiro princípio analisado é o da legalidade tributária, disciplinado no inciso I do art. 150 da CF/88, no qual veda à administração pública exigir ou aumentar tributo sem lei anterior que a possibilite agir de tal maneira.

Para Alberto Xavier, diz que:

a legalidade tributária implica, não a simples preeminência da lei, mas a reserva absoluta de lei, vale dizer, a necessidade de que toda a conduta da administração tenha o seu fundamento positivo na lei, ou, por outras palavras, que a lei seja o pressuposto necessário e indispensável de toda a atividade administrativa.³

Nesse sentido, o Código Tributário Nacional normalmente utiliza a palavra ‘lei’ em sentido restrito, ou seja, lei é a norma geral e abstrata editada pelo ente político competente, observado o processo exigido na Constituição Federal. A expressão ‘legislação tributária’, por sua vez, compreende as leis, os decretos e outros atos normativos”

Assim, o princípio da legalidade exerce papel essencial no planejamento tributário, pois definirá os limites de atuação do Estado e fornecerá ao contribuinte-gestor discricionariedade na tomada de decisões.

³ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 22. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001. p. 118.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 37-38.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

2.3 Princípio da Anterioridade Tributária

O segundo princípio é assegurar que o Estado não aja com arbitrariedade em relação ao contribuinte, o constituinte originário assegurou no texto constitucional como exigência que lei criadora ou majoradora de tributo só pode ter incidência caso tenha sido publicada no exercício financeiro anterior. Vale destacar que tal princípio foi criado para substituir um anterior, chamado de princípio da anualidade, no qual é considerado por Celso Ribeiro Bastos como “mais exigente que o da anterioridade, pois era necessário que cada tributo, para ser cobrado, tivesse sido previsto na lei orçamentária elaborada e aprovada no exercício antecedente ao da cobrança”.

A medida em que o Estado procura arrecadar receitas, este princípio garante o contribuinte contra eventuais surpresas.

Neste sentido, assevera Luciano Amaro:

as preocupações não mais se concentram no emparelhamento de despesas e receitas no orçamento; o que se enfatiza é a proteção do contribuinte contra a surpresa de alterações tributárias ao longo do exercício, o que afetaria o planejamento de suas atividades. À vista do princípio da anterioridade, sabe-se, ao início de cada exercício, quais as regras que irão vigorar ao longo do período.⁴

Todo planejamento, independente do ramo de atividade, necessita de preparação com antecedência, e o planejamento tributário não é exceção à esta regra. O princípio da anterioridade garante que o administrador possa direcionar seus atos dentro do princípio da legalidade com suficiente espaço de tempo.

2.4 Princípio da Capacidade Contributiva e da Vedação do Confisco

No terceiro princípio analisa a capacidade contributiva, consolidado no art. 145, §1º, da Constituição Federal de 1988. No ensinamento de

⁴ BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário*. 7. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p. 113.

AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011, p. 146.

Roque Antônio Carrazza:

O princípio da capacidade contributiva hospeda-se nas dobras do princípio da igualdade e ajuda a realizar, no campo tributário, os ideais republicanos. Realmente, é justo e jurídico que quem, em termos econômicos, tem muito pague, proporcionalmente, mais imposto do que quem tem pouco.⁵

Em outras palavras, este é o princípio que assegura à administração pública aplicar o princípio da isonomia segundo Aristóteles, no qual deve-se tratar de maneira igual os iguais, e desigual os desiguais.

Assim como o princípio anterior visa garantir que o tributo não exceda aquilo com que o contribuinte efetivamente pode arcar, esta garantia constitucional proíbe que o Estado utilize o motivo de cobrar tributo, como meio de se apossar dos bens do particular.

Como já foi dito, nenhum princípio goza de natureza absoluta, sendo certo que tal garantia também carece de algumas ressalvas, assim, para o doutrinador Ricardo Lobo Torres,

a vedação de confisco é uma imunidade tributária da parcela mínima necessária à sobrevivência da propriedade privada, o que importaria dizer que o confisco equivaleria à extinção da propriedade; reconhece, porém, esse autor que, inexistindo possibilidade prévia de fixar os limites quantitativos para a cobrança não confiscatória, a definição concreta de confisco há de pautar-se pela razoabilidade.⁶

Com isso, não se deve confundir a cobrança tributária com a multa, pois: No plano estritamente jurídico, ou plano da ciência do Direito, em sentido estrito, a multa distingue-se do tributo porque em sua hipótese de incidência, a ilicitude é essencial, enquanto a incidência do tributo é sempre algo lícito. Em outras palavras, a multa é necessariamente uma sanção de ato ilícito, e o tributo, pelo contrário, não constitui sanção de ato ilícito. Ou seja, este princípio constitucional garante que o Estado não utilize de sua estrutura e coercibilidade na cobrança de tributos para diminuir a propriedade do particular.

⁵ CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. 21. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 85.

⁶ TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2010. p. 168

3. IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA AS EMPRESAS

O planejamento tributário é o processo de analisar a situação financeira de uma empresa para identificar estratégias legais que possam otimizar a carga tributária. Em outras palavras, é a prática de tomar decisões informadas sobre como a empresa deve lidar com seus impostos para minimizar os custos e maximizar os lucros dentro dos limites legais.

Devemos destacar a importância de iniciar o planejamento estratégico tributário com antecedência, permitindo a exploração completa das opções disponíveis e a implementação das mudanças necessárias.

Além disso, vale destacar que na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (SA's), no qual dispõe sobre as Sociedades por Ações, fica evidente que é dever legal do administrador zelar pela situação financeira da empresa. Nesse sentido, conhecer também a legislação e trabalhar o Planejamento Tributário empresarial é um dos diferenciais que podem resultar em um orçamento empresarial eficaz.

Portanto, o Brasil apresenta 3 regimes tributários para as empresas, sendo lucro real, lucro presumido, e simples nacional, tendo suas vantagens e desvantagens, senão vejamos:

- ♦ **Lucro Real:** Esse regime de tributação engloba os dois principais tributos federais: o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Eles são determinados com base no lucro líquido determinado pela empresa.

O IRPJ é de 15% e o CSLL varia entre 9% e 12%. Além disso, o imposto do Programa de Integração Social (PIS) é de 1,65% da receita, enquanto a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), 7,6%.

Por conta das obrigatoriedades de adesão, é um dos regimes mais utilizados. Isso acontece porque todos os negócios que não se adequam às características dos outros regimes são obrigados a optar pelo Lucro Real.

Também é o sistema mais complexo, por conta das regras e obrigatoriedades necessárias para a adesão a esse regime. A tributação é calculada

de acordo com o lucro líquido obtido pela empresa no período de apuração: o ano fiscal ou exercício.

Esse é o tempo escolhido para demonstrar os resultados contábeis da empresa. Geralmente, possui a duração de 365 dias (ano civil) ou 360 dias (ano comercial), divididos em períodos de apuração trimestrais. O encerramento se dá nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro.

No entanto, também é possível realizar a apuração anual do Imposto. Nesse caso, o imposto deve ser recolhido mensalmente. Além disso, nos casos em que há incorporação, cisão ou fusão, a apuração ocorre na mesma data. Já na extinção da pessoa jurídica, a apuração deve ser realizada antes do encerramento ou liquidação.

O lucro líquido é definido de acordo com o artigo 91, da Lei 6.404/1976. Ele é definido sem as deduções acumulados dos prejuízos contábeis e provisão para o imposto de renda, de acordo com o artigo 189.

♦ **As vantagens** do Lucro Real são as compensações dos prejuízos fiscais, além da não-obrigatoriedade de contribuição nos casos nos quais eles ocorrem. Também é uma tributação mais justa, já que leva em consideração a situação real da empresa.

Ele prevê o aproveitamento dos créditos do PIS e COFINS. Como dito anteriormente, pode ser apurado trimestralmente ou anualmente, se adequando às necessidades da empresa.

♦ **As desvantagens** se dão por conta da complexidade do regime. Com isso, há uma burocracia maior na gestão de documentos e a necessidade de um controle contábil mais rigoroso.

♦ **Lucro Presumido:** é um regime tributário simplificado para a apuração dos impostos IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), que ocorre trimestralmente, no último dia dos meses de março, junho, setembro e dezembro.

Como o próprio nome já sugere, no Lucro Presumido a base de cálculo dos impostos é feita a partir de uma presunção do lucro da empresa, e não do lucro real. Ou seja, a Receita Federal faz uma estimativa do lucro conforme as características do negócio.

Para encontrar esse valor presumido, a base de cálculo é feita de acordo com a atividade exercida pela empresa, de modo que as alíquotas podem variar de 8 % até 32% sobre a receita bruta.

O enquadramento no Lucro Presumido é permitido para empresas com faturamento anual de até R\$78 milhões. Algumas atividades que podem optar por esse regime são: serviços hospitalares, construção civil, profissionais liberais, indústrias, comércios varejistas e atacadistas, entre outras.

Vale reforçar que as regras do Lucro Presumido se aplicam apenas à apuração do IRPJ e da CSLL, mas as empresas devem recolher os demais impostos, como PIS, Cofins, ICMS e ISS.

♦ **Desvantagem** do Lucro Presumido: é que a empresa não tem o direito de aproveitar os créditos tributários para abater nos pagamentos de PIS e Cofins.

♦ **Simples Nacional:** O Simples Nacional é um sistema de arrecadação único que facilita o recolhimento dos tributos e o dia a dia de inúmeros empreendedores. Isso significa que empresas que optam pelo sistema tributário conseguem pagar em uma única guia os seguintes tributos:

- I. Impostos federais: IRPJ, CSLL, IPI, PIS e COFINS;
- II. Imposto estadual: ICMS;
- III. Imposto municipal: ISS;
- IV. INSS Patronal para a Previdência Social.

♦ **Vantagens do Simples nacional:** Unificação da arrecadação, CNPJ Único, Facilitação de Regularização, Preferencia em Licitações.

♦ **Desvantagem do Simples nacional:** não há reembolso de tributos para os clientes, Limite de Exportações, calculo sobre o faturamento.

Com isso, para a realização de uma boa gestão e planejamento de tributos é importante considerar a totalidade dos impostos e taxas incidentes na operação da empresa. Portanto, depois de analisar os tributos individualmente, é preciso confrontar a redução da carga tributária efetiva. Ou seja,

de nada adianta reduzir os valores a serem recolhidos dos IRPJ e CSLL sem verificar os reflexos que essas operações acarretaram nos demais tributos como PIS e COFINS.

No momento que se toma a decisão de reduzir o custo tributário efetivo da empresa, é imprescindível que todos os envolvidos estejam cientes dos esforços necessários para que a operação como um todo tenha sucesso. É importante, também, que todos os estudos estejam alinhados ao Planejamento Estratégico Tributário da empresa e considere o seu crescimento atual e futuro. Dessa forma, quando ocorrer alguma mudança de tributação, toda a operação estará alinhada e preparada para as alterações.

É importante lembrar que o Planejamento Tributário não é exclusividade das grandes empresas. Desde um pequeno estabelecimento (ME) até uma empresa de grande porte (EPP) com unidades por todo o Brasil, todos podem usar o Planejamento Tributário como ferramenta para redução de impostos, basta realizar esse tipo de análise e gestão dos tributos. O que muda, claro, é a forma como esse planejamento será aplicado. Em empresas maiores, por exemplo, deverão ser levados em conta os impactos em todos os processos da operação (estrutura gerencial, contábil, financeira etc.).

Diante disso, o planejamento estratégico tributário de uma empresa ME/EPP/LTDA/EIRELLI (Unipessoal na atualidade), é regido a identificar e projetar os fatos tributáveis a um melhor regime de tributação, sendo analisado a um caso específico da empresa estudada, tornando a empresa livre de cargas de tributação excessivas, enquadrando com o planejamento a um melhor regime de tributação, que possibilite o desenvolvimento no mercado.

Portanto o Planejamento tributário, é uma ferramenta primordial na formação de uma empresa ME/EEP/EIRELLI (Unipessoal) que começa desde o contrato social, até o devido planejamento, sendo assim, um devido planejamento tributário eficaz o empresário consegue compreender os tributos em uma forma geral, e qual se é designado a cada situação hipotética, qual é designado a manutenção da sociedade, e quais são as porcentagens que é cobrada de cada tributo exposto pelo Governo. Em âmbito geral, seu estudo traz a tona o entendimento do porque a importância de seu conhecimento e aplicação a empresa envolvida, e o porque ele se faz presente a

empresa de pequeno e grande porte (ME e EPP), mostrando os benefícios de ser aplicado corretamente em cada situação, projetando o que se enquadra melhor ao planejamento.

4. ENQUADRAMENTO DA TRIBUTAÇÃO DA EMPRESA VAREJISTA DE PEÇAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O capitalismo moderno requer do administrador uma gestão pautada na economia de despesas e maximização dos lucros. Assim, surge no planejamento tributário um poderoso mecanismo de corte de gastos, uma vez que deste será possível realocar valores antes aplicados ao pagamento de tributos em novos investimentos. Segundo Manuel Perez Martinez:

[...] Procurar formas lícitas para reduzir o pagamento de tributos e ao mesmo tempo estar atento às mudanças da legislação é uma necessidade imprescindível para a maximização dos lucros das empresas, para a manutenção dos negócios e melhorar os níveis de empregos. [...] Em época de mercado competitivo e recessivo, de aumento da concorrência entre as empresas nacionais, o planejamento tributário assume um papel de extrema importância na estratégia e finanças das empresas, pois quando se analisam os balanços das mesmas, percebe-se que os encargos relativos a impostos, taxas e contribuições são, na maioria dos casos, mais representativas do que os custos de produção.

A legislação não define exatamente o faturamento de uma média empresa (EMP), mas é possível deduzi-lo a partir da Lei nº 11.638 de 2007, que determina o que é uma empresa de grande porte:

Considera-se de grande porte a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual **superior a R\$ 300 milhões**.

É muito comum a confusão entre os conceitos de porte de empresa e natureza jurídica, pois são muitas denominações para considerar na hora de abrir um negócio.

Enquanto o porte diz respeito ao tamanho, a natureza jurídica é uma forma de classificação que determina a estrutura e constituição legal de uma empresa (número de sócios, obrigações, capital social, etc).

No Brasil, a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) prevê 26 formas jurídicas diferentes para empresas na sua Tabela de Naturezas Jurídicas, enquanto existem apenas cinco principais portes, como veremos adiante.

Estes são os principais tipos societários:

- ♦ **Empresário Individual (EI):** empresa formada apenas pelo titular (sem sócios) que não separa o patrimônio pessoal do empresarial, com capital social mínimo de R\$ 1 mil

- ♦ **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI/UNIPESSOAL):** empresa formada apenas pelo titular de responsabilidade limitada (patrimônio pessoal separado do empresarial), com capital social mínimo de 100 salários mínimos vigentes

- ♦ **Sociedade empresária limitada (LTDA):** empresa formada por dois ou mais sócios que se organizam para prestar serviços e vender produtos, tendo por objeto social a atividade empresária, com os bens pessoais separados do patrimônio empresarial

- ♦ **Sociedade simples:** empresa formada por dois ou mais profissionais da mesma área de atuação para prestar serviços alinhados à sua profissão, como cooperativas e associações de médicos, dentistas, advogados, etc.

- ♦ **Sociedade anônima (SA):** empresa que tem seu capital dividido em ações com responsabilidade limitada à participação dos acionistas (pode ser de capital fechado ou aberto).

- ♦ **Sociedade limitada unipessoal (SLU):** tipo societário formado por um único titular e criado pela lei da liberdade econômica, que funciona como uma UNIPESSOAL sem capital social mínimo exigido (ou seja, o patrimônio do dono é separado do da empresa).

Existem ainda outras naturezas jurídicas específicas como fundos de investimento, consórcios, cooperativas e empresas binacionais. Portanto, quando uma empresa é aberta, essa classificação é registrada em seu contrato social, determinando como funciona o negócio e como o capital é

dividido entre os sócios, entre outras definições. Logo, toda empresa é classificada tanto em relação à natureza jurídica quanto ao porte.

Mas é importante saber que algumas formas jurídicas não são aceitas para determinados portes, como no caso da Sociedade por Ações, que não pode ser enquadrada como Microempresa ou empresa de pequeno porte.

Logo, a classificação fica assim:

Média empresa: faturamento bruto anual maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões.

Grande empresa: faturamento bruto anual maior que R\$ 300 milhões.

Empresas do comércio e prestação de serviço:

- ♦ **Micro:** até 9 pessoas ocupadas;
- ♦ **Pequena:** de 10 a 49 pessoas ocupadas;
- ♦ **Média:** de 50 a 99 pessoas ocupadas;
- ♦ **Grande:** acima de 100 pessoas ocupadas.

Diante disso, a empresa em estudo (Varejista de Peças) se enquadra hoje em uma EMP (Empresa de Médio Porte) no qual, seu faturamento se enquadra entre R\$4,8 milhões até R\$ 300 milhões por ano, e que conta com 50 a 80 funcionários, na área de comércio e serviços.

Assim, traz em sua matriz o planejamento tributário e estratégico do Simples Nacional no qual pertencia, mudando assim respectivamente para o Lucro Presumido, sendo necessário também a implantação de processos internos, visando um planejamento eficaz, tornando-a adequada ao novo regime de tributação de acordo com sua expansão econômica.

Portanto, com análises e estudos feitos, chegou-se a conclusão da necessidade da mudança de enquadramento da empresa, no qual era de Empresa de Pequeno Porte (EPP) para Empresa de Médio Porte (EMP), visando um aumento de competitividade de mercado e abrangendo uma visão analítica de seus investidores sobre a elevação de seus índices financeiros, pois no regime anterior, no qual, era pertencente ao Simples Nacional, a empresa era obrigada a ser limitada a um faturamento anual de R\$ 4.800 milhões, sendo assim, no presente regime (Lucro Presumido) e no novo enquadramento, a mesma poderá obter um faturamento de até R\$78 milhões anual.

Sendo assim, uma empresa para se enquadrar no Regime do Simples Nacional necessita de alguns requisitos, sendo: um regime simplificado e menos burocrático para atender as microempresas e empresas de pequeno porte. Por isso, só podem ser enquadradas nesse regime os negócios que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano.

esse regime possui alíquota diferenciada que varia de acordo com o faturamento e o setor de funcionamento da empresa. Uma característica do Simples Nacional é que todos os tributos (municipais, estaduais e federais) são recolhidos em uma guia única, o DAS.

Assim, o Lucro Presumido, segue uma linha de raciocínio diferente, sendo: um regime no qual os tributos são calculados a partir de uma alíquota presumida pelo governo – e baseada na média de cada setor de atuação. Para participar do lucro presumido, as empresas não podem faturar mais que R\$ 78 milhões por ano. A base de cálculo depende da atividade da empresa.

Com isso, a empresa analisada foi de um regime de tributação que a limitava em um valor anual de R\$ 4.800 milhões para R\$ 78 milhões anual como mencionado anteriormente, tornando-a com um nível de crescimento de mercado avassalador, possibilitando assim, a um melhor regime de tributação, diminuindo sua carga tributária, no qual obteve um melhores resultados de um planejamento para sua expansão econômica. Tornando-a com possibilidades par se ter uma melhor absorção dos lucros, sendo promíscua a melhores índices financeiros.

5. ESTRATÉGIAS TRIBUTARIAS PARA ENQUADRAMENTO DO REGIME TRIBUTÁRIO

O mercado atual é marcado por guinadas tanto econômicas como tecnológicas a todo momento, colocando em cheque a longevidade de negócios despreparados para manter o equilíbrio frente às mudanças das marés.

Neste contexto, decisões estratégicas podem fazer toda a diferença no sucesso e na sustentabilidade de um negócio. Entre essas escolhas cruciais, o enquadramento tributário correto da empresa se destaca como uma das decisões mais importantes que um empresário pode tomar.

Optar pelo regime tributário adequado não só determina a quantidade de impostos que a empresa pagará, mas também influencia a organização financeira, o planejamento estratégico e até mesmo a capacidade de expansão do negócio.

A escolha de um regime tributário assertivo é de extrema importância para que a empresa esteja em conformidade com a legislação fiscal e obtenha assertividade na lida com suas responsabilidades.

Nesse sentido, entender o que é o enquadramento tributário e como escolher o mais adequado para a empresa é essencial. Essa escolha demanda um conhecimento aprofundado das particularidades da empresa e uma análise cuidadosa das opções disponíveis, levando em conta aspectos como faturamento, atividade exercida, quantidade de funcionários, entre outros.

Esta estratégia organizacional trata do processo de escolha do regime de tributação mais adequado para uma empresa, levando em consideração suas características, porte, atividades e objetivos. É com base nos chamados regimes tributários que a empresa recolhe seus impostos e se organiza para cumprir suas obrigações acessórias.

Por isso, a escolha deve ser assertiva: um regime mal ajustado ao perfil da empresa pode resultar em impostos pagos a maior ou no descumprimento de obrigações fiscais importantes, colocando o negócio na mira da Receita.

Como já abordado, a escolha correta do regime tributário também contribui para a regularidade perante os órgãos de fiscalização do governo, evitando penalidades e autuações.

Além disso, empresas que demonstram uma gestão tributária adequada tendem a transmitir uma imagem de credibilidade corporativa, o que pode ser um diferencial competitivo no mercado ao favorecer a percepção de valor do stakeholders.

É importante ressaltar que a escolha do regime tributário adequado deve ser baseada em uma análise criteriosa das características da empresa, suas atividades econômicas – definidos também por lei, em conformidade com a CNAE –, expectativas de faturamento, custos e benefícios fiscais.

Na empresa apresentada Varejista de Peças Rodoviárias, foi analisado o quadro societário da empresa, sendo o capital social, necessidade de reequilíbrio do porte da empresa, observando uma grande necessidade de

um replanejamento tributário, com necessidade do aumento do faturamento fiscal da empresa, através de análise financeiras (extrato bancários).

Analisando o cadastramento de fornecedores, clientes, mercadorias, margem de lucro pretendida, análises de índice de liquidez, implantação de novos departamentos administrativos (financeiro, faturamento, controle de estoque, departamento de compras, departamento de vendas e setor de manutenção/mecânica), benefícios fiscais, observando suas necessidades regimentais mais importantes para sua expansão comercial, para que ocorra a diminuição de seus custos/despesas e cargas tributárias.

Diante disso, tendo os comparativos dos anos de 2021/2022, sendo eles balanços patrimoniais, DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), comparando com resultados positivos das ações executadas sobre os planejamentos feitos, obteve um maior controle do que poderia ser executado na empresa, para que assim conseguisse enquadrá-la ao novo planejamento tributário.

Com isso, com o novo enquadramento em que a empresa em estudo foi reenquadrada, foi analisado um melhor aproveitamento de seus rendimentos mensais e anuais de suas cargas tributárias, apontando um crescimento positivo em relação ao último ano, sendo analisado que o planejamento tributário executado na empresa, deu sinais positivos para seu crescimento econômico.

6. A IMPORTÂNCIA DE UM PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COERENTE PARA AS EMPRESAS

O planejamento tributário é uma estratégia que visa reduzir os custos fiscais, maximizar as oportunidades de economia, aumentar a eficiência na gestão dos tributos e possibilitar zelar pela situação financeira e lucratividade da empresa. Além disso, ele contribui para a transparência e a conformidade fiscal da empresa.

Para startups, o planejamento tributário é ainda mais importante, pois ajuda a lidar melhor com as obrigações impostas pelos órgãos de fiscalização, melhora a organização contábil, financeira e gerencial do negócio e previne contra riscos de multas vindas dos órgãos de fiscalização.

Eles podem ajudá-lo a desenvolver estratégias e ações para lidar melhor com as obrigações impostas pelos órgãos de fiscalização e a obter os benefícios do planejamento tributário.

O planejamento tributário traz diversos benefícios para as empresas, no qual são:

- ◆ Evitar a incidência de multas, juros e penalidades por descumprimento das obrigações fiscais.
- ◆ Prevenir riscos e contingências fiscais que possam comprometer a saúde financeira da empresa.
- ◆ Aproveitar os benefícios fiscais, incentivos e créditos tributários disponíveis.
- ◆ Melhorar o fluxo de caixa e o capital de giro da empresa.
- ◆ Reduzir os custos fiscais.
- ◆ Maximizar as oportunidades de economia.
- ◆ Aumentar a eficiência na gestão dos tributos.
- ◆ Contribuir para a transparência e a conformidade fiscal da empresa.

Partindo do princípio que as tributações podem representar uma boa parte das despesas de um negócio, fazer um bom planejamento tributário é essencial para a saúde financeira da organização como demonstrado acerca da pesquisa da empresa em estudo. Isso porque, o planejamento tem o objetivo de reduzir o impacto dos impostos e aumentar os lucros dentro da lei.

Afinal de contas, se os tributos não forem bem gerenciados conforme a legislação, podem causar grandes prejuízos, incluindo a perda de competitividade em um mercado cada vez mais acirrado.

Assim, o planejamento tributário permite que as empresas reduzam seus custos com impostos, aumentando sua lucratividade, permite que aproveitem as deduções fiscais, isenções e benefícios fiscais disponíveis, o que reduz o montante de impostos que precisam ser pagos. Portanto também ajuda as a evitar problemas legais, sendo assim, as que não andam em conformidade com as leis fiscais podem enfrentar penalidades legais, incluindo multas e juros. Com isso, ajuda as empresas a evitar esses problemas, garantindo que estejam em conformidade com as leis fiscais.

O planejamento tributário também ajuda as empresas a tomar decisões financeiras melhores e mais informadas. Ele permite que tenham uma visão mais clara de seus custos fiscais e como eles afetam seus lucros, ajudando-as a tomar decisões financeiras mais estratégicas, também reduz os custos tributários, como analisado ao decorrer da empresa em estudo.

Assim, a partir desse benefício, é possível que a empresa ofereça preços competitivos de produtos ou serviços, em meio a um mercado cada vez mais acirrado, aumentando sua participação e rentabilidade.

Um dos maiores patrimônios de uma empresa é a sua imagem. Portanto, a organização que cumpre as obrigações fiscais e adota práticas de planejamento tributário éticas transmite credibilidade, seriedade e responsabilidade institucional. Isso gera uma melhor percepção pelos clientes e investidores. A reorganização societária, como a criação de uma holding, pode gerar economia de impostos por meio da utilização de benefícios fiscais ou regimes tributários mais favoráveis.

A seleção de incentivos fiscais, como a Lei do Bem ou a Lei Rouanet, pode gerar redução de impostos para empresas que investem em inovação ou em projetos culturais.

Portanto, a análise dos riscos fiscais pode identificar contingências e oportunidades de redução de impostos, bem como evitar autuações e multas por parte das autoridades fiscais. O planejamento tributário de operações específicas, como aquisição ou venda de empresas, fusões e incorporações, pode gerar economia de impostos por meio da utilização de estruturas mais eficientes.

Com isso, um planejamento tributário coerente para as empresas, onde se tem uma análise geral, em que observa o que pode ou não ser modificado na empresa, com o foco de torná-la perspicaz e com potencial de mercado, faz com que se tenha bons resultados e bons rendimentos do planejamento, pois um planejamento não é somente englobado a uma esfera tributária, mas a um contexto geral da empresa.

7. O NÃO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Como de rotina qualquer infração pode ter a penalidade de uma multa. Na área tributária isso não é diferente. A multa tributária é uma san-

ção fiscal aplicada quando se identifica o descumprimento de uma obrigação fiscal, punindo o contribuinte de acordo com o ato feito, seja atraso de entregas, pagamentos ou omissões que estejam relacionadas às obrigações principais ou acessórias.

Obrigação principal: as punições neste caso têm relação à inadimplência no pagamento de algum tributo.

Obrigação acessória: as punições neste caso têm relação à declarações e informações prestadas sobre a empresa.

Existem 3 tipos de multas, são elas:

Multa moratória: se enquadra quando o contribuinte atrasar alguma obrigação principal. É quando existe um atraso no pagamento da obrigação fiscal sem justificativa. A multa é aplicada quando há, de fato, o atraso no pagamento de um tributo. Somente o atraso já configura o direito da aplicação da multa, porém é sempre válido ressaltar que é preciso ter uma aplicação razoável e proporcional à infração cometida. Tem caráter de sanção administrativa.

Multas punitivas isoladas: no caso da multa punitiva isolada não existe inadimplência de tributo, é um descumprimento da obrigação acessória. Decorre de um ato ilícito pelo descumprimento na entrega da obrigação acessória.

Multas punitivas acompanhadas de ofício: são consideradas agravadas e qualificadas, e é levado em consideração o comportamento do contribuinte, após identificação de omissão ou fraude.

A diferença entre os dois tipos de multas punitivas é principalmente relacionada a intensidade do descumprimento.

No primeiro caso a entrega não foi cumprida, já no segundo, de fato, foi constatada a omissão ou fraude, como por exemplo sonegação fiscal. Tem caráter de sanção administrativa e também pode ter sanção penal visto que difere de apenas atrasos de pagamentos, e sim, se refere a omissão na receita.

A melhor forma de prevenir é estar em dia com as obrigações fiscais, minimizando riscos e mantendo a segurança da empresa.

Assim, como já demonstrado o não planejamento tributário adequado a empresa como de rotina, gera inúmeras consequências, como

multas e outras penalidades ao empresário, no qual veremos no decorrer desse capítulo.

Portanto são diversas as consequências para quem deixa de cumprir corretamente o regulamento tributário do país, seja uma entidade pública ou privada. O não planejamento tributário pode acarretar diversos problemas para a empresa, tais como:

- ◆ Grande desperdício de dinheiro
- ◆ Mais probabilidade de autuações
- ◆ Não conformidade com as atualizações tributárias
- ◆ Mais risco para o futuro da empresa

Depois de entender um pouco mais sobre o planejamento tributário, pensar nas consequências de não fazê-lo se torna algo mais simples, palpável, principalmente, pela ligação direta com as leis do País.

Portanto, veremos a seguir alguns dos problemas mais comuns ocasionados pela falta de planejamento, vejamos:

Conflito legal: Ao não realizar o pagamento de um tributo nacional, a empresa passa a ficar em situação delicada com os órgãos públicos, podendo ser alvo de investigações. Além disso, em alguns casos, muitas empresas recebem diretamente as punições pela ausência de pagamento, sem aviso prévio. Assim, ainda que quitado posteriormente, é uma mancha no cenário nacional que sua empresa não precisa, além de ser altamente evitável.

Fiscalização financeira: Além de não pagar, aqueles que realizam pagamentos equivocados recolhendo valores inexistentes também estão passíveis de penalidades. Nesse caso, a fiscalização costuma emitir notas eletrônicas comunicando a empresa do erro e solicitando providências.

Imposto: A verdade é uma só, quanto mais demorado for para pagar, mais impostos serão contabilizados no seu negócio. Assim, adotando uma premissa simples de planejamento tributário, se faz possível evitar um grande prejuízo no bolso. Os impostos também podem vir em formato de juros e correção, por contas atrasadas ou sem o retorno esperado para a empresa. Dessa forma, você acaba pagando mais do que acreditava, apenas por não ter feito um planejamento eficaz.

Prejuízos: Chegando no maior problema de todos, aquele que dói no bolso no final do mês: prejuízo real no rendimento da empresa. Nesse caso, estamos falando de perder dinheiro por falta de planejamento. É bastante simples entender que ao não saber exatamente o que está se pagando, qualquer coisa parece bom e correto. Entretanto, na maioria dos casos não é assim.

Quando não se é estabelecido um planejamento tributário, fica à mercê de cálculos muitas vezes inadequados e de lembrar de todas as obrigações, o que é humanamente impossível. Assim a empresa tem que visar o que é chamado de Reorganização Societária, no qual é basicamente, alteração na estrutura ou composição de uma sociedade, alterando, adaptando e melhorando a forma como ela atua no mercado.

Pode ocorrer por incorporação, cisão e fusão entre empresas, transformação do tipo societário, uma sociedade limitada (LTDA) se torna anônima (S.A), por exemplo, entre outros atos que alteram o capital, o quadro de sócios, o funcionamento ou o regime tributário da organização.

A reorganização societária pode ser usada para diferentes finalidades, seja pelo interesse dos sócios ou pelas próprias necessidades do mercado, e visa beneficiar a empresa de formas variadas, como um planejamento tributário, fortalecimento da marca no mercado ou alteração de seu tipo legal. Veja as principais:

A primeira das finalidades consiste em um aspecto de planejamento tributário. O objetivo aqui é a redução da carga tributária, viabilizando, com base na lei, a diminuição no pagamento de impostos adequando a empresa no regime tributário, escolha entre lucro real, presumido ou simples nacional, observando o mais vantajoso.

Por exemplo, determinada empresa optante pelo Simples Nacional, recebe uma rodada de investimentos e em conjunto altera seu quadro societário, incluindo os novos investidores e acrescenta uma série de atividades ao seu escopo de prestação de serviços.

Diante do novo cenário societário e tributário, o planejamento tributário identificaria qual será a forma de tributação mais vantajosa para empresa, não só financeiramente no pagamento de menos impostos, como

administrativamente, pois a depender do regime tributário escolhido, será necessária alguma adaptação operacional para cumprimento das obrigações tributárias legais.

Duas sociedades podem entender que será mais vantagem unirem suas forças para crescer no mercado, fazer com que solidifiquem suas estratégias e aglomerem seus mercados consumidores, incorporando novas tecnologias para conseguir enfrentar os concorrentes do ramo.

Também pode ser possível que, para aumentar sua competitividade, a empresa necessite modificar o tipo societário, alterando entre sociedade limitada, anônima, entre outras. Essa mudança proporciona uma forma diferente de compor o quadro de sócios. Por exemplo, a sociedade anônima de capital aberto permite que as ações sejam negociadas na bolsa de valores, possibilitando maior captação de recursos financeiros.

Portanto como observado, uma Reorganização Societária, em muitas das vezes é benéfica ao negócio, no qual além de possibilitar uma expansão ao negócio, muitas das vezes consegue se enquadrar a um regime tributário que possa facilitar seu crescimento com um planejamento tributário adequado a nova forma de organização societária em que se encontra a empresa.

RECORRENTE: BRASIL TELECOM S/A ADVOGADO: MÔNICA GOES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S)
RECORRIDO: ÁUREA TEREZINHA SANDRI ADVOGADO:
MARIA CRISTINA BEUX DECISÃO A legitimidade passiva ad causam resulta da sucessão da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT pela Brasil Telecom S/A (Resp nº 1.037.208, RS). No julgamento do REsp nº 1.033.241, RS, relator o eminente Ministro Aldir Passarinho Júnior, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que, “nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações em face do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal e prescreve nos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil revogado e artigos 205 e 2.028 do Novo Código Civil” (DJ de 05.11.2008). No mais, “nos contratos de participação financeira para a aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização” (STJ - Súmula nº 371).

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe parcial provimento para que o valor patrimonial das ações subscritas seja apurado segundo o balancete do mês da respectiva integralização. Custas pela metade e honorários advocatícios reciprocamente compensados. Intimem-se. Brasília, 23 de novembro de 2009. MINISTRO ARI PARGENDLER Vice-Presidente Documento: 7236059 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 30/11/2009 Página 1

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.134.180 SÃO PAULO REGISTRADO: MINISTRO PRESIDENTE RECTE. (S): ORACIO GONCALVES DA ROSA DIAS ADV.(A/S): MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA RECD. (A/S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS PROC. (A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL FEDERAL DECISÃO 1. Examinados os autos, verifica-se óbice jurídico intransponível ao processamento deste recurso: o caso é de aplicação da sistemática da repercussão geral na origem. 2. Pelo exposto, nego seguimento ao presente recurso (al. c do inc. V do art. 13 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal). Publique-se. Brasília, 23 de maio de 2018. Ministra CÂRMEN LÚCIA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.201.900 - SP (2017/0270614-3) RELATOR: MINISTRO MARCO BUZZI AGRAVANTE: TECMAC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LIMITADA - ME ADVOGADO: ANDERSON BENEDITO DE SOUZA E OUTRO(S) - SP316388 AGRAVADO: CONDOMINIO RESIDENCIAL JARDIM AMERICA ADVOGADOS: ANDRÉ MENDONÇA PALMUTI - SP176447 LUIZ OTAVIO DE LIMA ROMEIRO - SP361169 DECISÃO Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/73) interposto por TECMAC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LIMITADA - ME contra decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto com fundamento na alíneas “a” e “c” do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (e-STJ, fls. 381-388), assim ementado: EMENTA: Decadência e prescrição. Vício de construção. Responsabilidade do construtor. Prazo da garantia, previsto no art. 618 do Código Civil que não se confunde com o prazo prescricional, que, na hipótese, é o decenal. Aplicação do art. 205 do Código Civil. Recurso desprovido. Embargos de declaração foram opostos e rejeitados (fls. 395-398,e-STJ). Nas razões do especial (fls. 401-409, e-STJ), a parte recorrente sustentou que: conforme também já decidido por este Egrê-

gio Superior Tribunal de Justiça, o prazo decadencial de 180 dias e somente é a Ação para reclamar os vícios nos contratos de construção de que trata o artigo 618 do Código Civil somente é cabível se o vício surgir no prazo de cinco anos da entrega da obra.(fl. 404, e-STJ). Afirmou que “conforme decidido por este Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o prazo para garantia da construção é de 05 anos e é a hipótese dos autos, pois o provimento jurisdicional foi para reconstrução” (fl. 407, e-STJ). Busca, assim, a reforma do acórdão recorrido. Contrarrazões apresentadas (fls. 430-435, e-STJ). Em juízo de admissibilidade (e-STJ, fl. 439), negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de ausência de demonstração de similitude fática entre os acórdãos recorrido e paradigma. Daí o presente recurso (e-STJ, fls. 442-447), em cujas razões a parte insurgente impugna os óbices aplicados pelo Tribunal a quo. Contraminuta não apresentada. É o relatório. Decido. A irrisignação recursal não merece prosperar. 1. Inviável admitir o recurso no tocante à tese de decadência do direito de ação. A insurgente não indicou de forma concreta quais seriam os dispositivos de lei federal violados nesse caso. Caberia à recorrente apontar claramente as normas legais que teriam sido ofendidas ou objeto de interpretação dissidente. Impõe-se, assim, a Documento: 80829347 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 13/03/2018 Página 1 de 2 Superior Tribunal de Justiça aplicação do óbice contido na Súmula 284/STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Sobre o tema: AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. SUCESSÃO DE CÔNJUGE. DISPOSITIVO VIOLADO. INDICAÇÃO PRECISA. AUSÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DE DISSÍDIO PRETORIANO. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. (...) 2. A falta de indicação precisa de qual o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação foi tida por violada caracteriza deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Incidência da Súmula 284-STF. (...) 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.073.482/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017). 2. Ademais, o Tribunal de Justiça estadual, ao negar provimento ao apelo da recorrente (fls. 381-388, e-STJ), reconheceu que não se vislumbra prescrição porque se trata de ação para se obter, do construtor, indenização por defeitos da obra, com incidência da Súmula n.º 194/STJ, na vigência do CC/16. Ocorre, conforme se constata das razões recursais,

que tal circunstância não foi objeto de irrisignação pela recorrente. Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”) 3. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 09 de março de 2018. MINISTRO MARCO BUZZI.

Diante disso, observa-se que o não planejamento tributário lícito leva a autos e abusivos tributos gerando enormes consequências a empresa ou ao negócio em espécie, levando a altas autuações pelo Fisco, trazendo inúmeros prejuízo à empresa ou negócio, sem um devido planejamento tributário, para que se enquadre a um regime tributário pertinente.

De maneira geral, um planejamento tributário deveria ser algo básico e primordial dentro de uma empresa, principalmente para aquelas que buscam crescimento financeiro. Afinal, ao contrário do que muito se fala sobre isso, planejar tributos pode, na verdade, ajudar financeiramente uma empresa a crescer de modo a lhe fixar em um mercado competitivo.

Diante do discorrido, observa-se a importância do planejamento tributário para as empresas, pois o não planejamento estratégico tributário leva com que a empresa não se alavanque economicamente, acarretando a mesma em sua maioria a uma falência, não conseguindo se sobressair a um mercado tão competitivo como é o mercado empresarial, pois exige da mesma, inovação, disciplina, planejamento e constâncias em seus negócios.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é difícil notar que o planejamento tributário oferece uma série de benefícios quando feito de maneira ética e dentro dos limites legais, assim sendo bem executado de acordo a demanda da empresa, se obtém um excelente benefício tributário com estratégias sucintas ao mercado no qual a empresa se enquadra a uma concorrência de sobrevivência e crescimento.

O planejamento estratégico tributário é muito mais do que uma simples busca por redução de impostos como foi analisado ao decorrer da pesquisa. Ele se traduz em uma abordagem estratégica que molda o presente e o futuro financeiro de uma empresa. É uma excelente forma de economia de recursos, maximização da eficiência operacional e o fortalecimento de sua posição competitiva.

O planejamento estratégico tributário surge do planejamento estratégico, no qual se é utilizado pela administração das empresas (que consiste na elaboração de planos de ação com a finalidade de se atingir fins objetivos, dentre eles o lucro).

Nesta linha, o planejamento tributário estratégico não é um processo único, ele requer monitoramento constantes, no qual aproveita das situações no âmbito da elisão fiscal (em seu plano de não-incidência tributária e sem abusos), mas também se preocupa e se utiliza de outras figuras (imunidades e isenções fiscais) buscando uma efetiva economia fiscal nas relações jurídico-tributárias, possibilitando que o contribuinte suporte um encargo tributário mínimo, tendo incidências menos onerosa.

Isto acontece justamente, em face da necessidade de se fruir das variáveis fiscais, com intuito de minimizar ou não o ônus tributário que sobre o particular recai. O que se dá de maneira planejada estrategicamente com a finalidade de aplicar recursos de maneira adequada, auxiliando na atividade empresarial, fomentando, inclusive, um desenvolvimento econômico sustentável e social.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário*. 7. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BETHONICO, Cátia Cristina de Oliveira. *O processo administrativo tributário: fases e dinâmica*. Âmbito Jurídico, 2010.

ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO PERFIL DOS ADMINISTRADORES NA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES VIRTUAIS

André Bonifácio Siqueira¹

Roseli Vieira Pires²

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a perspectiva do perfil dos administradores na gestão das organizações virtuais, analisando caminhos para sua gestão; pois, são organizações que buscam constantemente sua identidade e não possuem limites ou formas predeterminadas atribuída aos novos tempos que são expressivamente desiguais das organizações apresentadas pela literatura clássica da administração. A metodologia utilizada para esta pesquisa foi de caráter qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que a pesquisa deve ser um processo construtivo. Os sujeitos da pesquisa foram os administradores. Os instrumentos de pesquisa foi os dados primários (periódicos, teses, dissertações e bibliotecas), e os dados secundários (Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA - 6^o edição, 2015). Após a apresentação da teórica citada, e dos resultados e análise, conclui-se que os administradores devem ter: educação, adaptabilidade, inovação significativa no cenário da virtualidade e do ciberespaço das organizações virtuais, e que no futuro, essa necessidade fica ainda mais evidente. O administrador, que deverá saber compartilhar e viver em comunidade, com aprendizado e ensino online (*life logn learning*), tendo o espírito resiliente e empreendedor, requisitos dentre outros cada vez mais indispensáveis na gestão das organizações virtuais.

Palavras-chave: Cenário. Organização virtual. Perfil. Administrador.

¹ Mestre em Gestão, Educação e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialista em Gestão de Pessoas e Docência do Ensino Superior. Graduação em Administração. E-mail: andrebonifaciosiqueira@gmail.com

² Estágio Pós Doutoral em Psicologia PUC. Estágio Pós Doutoral em Geografia da Saúde - UFG. Doutorado em Psicologia. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Organizacional. Graduação em Administração e Ciências Contábeis. Graduada em Direito. Licenciatura em Pedagogia. Professora e Orientadora do Mestrado em Gestão, Educação e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: roselivieirapires@gmail.com

ANALYSIS OF THE PERSPECTIVE OF THE PROFILE OF ADMINISTRATORS IN THE MANAGEMENT OF VIRTUAL ORGANIZATIONS

Abstract: This article aims to understand the perspective of the profile of administrators in the management of virtual organizations, analyzing paths for their management; therefore, they are organizations that constantly search for their identity and have no predetermined limits or forms attributed to the new times and are significantly unequal to the organizations presented by the classic management literature. The methodology used for this research was qualitative, exploratory and descriptive since the research must be a constructive process. The research subjects were the administrators. The research instruments were the primary data (journals, theses, dissertations and libraries), and the secondary data (National Research - System CFA / CRAs - 6th edition, 2015). After the presentation of the aforementioned theory, and of the results and analysis, it is concluded that the administrators must have a significant education, adaptability and innovation in the virtuality and cyberspace scenario of virtual organizations, and that in the future, this need becomes even more evident. The administrator, who must know how to share and live in a community, with online learning and teaching (life logn learning), having a resilient and entrepreneurial spirit, requirements among others that are increasingly indispensable in the management of virtual organizations.

Keywords: Profile. Administrator. Scenery. Virtual organizatio.

INTRODUÇÃO

O mercado globalizado fica mais competitivo e volátil a cada dia. A globalização da economia e as profundas e rápidas transformações que vêm acontecendo em tempos hodiernos, principalmente por causa da *internet*, são determinantes para o estado atual das organizações. Deste modo, as que estão inseridas nesse mercado, que almejam continuar assim, necessitam encontrar uma escolha pertinente para se sustentar no mercado e ser competitiva, aderindo as novas condições impostas pelo cenário mercadológico, ou seja, adaptando na rapidez da entrega de um bem ou serviço, com menor custo cada vez mais com produtos individualizados e personalizados em qualquer espaço e tempo.

De tal modo, a globalização é constituída em vertentes diversas, com especulação e um elemento privilegiado de reflexão, independente do lugar

do mundo, tudo acontece rápido e simultaneamente, de forma cooperativa. No século passado, a fluência dos avanços tecnológicos e a globalização modificaram o método de criação de valor, dando oportunidade para a transição da economia industrial para uma economia baseada na informação. Nesse argumento de ampla complicação, inconstância e improbabilidade, as modificações organizacionais vêm sendo analisadas como um dos principais pontos para preparar e cultivar o novo cenário dos negócios. É notório que novos modelos de comércio possam ser vislumbrados nessa circunstância de constantes transformações econômicas, políticas e sociais, possibilitando incrementos competitivos (TOLEDO e LOURES, 2006).

Para Araújo (1997), afirma há vários anos que as organizações devem suprir às novas demandas, observando o contexto da globalização, o poder da informação no indivíduo e a comunicação através da tecnologia, na qual a sociedade está imersa, procurando uma opção que auxilie de forma competitiva as transformações necessárias. Também, Berto (1997) neste mesmo ano e contexto, complementa que essas mudanças, devem acontecer no nível estrutural e comportamental, tendo como apoio a cooperação e os arranjos inter-organizacionais, podendo ser vistos e implantado; com isso, serão distribuídas as estruturas organizacionais cada vez mais, facilitando a rapidez nos processos e um menor custo.

Todavia, as cooperações estabelecidas entre as organizações através do uso da tecnologia da informação permite uma dimensão global, superando os limites da distância e do tempo entre corporações parceiras, ou mesmo entre a organização e o cliente, sendo afirmado por Amato Neto (1999) e também sendo possível assegurar, que por meio da tecnologia da informação, as organizações compartilham seus recursos, suas informações, conseguindo obter flexibilidade e rapidez necessárias pelo mercado, possibilitando a partir desses novos arranjos competir em busca de novas oportunidades.

Nesta linha de pensamento, as organizações comunicam entre si eletronicamente, colaborando estrategicamente, afim de acrescentar a abrangência e competitividade, tendo como suporte à tecnologia da informação, conforme suas necessidades e de forma dinâmica. É uma nova maneira de realizar negócios, possibilitando a cooperação entre as organizações e

clientes, neste contexto, se encaixam as organizações virtuais (DAVIDOW e MALONE, 2020).

As organizações virtuais, possuem uma administração baseada na cooperação estabelecida através das pessoas, processos e elementos tecnológicos, tendo entre si, um balanço dinâmico; pois, como exemplo, não é possível contar apenas com colaboradores internos, e sim com os externos também. Com esse trabalho integrado, de autonomia e poder de decisão, Davidow e Malone (2020) continua a afirmar que, as organizações virtuais possuem um caráter volátil que reflete na sua estrutura. Os colaboradores em suas tarefas unem seus talentos para a executarem, tudo em torno de uma meta comum e com a utilização de ferramentas tecnológicas para comunicação com os membros geograficamente dispersos.

Igualmente, Hale e Whitlaw (1997) e Katzy (1998) concordam que os níveis hierárquicos em organizações desse tipo são poucos ou inexistentes, facilitando o agir e o reagir rapidamente a mudanças, sendo estruturas organizacionais descentralizadas conforme a necessidade do mercado. Os *stakeholders* são abastecidos de informações precisas e detalhadas, tendo ao seu alcance redes de comunicação em tempo real.

Portanto, aspira-se este artigo em contribuir nesta linha de pensamento com o seguinte objetivo: Compreender sobre a perspectiva do perfil dos administradores na gestão das organizações virtuais. Mais especificamente pretende: Apresentar o panorama da sociedade e das organizações perante a era digital de acordo com a pesquisa do Sistema CFA/CRA's; Conceituar virtualidade e ciberespaço para entender o que são as organizações virtuais; Exibir os resultados da Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6ª Edição (2015); Analisar o perfil do administrador na gestão das organizações virtuais.

Destaca-se também, a justificativa pela importância em compreender a cognição dos administradores na gestão das organizações virtuais, analisando caminhos a serem descobertos que podem oferecer uma vantagem competitiva; pois, são organizações que buscam constantemente sua identidade e não possuem limites ou formas predeterminadas atribuídas aos novos tempos que apresentam significativa diferenças das organizações descritas pela literatura clássica da administração.

Motta e Vasconcelos (2021) afirma que, os administradores parecem inadequados para gerir tais organizações perante a administração clássica e de relações humanas. No entanto, deve-se lembrar sempre das abordagens contemporâneas, onde as teorias de motivação e liderança trazem a concepção de *homo complexus* que parece assemelhar ao colaborador das organizações virtuais. Mesmo assim, dois elementos essenciais não estão presentes neste tipo ideal: a alta mobilidade profissional e a permanente interação desses profissionais com as organizações que tem relação através das tecnologias da informação e comunicação.

Entretanto, o poder e a autoridade nas organizações virtuais não são centralizados e sim mais descentralizados, especialmente em relação ao nível operacional. No tocante aos traços da teoria da burocracia, sua implementação acontece de forma mais leve e virtual. E na perspectiva sistêmica parece ser mais adequado, devido as interações entre os papéis que são desempenhados por colaboradores e pela tecnologia da informação; lembrando que, a influência da tecnologia da informação sob os processos sistêmicos, muitos já desempenhados sem a participação humana, como afirmou Gouldner em sua obra “Padrões de Burocracia Industrial”, deste 1954. E está se tornando uma realidade cada vez maior.

Enfim, a alta complexidade de tarefas, os impactos gerados por esta característica, as novas formas estruturais, uma maior competitividade e eficiência operacional e outros pontos que poderiam serem elencados; pode-se então, justificar o objetivo geral deste artigo. Pois, ao ponderar sobre a perspectiva do perfil dos administradores na gestão das organizações virtuais, é possível perceber as reais consequências gerenciais desta tendência e traçar caminhos que possam facilitar a alimentação das organizações virtuais, com informações, ideias e inteligências; lembrando que, os seres humanos em profusão no mercado, estão em constante desenvolvimento, e devem ser trabalhados em torno de suas capacidades, competências e habilidades.

Apesar que o sistema educacional leva a vícios na formação cultural e profissional, ainda é possível responder a várias interrogações no ar, tais como: Os administradores estão preparados para administrar as organizações virtuais? Quais competências e habilidades são necessárias?

Em suma, o problema deste artigo é caracterizado por meio da seguinte pergunta: Ao ponderar sobre a postura atual dos administradores no contexto da complexidade ambiental das organizações virtuais, é possível mapear as aptidões necessárias para administrar essa forma tendencial de organização?

1. PANORAMA CONTEMPORÂNEO DA SOCIEDADE E DAS ORGANIZAÇÕES PERANTE A ERA DIGITAL

No decorrer da historicidade humana, houve períodos de rápida transformação, intercalados com períodos de brando desenvolvimento e amadurecimento de um modelo estabelecido. Tais transformações trouxeram alterações ligeiras nas estruturas sociais e modificaram completamente os hábitos e costumes antigos. As revoluções tecnológicas, são possuidoras destas características, conforme assegura Oliveira (2016). A humanidade atravessou por revoluções tecnológicas ao longo de sua existência, podendo exemplificar a revolução industrial, e atualmente, Oliveira (2016) continua afirmando que o crescimento explosivo da informática, do grande número de informações acessíveis, das tecnologias de computadores e de telecomunicações atuais, é de se considerar que tais modificações nas estruturas sociais, estejam desencadeando uma nova revolução, a da tecnologia da informação.

Para Malhotra (1997), essa nova revolução pode transmitir, manipular, analisar e explorar a informação como um dispositivo, nos quais os computadores processam as informações para ajudar na comunicação ou nas tarefas de decisão ao usuário. Assim, o atual cenário, que é competitivo ao extremo, as organizações tornam-se mais flexíveis e ágeis, tentando acompanhar as modificações do mercado, o mesmo autor, ainda assegura que o uso da tecnologia da informação não é uma mera ferramenta e sim a própria atmosfera que acolhe esses negócios e que as organizações devem adquirir qualidades que assegure a sua permanência neste ambiente.

A globalização, faz surgir uma forte pressão por um lado sobre as organizações no tocante a sua adaptabilidade; no entanto, por outro lado, a pressão também não é menor, as exigências dos consumidores só aumen-

tam, exigindo das organizações mudanças e adaptações, existindo também, a nível global, uma competição acirrada que requer estratégias inovadoras para a permanência no jogo.

Deste modo, a organização vem sendo modificada, reconstruída, propiciando segundo Oliveira (2016), o surgimento de novas habilidades, tais como o alto nível de capacidade de armazenamento de dados, com uma velocidade de transmissão quase instantânea, combinados com uma acessibilidade simples a esses dados, em ambiente novo, no qual a comunicação ocorre com eficiência, entre o indivíduo e grupos que, de outro modo, não teriam a possibilidade de se comunicarem. Também, a localização geográfica se torna quase insignificante, permitindo concorrer localmente sem estar no local, uma competência de plantar desejos com uma comunicação apontada, combinados com interatividade e fluxos de conhecimento multi-direcionais, com desenvolturas de comunicação melhoradas, através do tempo e do espaço (O'LEARY, 2023).

Esse novo ambiente de negócios, facilita as comunicações externas e internas das organizações virtuais, com uma estrutura da informação que já pode ser considerada, e é largamente aproveitada: a *internet*. Um arcabouço de informação, tal como a *web*, permite o desenvolvimento de forma largamente dispersa, possibilitando a negociação virtual e a entrega local.

2. VIRTUALIDADE E O CIBERESPAÇO

A expressão virtualidade tornou-se bastante conhecida no século XXI, por estudos desenvolvidos por Smith (1999), Lévy (1996) e Benedikt (1992), terminação ligada ao ambiente virtual ou ciberespaço, sendo parte de diversas discussões, tais como escolas virtuais, organizações virtuais e etc. Um dos estudos desenvolvidos por Lévy (1996) assegura, que o latim *virtualis* é a linhagem da expressão virtual, uma derivação de *virtus*, que explana o conhecimento de força e potência.

A virtualidade traz a independência de tempo e de lugar, características importantes a serem observadas, porque se dá através das interações dos membros da sociedade, não estando em um mesmo lugar ou em um tempo específico, contato este, possível por meio da tecnologia, como liga-

ções de telefone ou conexões de *internet*, por exemplo. Assim, os acontecimentos virtuais ocorrem em lugares distintos, não tangíveis, como o ciberespaço. Lembrando que são acontecimentos não tangíveis, mas que agenciam efeitos reais.

Assim, a informação não depende do meio físico de armazenamento e sim, apenas de um qualquer lugar para se ter um acesso a virtualidade, porque o ciberespaço é combinado por “uma realidade virtual, ou artificial, multidimensional, globalmente trabalhada em rede, suportada por computadores, acessada por computadores, gerada por computadores” (Benedikt, 1992, p. 122).

Assim, “os objetos não são nem físicos nem, necessariamente, representações de objetos físicos, mas são, principalmente, na forma, caráter e ação, formados por dados, por pura informação” (Benedikt, 1992, p. 122). Fato este que arquivos, imagens e mensagens podem neste ambiente serem conduzidos virtualmente para os usuários, fornecendo a possibilidade de interação e conversação entre os membros da sociedade, para a compra por exemplo.

Lévy (2011, p. 51) afirma que “a economia contemporânea é uma economia da desterritorialização ou da virtualização”, com linguagens próprias, desprezível espaço e tempo, onde há um ambiente onde as organizações virtuais possuem propriedades sistêmicas. E neste cenário é que as organizações virtuais desenvolvem suas atividades, estando completamente em um local e agindo globalmente através da virtualidade (CANO, 2004).

Como apresentado anteriormente, uma revolução que leva a humanidade a um novo patamar em torno da interação com o indivíduo, com a organização, facilitando em tempo quase real a comunicação a nível global.

3. ORGANIZAÇÕES VIRTUAIS

Nos anos 90, com a manifestação das empresas de *internet* e a solidificação do uso das redes de computadores pelas organizações habituais em todo o mundo, começam a surgir estudos organizacionais voltados para as organizações virtuais que começam a ter bastante evidência nos meios

de comunicação social, chamando a atenção de Davidow e Malone (1993) que foram pioneiros sobre o tema.

Do mesmo modo, a organização virtual pode ser definida como uma rede de organizações que se aperfeiçoam para atender velozmente oportunidades emergentes, conforme assegura Byrne (1993). Nesta linha, Goldman, Nagel e Preiss (1995) advogam que a organização virtual é um consórcio de capacidades efetivas e oportunistas para atender a uma determinada procura. Davidow e Malone (1993) também compartilham da ideia de que organizações virtuais exercem processos e tarefas em comum, através de um leque de opções e relacionamentos e Venkatraman e Henderson (1998) aborda que as organizações virtuais possuem estratégias em criar e desenvolver colaboradores intelectuais, através de uma malha de relacionamentos.

As organizações virtuais são descritas como aquelas que adotam as tecnologias de informação e comunicação maciçamente. Os autores como Hale e Whitlaw (1997) e Katzy (1998) entendem que tais organizações estão em constante mudança, tendo processos de reestruturação ativo, como objetivos práticos sendo o particular destas organizações. Assim, a organização faz uso de diversas tecnologias, abrangendo as de redes, para que possa atuar com estreito espaço geográfico, tempo e um amplo acesso às informações (LÉVY, 2011).

Para fins deste artigo, a afirmação de Cano, Becker e Freitas (2002, p. 5), se acomoda perfeitamente, pela proposição em relação a abordagem sistêmica, tecnológica e a generalização de seu conceito:

Uma Organização Virtual é um arranjo sistêmico de entidades – homens, agentes autônomos, organizações (virtuais ou não), sistemas, bancos de dados, transdutores – que visa a interligar e integrar dinamicamente, por meio da Tecnologia de Informação, demandas e recursos para a sua satisfação, com regras de atuação estrategicamente definidas.

A organização virtual é dirigida não para produtos ou negócio e sim para o cliente; e segundo Davidow e Malone (2020) deve existir uma sensibilidade para o cliente mediante as suas necessidades, ou seja, deve ser permitido que os projetos dos produtos tenham a subjetividade dos clientes.

A flexibilidade em termos de natureza da organização virtual é refletida em toda estrutura. Os colaboradores unem suas habilidades para executarem uma atividade. Uma vez terminada a atividade, separam-se para que seja situada um novo desenho em torno da atividade seguinte. Existe uma força-tarefa em torno de um objetivo comum. A gestão da organização virtual, reforça a necessidade de um ambiente dinâmico entre os colaboradores, os processos e elementos tecnológicos, porque não são apenas com colaboradores internos, e sim existem os externos também. Como cada grupo possivelmente podem estar separados pelo espaço geográfico, geralmente a comunicação se processa pelo uso de ferramentas como o *groupware*, abastecendo os *stakeholders* de informações particularizadas, contando com uma rede de conversação em tempo real (VENKATRAMAN e HENDERSON, 1998).

Por fim, níveis hierárquicos em organizações deste modelo são raros ou inexistentes, onde as estruturas organizacionais reagem ligeiramente as transformações, se estruturando de forma distante e de acordo com os negócios que atendem, sendo tipos organizacionais prevalentes neste novo modelo de mercado que surge.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi qualitativa, exploratória e descritiva por ter como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, descrevendo os fatos e fenômenos da realidade determinada (TRIVINOS, 1987).

Assim, consiste em uma pesquisa bibliográfica e eletrônica, sendo utilizado como dados primários as falas dos principais autores e especialistas, tendo como instrumento de coleta de dados a Pesquisa Nacional - Sistema CFA / CRAs - 6º Edição - 2015, como também foram utilizados dados secundários como bases de periódicos, teses, dissertações, bibliotecas, etc.

Enfim, a pesquisa deste artigo, se deu em quatro partes: a primeira apresenta o panorama atual do comportamento da sociedade e das organizações perante a era digital, a segunda conceitua virtualidade e ciberespaço

para entender o que são as organizações virtuais, tendo como base os dados primários e a terceira exibe os resultados da Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição, 2016 como dados secundários e por último a análise do perfil do administrador na gestão das organizações virtuais.

5. PESQUISA NACIONAL - SISTEMA CFA/CRA's - 6º EDIÇÃO, 2015

Ao longo deste artigo, ficou claro a necessidade do administrador em adaptar para se manter competitivo, porque os avanços tecnológicos acontecem de forma cada vez mais

acelerados, sendo preciso dispor de uma mentalidade inovadora para atender às novas demandas e gestão e de mercado.

E estando atento a tantas mudanças no contexto, o Conselho Federal de Administração (CFA) e os Conselhos Regionais de Administração (CRAs), realizaram a **Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição (2015)**. conforme será apresentado abaixo, cujas informações compõem este artigo no intuito de enriquecer a análise sobre a adaptabilidade do administrador frente as organizações virtuais, visando orientar os profissionais de administração para as oportunidades seletivas que o mercado de trabalho oferece.

Então, no tocante ao **perfil do administrador**, a maioria, é do sexo masculino; casado e com dependentes; tem idade entre 31 e 35 anos; é egresso de universidades particulares; possui especialização em alguma área da administração; trabalha em empresas privadas, de grande porte e no setor industrial; ocupa cargo de gerência e de analista; atua nas áreas de administração e planejamento estratégico; possui carteira profissional assinada; tem renda média individual mensal de 9,2 salários mínimos; é registrado em CRA (Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição, 2015). Já em relação aos **idiomas**, a mesma pesquisa traz um percentual de 49% para administradores que declararam não dominar um idioma estrangeiro, e um detalhe, não foi muito alterado em relação as pesquisas anteriores e do total de administradores que informaram ter fluência em mais de um idioma, 43% afirmam que dominam o idioma inglês.

A Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA - 6ª Edição (2015), também aponta, que na **avaliação do curso de administração e programas de aperfeiçoamento**, um dos maiores desafios que se impõe aos cursos que formam os profissionais de administração concentra-se na diminuição do descompasso entre a qualificação obtida no âmbito acadêmico e o que as empresas, de fato, precisam, inclusive os empresários/empregadores consultados pela pesquisa declararam que há um distanciamento entre a realidade do mercado de trabalho e o conhecimento técnico apresentado pelos administradores.

A própria pesquisa continua a afirmar que, com relação aos projetos de aperfeiçoamento dos administradores para os próximos anos cinco anos, houve demonstração de interesse nos cursos de especialização, em especial os *MBA* (44%) e tal movimento provavelmente responde à preferência do mercado de trabalho no momento da contratação de novos profissionais, sendo que mais de 73% dos administradores já participaram de cursos de especialização e, em especial, na área da administração, o que mostra a necessidade de complementação do processo de graduação, tais como: Especialização (inclui *MBA*), outra graduação, mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado, pós-doutorado.

No tocante a visão dos empresários/empregadores a **identidade do administrador**, a Pesquisa Nacional - CFA/CRA - 6ª Edição manifesta que os administradores têm conhecimentos específicos, competências, habilidades e atitudes que lhes permitem formar, liderar e motivar equipes de trabalho e articular as diversas áreas da organização, sendo ainda possível, através dos resultados, indicar as seguintes identidades para o administrador: formador, líder e motivador de equipes; articulador e coordenador das áreas da organização; profissional que atua com visão sistêmica/holística da organização; otimizador da utilização de recursos e com foco em resultados.

Os **conhecimentos** específicos percebidos por todos os grupos envolvidos na Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA - 6ª Edição, voltam-se para a área estratégica da empresa e para administração de pessoas, de finanças e orçamento e atribuem ao administrador uma visão de conjunto de todas as áreas da organização. Logo, as opções escolhidas como **competências** pela mesma pesquisa, são: identificar problemas, formular e

implantar soluções; desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico sobre a realidade organizacional; assumir o processo decisório das ações de planejamento, organização, direção e controle; ser capaz de negociar, mediar e arbitrar conflitos; elaborar e interpretar cenários.

Em seguida as principais **habilidades** inerentes ao administrador percebidas são: capacidade de se relacionar, visão do todo e exercício de liderança, sendo também apreciadas a adaptação à transformação e a criatividade e inovação; visto que os percentuais de respostas para cada alternativa estão bem próximos, conforme é apontado pela Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição. Deste modo, também fica comprovado pela pesquisa que as **atitudes** dos administradores, devem ter uma perfeita sintonia nas respostas, priorizando comportamento ético, comprometimento, profissionalismo, aprendizado contínuo, proatividade e motivação, sendo positivo verificar, mais uma vez, que a preocupação com a ética foi eleita como a atitude mais relevante por todos.

Todavia a **empregabilidade**, dentre os administradores participantes da pesquisa em menção, apresenta que 53,2% exerciam atividades no setor privado, 33,7% no setor público e 13,1% estavam desempregados e entre os profissionais que declararam possuir carteira profissional assinada, 75% deles exercia atividades no setor privado e os profissionais que não têm carteira assinada apresentaram os motivos a seguir: a maioria está desempregada, seguido por empresário, autônomo, aposentado, trabalhador informal, função pública, respectivamente.

Um dos aspectos mais relevantes da Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição (2015), foi o mapeamento da **área funcional** nas quais os administradores estão trabalhando, sendo as áreas de atuação que prevaleceram nas respostas, concentrando mais de 60% do conjunto das 19 alternativas oferecidas foram: administração e planejamento estratégico, financeira, recursos humanos, vendas e gestão de processos.

Também, foram pesquisados pela mesma pesquisa, os **cargos ocupados** atualmente pelos administradores, sendo possível apresentar os dez cargos mais citados: gerência, analista, coordenação, presidência/proprietário/empresário, diretoria, técnico, assessoria, supervisão, assistência e auxiliar.

Os administradores continuam ocupando cargos de gerentes e analistas, embora o primeiro cargo tenha apresentado uma redução em seu percentual. Se, por um lado, é importante verificar que o percentual dos que exercem o cargo de presidente ou se tornaram proprietário/empresário apresenta significativo acréscimo, por outro, chama a atenção o fato de que 5% dos Administradores estão exercendo cargos de auxiliar (Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição, 2015).

Os administradores e coordenadores/professores opinaram na pesquisa em referência, sobre as **áreas promissoras para o administrador**, ou seja, que tendem a oferecer maior número de oportunidades de trabalho nos próximos anos, visando exclusivamente ao aproveitamento de administradores, onde as incidências de respostas para as cinco áreas mais promissoras para a contratação de administrador no país, conforme indicações dos participantes de diversos públicos da pesquisa são: consultoria empresarial, administração pública direta, administração pública indireta (sociedade de economia mista, empresa pública, fundação de direito público, etc.); instituições financeiras, industrial. Assim, de maneira geral, os públicos que responderam à questão sinalizaram que a consultoria empresarial deverá ser a área com maior potencial de absorção de administrador nos próximos anos, seguida das áreas da administração pública indireta e administração pública direta (Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição, 2015).

A mesma pesquisa apresenta também, as **visões regionais das possíveis oportunidades de trabalho para os próximos anos** e estes dados foram obtidos a partir do cruzamento das opções por setor/área com as cinco regiões do país, são elas: consultoria empresarial, administração pública direta, administração pública indireta (sociedade de economia mista, empresa pública, fundação de direito público, etc.); instituições financeiras; administração hospitalar/serviços de saúde; logística; agrogócios; industrial; terceiro setor. E perante as implicações a Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição verificou que, a consultoria empresarial prepondera em todas as regiões entre as áreas mais promissoras, enquanto as outras oportunidades mais acentuadas localizam-se na administração pública direta ou indireta e nas instituições financeiras.

Pela pesquisa em menção, é plausível apresentar que as regiões mais industrializadas ofereceram também vagas no setor econômico específico, enquanto existem grandes possibilidade de alocação do administrador em instituições financeiras das regiões norte, sudeste e sul; registrando ainda que, embora não estejam entre as cinco mais citadas pelos respondentes da Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRAs - 6º Edição (2015), o comércio varejista ofereceu vagas nas regiões norte e nordeste, enquanto o agronegócio as disponibilizou na região centro-oeste.

Enfim, a Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRAs - 6º Edição em suma, visa nortear o administrador que, no futuro vai se destacar aquele profissional que estiver disposto a encarar desafios e propor soluções, sendo a educação e a capacitação, ferramentas extremamente úteis para se manter atualizado, mas é preciso que não seja um esforço restrito apenas ao ambiente de sala de aula. Nesse contexto a pesquisa aponta, ao administrador que desejar ficar em evidência, deve estar disposto a se educar, adaptar e inovar, e qualificar o seu aprendizado, estando atento a inteligência artificial, *machine learnig*, indústria 4.0, *big data*, *business intelligence*, internet das coisas, cibersegurança, entre outros assuntos da era digital.

6. ANÁLISE DO PERFIL DO ADMINISTRADOR DAS ORGANIZAÇÕES VIRTUAIS

No ambiente organizacional deste século digital, ocorrem constantes transformações pelos avanços científicos e culturais, e a sociedade precisa de renovações constante e qualificações além de conhecimentos básicos para uma possível adaptação neste cenário digital, onde a Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRAs - 6º Edição sobre o administrador, apresentada neste artigo no tópico anterior, deva sem sombra de dúvida caminhar para uma identidade profissional inovadora, sem exceções de mercado, ou seja, um mapa profissional renovado, com aspectos multifacetados que motivam, e ao mesmo tempo, desenvolvam agilidades especiais do individual e coletiva.

O atual contexto é apontado por Bernardes (2020) como um grande desafio a ser vencido pelos administradores, ou seja, na história da huma-

nidade pela primeira vez, no mesmo ambiente, três gerações (x, y, z) se encontram, e fica a dúvida, como lidar com esse inegável? É necessário ter um olhar para a tecnologia e vê-la não como um ultimato; mas, uma oportunidade de passagem para a utilização da virtualidade e do ciberespaço empregado pelas organizações virtuais.

Os administradores destes tempos hodiernos devem procurar ter uma visão muito diferente de uma organização só para trabalhar; existem gerações no mesmo ambiente, e inovações nas estruturas de negócios que determinam novos costumes, como criatividade, constituindo uma das competências mais aspiradas pelas organizações recentemente; com trabalhos em equipe, tendo claramente a capacidade de expressão; e uma liderança no sentido de entusiasmar, causar, ter flexibilidade e produzir motivação em outros indivíduos. O administrador bem relacionado com a ética e valores sólidos e tendo a facilidade de alinhar com os seus pessoais, será visto positivamente pelo mercado.

Indivíduo e organização inicia uma nova relação, formada por identidade inovadora, competências e resultados sobre uma visão estratégica, entendendo que as organizações possuem desafios em criar contextos para seus colaboradores e estes alcançarem os seus projetos. Ao possuir um nível de autoconhecimento sobre o onde a sociedade está e para onde ela quer ir, faz uma enorme diferença neste ambiente digital, com tudo a seu redor sendo mutável, e praticamente imprevisível, estabelecendo um maior preparativo (WEIL, 1993).

As tecnologias avançaram, e o administrador encontra obstáculos até então desconhecidos para uma gestão competitiva e uma liderança inovadora frente as organizações virtuais. No entanto, com o surgimento e o avanço das tecnologias, é plausível agregar apreciações, métodos e instrumentos apropriados para conceder a vantagem competitivas às organizações. Tendo exemplos de apreciações modernas, como a IA, indústria 4.0, *business intelligence*, internet das coisas e *big data*, que realizam ou podem realizar toda alteração em atos e decisões.

Para Odellius e Maluf (1997), como consequência, a formação dos líderes com perfil empreendedor e inovador são apontados pelas instituições de ensino como uma necessidade emergente, porque cada vez mais, a

automação e a informática, vem inventando máquinas e sistemas que com suas soluções acrescentam valor a cadeia de produção. Nesse contexto, tendo em vista os objetivos organizacionais e sem negligenciar o capital humano.

Os pontos discutidos são cruciais para os administradores, espalhados pelo globo e conectados mais do que nunca, pois sabem que a informação viaja em tempo real, e como decorrência, o que era notícia no começo do dia, já não conserva no termino do dia; assim, o que é básico na gestão das organizações vem se tornando sem importância, porque o novo sobressai sobre o antigo, exigindo uma nova postura do administrador. Principalmente a automação dos procedimentos e sua informatização nos derradeiros anos, inventando máquinas capazes de suprir os afazeres humano com perfeição, aumentando o desemprego ou em alguns casos a realocação para outras funções. A capacidade de adaptação, é uma realidade, e deve ser vista com clareza, e não lutar contra e sim adaptar a ela, sendo a mais requisitada para estes profissionais (FELINTO, 2005).

No outro lado dessa mesma moeda Drucker (2003) assegura que, são as novas mudanças organizacionais que amortecem e enxugam a pirâmide organizacional, levando a um ambiente próximo da autogestão, oferecendo um maior livre-arbítrio para os colaboradores. As organizações virtuais possuem um objetivo final que é conseguir a autonomia com o mínimo de influência humana, desta forma, o perfil do administrador é cada vez menos especialista, e cada vez mais antenado para a interpretação e adaptação e transformação, porque esse é o novo conjunto organizacional, com uma atitude inovadora que emerge como diferencial no mercado de trabalho.

A tecnologia busca alocar o administrador a um novo desenho do mundo do trabalho, onde deverá assumir responsabilidade pelo desenvolvimento próprio, aprendendo de forma deliberada e constante; enquanto, no passado, o aprendizado possuía um processo mais passivo. Isso porque as modernas tecnologias procuram profissionais adequados para operá-las e otimizá-las e extrair delas o máximo de produtividade possível. A mão de obra foi substituída pela tecnologia em muitos casos, inclusive no processo de produção, sendo o colaborador realocado e adaptado a outras funções e trabalhos. Afazeres estes que antes careciam de diversos colaboradores

para realizar e que hoje podem ser completados apertando apenas uma tecla (CASTELLS, 2009).

O administrador das organizações virtuais, deverão estar voltados para os desafios emergentes, tais como: pensar universalmente para agir localmente; presença expressiva na aldeia virtual; compreensão sistêmica da organização que administra; autogestão; investir em estratégias de totalidade; indicar formas de envolver e adaptar os colaboradores, não esperando que se adaptem por si só à cultura da organização; propósito evolutivo, respeitando os valores, alinhando os discursos e as práticas.

Enfim, tanto no resultado da Pesquisa Nacional - Sistema CFA/CRA's - 6º Edição do ano de 2015, sobre o administrador realizada, como nesta análise, tudo gira em torno dos três linhas básicas: ensino, inovação e adequação, ou seja, continuar sempre aprendendo, possuir grande capacidade analítica e de flexibilidade. Em linhas gerais, o administrador deve acompanhar uma mentalidade ativa, estimulando o autoconhecimento, a capacidade criadora e principalmente a inovação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade foi alocada em um diferente patamar pela era virtual de interação e desenvolvimento; no decorrer dos anos, a tecnologia possibilitou às organizações a serem prestadoras de serviços em vez de produtoras, tendo a oportunidade de preencher as lacunas no mercado, criando negócios até então inexistentes, exemplos clássicos são o *Airbnb*, *Uber*, *Amazon*, sendo organizações que aperfeiçoaram as cadeias de valor existente e arquitetaram novas maneiras de realizarem comércios com formas diferentes as habituais.

Cano, Becker e Freitas (2002), comenta que majoraram a disponibilidade de serviços online, dentro desta dinâmica complexa e de ligeiras transformações, possuindo uma colisão tão forte, que as organizações virtuais estão em total sinergia desde a fábrica, produção, logística, departamentos e outros, atendendo a cada consumidor mediante a sua procura com o uso da inteligência artificial, com personalização de produtos e serviços sendo plausível pela ciclo tecnológico atual, onde a IA recebe as informa-

ções dos consumidores, sobre seu perfil e comportamento e oferecem na entrega o que os clientes esperam conforme a sua subjetividade e sem sair do local de conforto, ou seja, sua casa.

O tecnológico e a virtualidade, conjugada com a IA, cria um cenário perante os olhos do administrador, com interrogações sobre como ficará a profissão do administrador neste ambiente digital. O gestor ainda continuará a existir? Sendo que a decisão, uma boa parte é claro, será tomada e realizada por algoritmos? Esse é o ponto crucial deste artigo, ao trazer em resultados e análise nos tópicos anteriores sobre as aptidões necessárias para administrar as organizações virtuais, ou seja, porque permanece para ontem, a necessidade de aprimorar, capacidades e destrezas inovadoras para um cenário tão complexo, cheio de transformações, principalmente na maneira de administrar, gerir as organizações virtuais; lembrando que, o mercado físico passa por mudanças decisivamente para o virtual, acirrando ainda mais a competitividade.

Davidow e Malone (1993), ajuíza que mediante a complexidade da tomada de decisão, o administrador deverá passar a entender de algoritmo, ampliando seu leque de conhecimento para IA, *Machine Learning* e outros, que até então, não existiam há anos atrás. Tal modificação levará a uma busca pela capacidade analítica e pelo entendimento de como tudo funciona no ambiente das máquinas, ou seja, uma total transformação no papel do administrador, com novos aprendizados e implantação de criativos métodos, com tendo um ressignificado, uma reinvenção e por fim um reciclamento no estilo e no comportamento deste profissional.

Por fim, este artigo vem retirar o administrador da sua zona de conforto e lhe traz uma análise sobre a perspectiva do seu perfil na gestão das organizações virtuais e o faz pensar além do conhecimento técnico, e que esteiras automatizadas na produção, com desenhos criativos, serviços agregados, tornam os negócios viáveis neste ambiente virtual; no entanto, coisa nenhuma funciona sem o fator humano nos bastidores ou no palco, neste caso em específico, o administrador, que deverá saber compartilhar e viver em comunidade, com aprendizado e ensino online (*life logn learning*), tendo o espírito resiliente e empreendedor, requisitos dentre outros cada vez mais indispensáveis na gestão das organizações virtuais.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, J. *Redes de cooperação produtiva: antecedentes, panorama atual e contribuições para uma política industrial*. Tese (Livre Docência) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ARAÚJO, Geraldo M. *Empresa virtual: uma estrutura organizacional emergente*. Encontro Nacional de Engenharia de Produção. ENEGEP. 06 a 09. Out. 1997, Gramado, RS. Anais. Porto Alegre: UFRGS. PPGEP, 1997.

BENEDIKT, Michael. *Cyberspace: First Steps*. The MIT Press. 1992.

BERNARDES, Cyro. *Teoria geral da administração: a análise integrada das organizações*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BERTO, Rosa S. *Organizações virtuais: revisão bibliográfica e comentários*. Encontro Nacional de Engenharia de Produção. ENEGEP. 06 a 09. Out. 1997, Gramado, RS. Anais. Porto Alegre: UFRGS. PPGEP, 1997.

BYRNE, J. A. *The virtual corporation*. Business Week, feb 8, 1993, p. 36-41.

CANO, Carlos Baldessarini. *A organizações virtual do espaço cibernético*. Porto Alegre: Editora Ufgrs, 2004.

CANO, Carlos Baldessarini; BECKER, João Luiz; FREITAS, Henrique Melo Rodrigues de. *Organizações no espaço cibernético: estudo comparativo altavista e amazon books*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 1, n. 1, jul-dez, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação - economia, sociedade e cultura – Volume 1*. 6. ed.; 12ª reimpressão. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

CFA - *Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Profissional de Administração*. Brasília, CFA. Disponível em: <https://cfa.org.br/pesquisa-perfil-adm/>. Acesso em 10 de maio de 2024.

DAVIDOW, William H.; MALONE, Michael S. *A corporação virtual: lições das empresas mais avançadas do mundo: estruturação e revitalização da corporação para o século XXI*. São Paulo: Pioneira; 1993.

DAVIDOW, William H.; MALONE, Michael S. *The Autonomous Revolution: Reclaiming the Future We've Sold to Machines*. Cambridge, MA. Ed. Berrett-Koehler Publishers, 2020.

DRUCKER, Peter F. *Administrando em tempos de grandes mudanças*. 1. ed. São Paulo: Cengage, 2003.

FELINTO, Erick. *A religião das máquinas: ensaios sobre o imaginário da cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

GOLDMAN, Steven L., NAGEL, Roger N., PREISS, Kenneth. *Agile competitors and virtual organizations: Strategies for enriching the customer*, New York: Thomson Publishing, 1995.

GOULDNER, A. *Patterns of industrial bureaucracy*. Glencoe: Free Press, 1954.

HALE, R.; WHITLAW, P. *Towards the virtual organization*. London: McGraw-Hill, 1997.

KATZY, B. R. The virtual enterprise. In: Gutierrez, A. M., Sanchez, J. M. and Kusiak A. (eds) *Handbook of life cycle engineering: concepts, models and technologies*, Dordrecht: Kluwer, 1998.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

MALHOTRA, Yogesh - *Knowledge Management in Inquiring Organizations* - Proceedings of 3rd Americas Conference on Information Systems (Philosophy of Information Systems Mini-Track) - Indianapolis, p. 293-295, August, 1997.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Freitas. Gouveia de. *Teoria geral da administração*. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2021.

O'LEARY, Daniel Edmund. Digitization, digitalization, and digital transformation in accounting, electronic commerce, and supply chains. *Intelligent Systems in Accounting, Finance and Management*, John Wiley & Sons, Ltd., vol. 30(2), p. 101-110, April, 2023.

ODELIUS, Catarina C.; MALUF, Maria R. A formação do administrador de empresas: um breve histórico, situação atual, tendências e perspectivas. *Cadernos de Administração*. Ano 111, n. 10, out/dez. 1997, Brasília, Departamento de Administração da UnB.

OLIVEIRA, José Palazzo M. de. Informação, informática e sociedade. *Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Estadual de Análise de Dados - SEADE*, São Paulo, v. 8, n. 4, Nov. 1994.

Pesquisa Nacional Sistema CFA/ CRAs. *Perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho*. Sistema CFA/ CRAs e ANGRAD, 2016. Disponível em: <https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/08Pesquisa-perfil-2016_v3_web.pdf>. Consulta em 10 Mai 24.

TOLEDO, Luciano Augusto; LOURES, Carlos Augusto. *Organizações virtuais*. Cad. EBAPE BR vol. 4 n. 2. Rio de Janeiro jun. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512006000200009>>. Consulta em 13 Mar 21.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VENKATRAMAN, N; HENDERSON, J. C. *Real strategies for virtual organizing*. Sloan Management Review, Fall, 1998, p. 33-47.

WEILL, Pierre. *Organizações e tecnologias para o terceiro milênio: a nova cultura organizacional holística*. 3. ed. São Paulo: Rosa do Ventos, 1993.

